



Universidade de Brasília - UnB
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação
Internacional - PPGDSCI

**A luta dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul pelo território:
memórias e imagens do (re)existir num permanente estado de exceção no
Brasil (1964-2018).**

Brasília – DF
2019

Rodrigo Piubelli

**A luta dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul pelo território:
memórias e imagens do (re)existir num permanente estado de exceção no
Brasil (1964-2018).**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – PPGDSCI, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM, Universidade de Brasília – UnB, para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. José Walter Nunes

Brasília – DF
2019

Rodrigo Piubelli

**A luta dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul pelo território:
memórias e imagens do (re)existir num permanente estado de exceção no
Brasil (1964-2018).**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – PPGDSCI do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM, da Universidade de Brasília – UnB, como pré-requisito para a obtenção de título acadêmico de Doutor, sob orientação do Prof. Dr. José Walter Nunes.

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a Leides Barroso de Azevedo Moura _____
Universidade de Brasília – UnB

Prof^a. Dr^a. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral _____
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr. Erineu Foerste _____
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Brasília – DF
2019

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, que sempre me incentivou e com carinho e paciência soube me escutar nas horas de angústia.

À minha filha Maria Letícia e aos meus filhos João Pedro e Paulo Augusto, que apesar da minha ausência em diversos momentos, souberam compreender a importância do meu trabalho.

Ao professor orientador José Walter, pela sabedoria, confiança e sensibilidade nesta jornada.

Aos companheiros de curso, pelo incentivo e solidariedade constante.

A todos os amigos que estiveram por perto durante esta caminhada.

“Nós indígenas, temos que ser respeitados, porque nós não existimos a partir de 88, nós somos mais de 500 anos. Nós não fomos também trazidos de fora para o Brasil. Eu acho que é importante deixar isso bem claro, porque temos que ser respeitados, tem que respeitar nossos direitos. Porque nós somos humanos, nós precisamos viver, as nossas crianças, nós precisamos de espaço. Nós não precisamos de milhões de milhões de dinheiro. Nós precisamos garantir a nossa sobrevivência, essa é a realidade que os Guarani, tanto os povos indígenas do Brasil estão vivendo.”

Eliseu Lopes, 2018.

RESUMO

Procuo analisar o processo de luta pelo território dos Guarani Kaiowá do estado do Mato Grosso do Sul (no período compreendido entre a última ditadura civil-militar – 1964-1985 - até os dias atuais, 2018), a partir de relatos orais e de fontes documentais escritas e audiovisuais, buscando compreender a criação de normas, jurisdições, ações e práticas desenvolvidas, implementadas ou impostas pelo Estado brasileiro aos povos indígenas, com as quais se buscava instituir relações de poder vividas dentro de um estado que se caracterizaria como de exceção permanente. Esse modus operandi do Estado, de caráter quase sempre vertical, traduzido em suas políticas sociais, evidencia noções de desenvolvimento social, econômico e cultural que tensionam os modos de viver indígenas, suas culturas, cosmologias e perspectivas de organização social e cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Povos indígenas – estado de exceção – direitos – desenvolvimento – demarcação de terras.

ABSTRACT

I try to analyze the process of fighting for the territory of the Guarani Kaiowá of the state of Mato Grosso do Sul (in the period between the last civil-military dictatorship - 1964-1985 - to the present day, 2018), based on oral reports and sources documentaries and audiovisuals, seeking to understand the creation of norms, jurisdictions, actions and practices developed, implemented or imposed by the Brazilian State on indigenous peoples, with which it would seek to establish relations of power lived within a state that would be characterized as a permanent exception . This modus operandi of the State, which is almost always vertical, translated into its social policies, demonstrates notions of social, economic and cultural development that stress indigenous ways of living, their cultures, cosmologies and perspectives of social and cultural organization.

KEYWORDS

Indigenous peoples - state of exception - rights - development - demarcation of lands.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – A trajetória da luta dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.....	21
CAPÍTULO 2 – Os projetos econômicos de desenvolvimento e a questão da demarcação das terras indígenas dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.....	52
CAPÍTULO 3 – A demarcação das terras indígenas e o permanente estado de exceção.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
APÊNDICES.....	95
1 – Entrevistas transcritas.....	96
2 – Termos de autorização de uso de voz e imagem.....	158

INTRODUÇÃO

Iniciar a discussão da tese passa necessariamente por rememorar minha caminhada de estudo e pesquisa. Quando ingressei no Programa de Pós-Graduação de História/PPGHIS da Universidade de Brasília em 2010, com o anteprojeto que tratava sobre o assassinato do índio Pataxó hãhãhãe, Galdino Jesus dos Santos, sob a orientação da Prof^a Doutora Nancy Alessio Magalhães, não imaginava que seria tão envolvido pela temática dos povos tradicionais.

Na elaboração da dissertação de mestrado, na área de pesquisa da História Cultural, buscava analisar as representações do assassinato do índio Galdino que aconteceu em 20 de abril de 1997. Tinha o intuito de dedicar a maior parte da pesquisa para o levantamento jornalístico, tendo as reportagens como a principal fonte para entender os impactos e desdobramentos do fato violento ocorrido na capital federal.

Na busca por alcançar interpretações dos materiais coletados ao longo da pesquisa, a professora orientadora sugeriu que frequentadores da Praça onde ocorreu o assassinato fossem entrevistados e questionados acerca de suas memórias, lembranças e esquecimentos sobre o acontecimento.

Desta forma, além do estudo das matérias jornalísticas, as entrevistas gravadas e transcritas contribuíram para interpretar os valores colocados em disputa em torno do ocorrido. Nesse sentido, o trabalho com a história oral e a pesquisa no campo da memória, possibilitaram um alargamento acerca dos desdobramentos do fato na vida das pessoas. Pois permitiu reconstruir as articulações entre presente e passado, e entre indivíduos e sociedade.

Buscando aprofundar o caminho de pesquisa e ampliar o diálogo com outras disciplinas, dentro de um olhar metodológico interdisciplinar, decidi participar da seleção e ingressar no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional/PPGDSCI da Universidade de Brasília, na área 1 (Cooperação Internacional e Estudos Culturais).

Diferentemente da Pós-Graduação em História/PPGHIS-UnB, o PPGDSCI não exige a apresentação de um anteprojeto para o ingresso no programa. Pois o entendimento acadêmico do curso é a possibilidade de construção conjunta do objeto de pesquisa, entre os alunos e os professores nas áreas de estudo.

Mais precisamente nas disciplinas Cultura, Memória e Globalização, Tópicos em Sociedade, Globalização e Cooperação Internacional, e Tópicos em Desenvolvimento e Cooperação Internacional foram essenciais para a discussão e estudo sobre a memória, povos

tradicionais, modelos de desenvolvimento e políticas de cooperação internacional. Os debates em torno de dois documentários, *Ñande Guarani* (CUNHA, 2008) e *Alma, Palavra, Alma* (CUNHA, 2014) realizados em duas dessas disciplinas ministradas pelo Professor Dr. José Walter Nunes me ajudaram profundamente na escolha do objeto e da metodologia de pesquisa adotada.

O primeiro filme aborda a história do povo Guarani que vive há bastante tempo em um território, que hoje compreende partes do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia. Sendo na prática uma nação dentro dos territórios e fronteiras instituídas pelos Estados-Nação referidos acima. A narrativa destaca o imenso contato entre os grupos indígenas, superando as demarcações fronteiriças e discute vários problemas enfrentados pelos Guarani nos diversos países. Sendo assim, apresenta a necessidade urgente de promoção de políticas públicas e de cooperação entre os vários países no intuito de solucionar o cenário de exclusão sofrido pelos povos indígenas.

Já no segundo trabalho audiovisual intitulado “*Alma, Palavra, Alma*” inicialmente é descrito o processo histórico de aldeamento de diversos grupos indígenas na primeira metade do século XX no Brasil, no estado do Mato Grosso do Sul, no município de Dourados. Também descreve as condições atuais de vida dos diversos grupos indígenas (principalmente Guarani Kaiowá) que vivem na reserva. Aborda o problema do acesso à terra, a pressão do agronegócio, o cenário de empobrecimento e marginalização da população, dos elevados índices de violência, do tráfico de drogas e dos suicídios entre os mais jovens. Também apresenta as experiências de resistência e mobilização, seja no intuito de preservação da cultura, do protagonismo juvenil e das lutas políticas travadas na região.

Nos dois documentários dirigidos pelo diretor André Luis da Cunha e pela professora Delvair Montagner, foi possível constatar a dura realidade dos Guarani, especialmente do Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Apesar de ter conhecimento sobre a problemática vivenciada pelos povos indígenas no Brasil, não imaginava como era grande o sofrimento vivenciado por eles. Principalmente por parecer de modo geral, que os povos indígenas que vivem em reservas, estariam tendo um tratamento mais digno, promovido pelo Estado. Na verdade, o que consegui perceber foi a realidade de penúria, de violência constante, de anomia nas comunidades que vivem nas reservas. E de não efetivação dos direitos mínimos por parte dos poderes do Estado.

As imagens me fizeram de modo imediato, traçar um paralelo com diversos povos no mundo que vivem em campos de refugiados, sofrendo toda forma de injustiça e precariedade.

Também faz lembrar da experiência dos campos de concentração nazista durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Talvez a experiência brasileira seja até pior, pois as reservas não são cercadas como os campos nazistas, contudo é notório a condição de permanente desumanidade colocada para os povos indígenas.

Nesse sentido, os documentários desempenharam esse papel de alcançar pessoas, de capacidade de chegar ao lócus, no lugar das tensões, dos conflitos, e elaborar uma linguagem que articula imagem e narração, e que passa mediante técnica e olhar, despertar no outro a capacidade e percepção acerca do mundo. Essa constatação dialoga com Morin, quando afirma:

“O cinema, ao favorecer o pleno uso de nossa subjetividade pela projeção e identificação, faz-nos simpatizar e compreender os que seriam estranhos ou antipáticos em tempos normais. Aquele que sente repugnância pelo vagabundo encontrado na rua simpatiza de todo coração, no cinema, com o vagabundo Carlitos. Enquanto na vida cotidiana ficamos quase indiferentes às misérias físicas e morais, sentimos compaixão e comiseração na leitura de um romance ou na projeção de um filme”.(MORIN, 2002)

As problematizações que se seguiram nas aulas, e angústias suscitadas a partir das narrativas fílmicas contribuíram para a busca de entendimento e reflexão acerca da realidade vivenciada pelos povos indígenas, especialmente dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, as temáticas apresentadas nos documentários, impulsionaram a reflexão acerca da barbárie que vem sofrendo ainda os Guarani Kaiowá em pleno século XXI, mesmo já vigorando o Estado Democrático de Direito, e tendo na Constituição de 1988, diversos preceitos que reconhecem os direitos dos povos indígenas, sua cidadania e determinam ao Estado o seu efetivo reconhecimento e zelo. No entanto, as imagens presentes nos documentários, mostravam exatamente o contrário. Mesmo tendo passado já trinta anos da promulgação da Carta Magna, permanece uma grande distância entre os preceitos constitucionais e a realidade. Essa constatação também é feita pela liderança indígena Gersem Baniwa, no artigo “A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil Contemporâneo”.

No entanto, entre a letra das leis e a prática há uma enorme distância, ou lacunas institucionais e conceituais intransponíveis que dificultam ou anulam as possibilidades de maior efetividade desses direitos, conquistados com muitas lutas, sofrimento, dor, sangue e morte de lideranças e povos indígenas inteiros. Por que os direitos coletivos, os sistemas jurídicos, socioculturais, econômicos e políticos dos povos indígenas continuam sendo desconsiderados, ignorados e negados? (BANIWA, 2012: p.216)

O questionamento apresentado por Gersem Baniwa acerca da permanente negação dos direitos aos povos indígenas no país, tornou-se um elemento importante a ser pensado na pesquisa.

Em diversas leituras feitas acerca da realidade vivenciada pelos povos indígenas no Brasil, especialmente dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, foi possível constatar que a violência e a exclusão social que atinge o grupo principalmente desde a segunda metade do século XX, tem sido uma constante.

Nos relatórios apresentados por entidades relacionadas com a defesa dos direitos humanos, especialmente o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado com a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), demonstram que o problema mais latente é a questão da demarcação dos territórios tradicionais, que vem sendo protelada por diversas esferas do Estado brasileiro a bastante tempo.

Nesse sentido era preciso pensar em uma metodologia que pudesse permitir uma melhor compreensão da realidade vivenciada pelos Guarani Kaiowá. Semelhante ao trabalho de pesquisa desenvolvido durante o mestrado, foi sugerido pelo Professor Dr. José Walter Nunes, a importância em articular as informações presentes na narrativa fílmica, e as experiências vivenciadas pelos Guarani Kaiowá. Dessa forma, tornava-se fundamental um trabalho de entrevista, de coleta de dados, tendo como eixo central a memória do povo indígena acerca de sua trajetória de vida e luta pelo território tradicional.

Primeiramente, mediante um esforço de pesquisa, levantamento de informações e importante colaboração do colega de doutorado Luiz Borges, foi possível localizar os diretores dos documentários Ñande Guarani e Alma, Palavra, Alma. Consegui conversar com o diretor André Luiz da Cunha e a professora Delvair Montagner, e conseqüentemente entrevista-los, e coletar dados preciosos sobre a experiência de produção dos filmes, da realidade vivenciada e do contato com os povos indígenas.

No segundo momento era preciso conseguir fazer contato com indígenas Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Tentativas com estudantes indígenas da UnB não deram certo, pois a maioria estava de férias e tinha retornado para seus estados de origem. Era o mês de julho de 2017. Diante da impossibilidade na universidade, decidi localizar possíveis lideranças na FUNAI. Tendo em vista, que normalmente quando estão na capital federal, também vão ao órgão para tratar de demandas referentes em suas comunidades. Consegui informações sobre a sede da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e da possibilidade de conversar com alguma liderança. Contudo, no mês de agosto, mediante levantamento de eventos, debates e

conferências, descobri um debate promovido pelo CIMI na Cúria Metropolitana, que tratava sobre as questões indígenas e o estabelecimento do chamado “marco temporal” como jurisprudência para os processos de demarcação das terras tradicionais. No evento estavam lideranças indígenas Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, que estavam na cidade para acompanhar um julgamento do Supremo Tribunal Federal, que tinha como pauta a aplicação do marco temporal. Esse fato contribuiu para poder encontrar as lideranças indígenas. Inicialmente, mesmo me apresentando como pesquisador, percebi que o líder Eliseu, demonstrava um certo receio em conceder uma entrevista. Sem dúvida, em virtude de uma intensa agenda de ações na capital federal, como também por não me conhecer. Com certeza, em virtude da constante realidade de violência, ameaças e criminalização de suas ações, fazia todo sentido ter cuidado e cautela.

Desta forma a oralidade, as experiências, a memória presente em seus relatos, que foram transcritos e que também são fontes da pesquisa, assumem papel preponderante para a compreensão da realidade dos Guarani Kaiowá, sua forma de organização, seus mecanismos de luta e resistência, e o significado do território.

Neste sentido, o campo de estudo da história oral se fez essencial, para elucidar questões do passado, como apresentar novos questionamentos. Sendo assim, a memória é parte central para a articulação entre acontecimento passado e seus desdobramentos no presente. Desta forma, compartilho do entendimento da pesquisadora e saudosa Professora Doutora Nancy Alessio Magalhães que destacava o campo da memória como o lugar onde a história e a experiência se articulam em uma trama, que permite ao pesquisador a identificação e compreensão das relações entre lembrança e esquecimento, passado e presente.

A história, constituída de memória, é urdidura e é trama, é tecido do esquecimento e da lembrança, é passado e presente, pois, nesse ato de tecer, conseguimos ou não revelar semelhanças entre passado e presente, sintetizadas num texto – para os romanos, aquilo que se tece. Porque se formos buscar o significado de revelação, qual seja, o processo de tornar visível uma imagem latente, podemos sustentar que a palavra, o objeto, a imagem visual, o texto, enfim, velam e revelam. A urdidura e o trama têm permanências que não são permanências, continuidades que não são continuidades, porque são latências; pois passado, não é mantido, é transformado numa outra forma, para não desaparecer no esquecimento; o presente também é transformado, porque revela a possível realização de apelos negligenciados do passado, caso consigamos captá-los. (MAGALHÃES, 2002: P.63)

A partir do entendimento que a história dos Guarani Kaiowá é “constituída de memória, é urdidura e é trama, é tecido do esquecimento e da lembrança, é passado e presente”, os

narradores Eliseu Lopes e Tônico Benites foram fundamentais para garantir uma compreensão maior, mais próxima, e direta da realidade, e das experiências vivenciadas pelos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, partilho do mesmo olhar metodológico do meu orientador, o Professor Doutor José Walter Nunes, apresentado em seu livro “Patrimônio Subterrâneos em Brasília”, quando em seu trabalho destaca a importância de não pensar o passado, como algo morto, encerrado, superado, definitivo. E sim como campo para problematização e compreensão do presente. Debater a possibilidade da continuidade de um estado de exceção para os povos indígenas, particularmente dos Guarani Kaiowá, é buscar perceber a realidade dos povos tradicionais como atualidade, como presente.

“Por outro lado, a compreensão de que *‘seringueiro é coisa do passado’* retira desse grupo social sua existência no presente, e remete-o para um tempo que já *‘passou’*. Enquanto *‘resíduo’*, esse grupo não encontraria mais lugar num tempo que *‘avançou’* rumo ao progresso. O passado, nessa visão, seria um passado-morto, um passado-arquivo e, num certo sentido, os seringueiros, nessa perspectiva, são vistos como presente-morto, donde governantes serem cúmplices virtuais dos assassinos de Chico Mendes. Enfim, nessas falas e visões, o passado, o presente e, por suposto, o futuro, cobertos pelo manto do progresso, completariam assim a trilogia da continuidade histórica.

Tal concepção de tempo e história tem se revelado inadequado às pesquisas que desenvolvo, porque com ela não se consegue apreender as práticas histórico-culturais concretas – presente e passadas – desenvolvidas por diferentes grupos sociais da sociedade brasileira. Nesta pesquisa, ao encarar tal questão, tenho percebido que o conceito de história de Walter Benjamin guarda alguma aproximação com a perspectiva de história e tempo que aparece nos testemunhos que venho colhendo, no âmbito dos grupos populares, onde o passado aparece reinscrito no presente como forma de problematização.” (NUNES, 2010: p.32)

É importante destacar a dimensão política, quando se tem como caminho metodológico a valorização de relatos orais, especialmente de narradores Guarani Kaiowá, pois por meio de suas experiências, pode-se construir uma contra-história, E dessa forma, compreender seu presente e sua trajetória de luta e resistência.

“O tema da memória é crucial para a compreensão de relações de poder e do caráter múltiplo das identidades sociais. Nessa área temática, Benjamin ressaltou que os grupos dominantes monopolizam a memória como continuidade, como unidimensional, reduzindo-a a uma única identidade, de lugar fixo, como versão, única e totalizante. Por isso, propôs ao historiador a tarefa de uma escritura a contrapelo da história, para se desviar da cultura como barbárie, despojos dos dominados carregados pelos vencedores do momento. Nessa tarefa, tradições dos oprimidos precisam ser arrancadas do conformismo, em uma permanente reescrita da reconstrução das relações presente-passado pela rememoração, para que se alargue o campo da experiência.” (MAGALHÃES, 2013: p.135)

A memória dos Guarani Kaiowá, suas experiências coletivas, a relação com seu tekoha, a valorização e vivência de seus ritos, cantos, rezas e línguas - tem sido um constante rememorar, um resignificar do passado, inclusive de dor, luta e esperança. A permanência de práticas que parecem ser próprias do estado de exceção, leva-os a vivenciar experiências que ligam cotidianamente o passado e o presente. E tal forma, um tempo de agoras, o atual.

“Na perspectiva benjaminiana, as relações temporais são construídas na experiência, não são dadas a priori. É preciso obter uma experiência histórica na qual se estabeleça ligações entre o passado submerso e o presente, pois é impossível descrever o passado ‘como ele de fato foi’. Significa inscrever no presente os apelos do passado não realizados, constituir a história como um tempo saturado de ‘agoras’. Capta-se a época anterior com a qual nossa própria época entra em contato e opera-se ‘uma espécie de condensação que permita ao presente reencontrar, reativar um aspecto perdido do passado, e retornar, por assim dizer, o fio de uma história inacabada, para tecer-lhe a continuação”.

(IDEM)

Vale registrar a importância do diálogo com o pensador Walter Benjamin, a respeito do conceito de história. Tendo em vista a sua crítica a uma concepção de história linear, que caminha em um tempo vazio e homogêneo, e que tem no progresso seu objetivo final. A trajetória dos povos indígenas no Brasil é um exemplo explícito da crítica benjaminiana, pois vivenciam um presente, que continua ligado a um passado de sofrimento, perseguição e exclusão, no qual a redenção, via o acesso ao território jamais é efetuado em sua integralidade. Passado e estado de exceção parecem ser realidades concretas e latentes.

“O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudecem? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está a nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso.”

(BENJAMIN, 1994: P.223)

A tensões entre passado e presente estão diretamente relacionados com a demarcação dos seus territórios tradicionais. Nesse sentido, a vida dos Guarani Kaiowá depende da terra, do seu tekoha. Do lugar que gera as condições de existir, de ser e viver como índio. Desta forma, utilizo na tese o conceito de território como espaço de vida, produção econômica e geração de saberes, que dialoga com a perspectiva do antropólogo e pesquisador Alfredo Wagner Berno de Almeida.

“Acrescentando-se a estas extensões aquelas dos extrativistas do açaí, do arumã, dos ribeirinhos e das associações de fundo de pasto (na região do semi-árido) e demais povos e grupos sociais que utilizam os recursos naturais sob a forma de uso comum, numa rede de relações sociais complexas, que pressupõem cooperação simples no processo produtivo e nos afazeres da vida cotidiana, tem-se um processo de territorialização que redesenha a superfície brasileira e lhe empresta outros conteúdos sociais condizentes com as novas maneiras segundo os quais se organizam e autodefinem os sujeitos sociais. Em verdade o que ocorre é a construção de identidades específicas junto com a construção de territórios específicos. Anote-se que os povos indígenas estão surgindo, tanto na Amazônia, quanto no Nordeste ou no Sudeste do país. Veja-se o exemplo do Ceará que vinte anos atrás oficialmente não registrava índios e hoje possui nove ou dez povos indígenas. Concomitante ao surgimento, há critérios político-organizativos que se estruturam em cima da demanda por terras. As terras vão sendo incorporadas segundo uma ideia de rede de relações sociais cada vez mais fortalecida pelas autodefinições sucessivas ou pela afirmação étnica.” (ALMEIDA,2004: P.11)

Desta forma, trabalho a partir da perspectiva de territorialização acima apresentada, como um lócus de rede de relações sociais, contrapor-se ao modelo dominante, de viés capitalista, que compreende a terra, não como território, mas como área a ser explorada economicamente, voltada apenas para exploração dos recursos naturais.

No que tange a discussão sobre a possibilidade do permanente estado de exceção vivenciado pelos Guarani Kaiowá na atualidade, é importante perceber a constante violência praticada pelo Estado e por grupos econômicos privados, como mecanismo, que parece ter o intuito de intimidar e submeter os povos indígenas, e ao mesmo tempo reforçar os valores do direito de propriedade da terra para uma minoria, dentro dessa ordem econômica capitalista. E assim, relegar os indígenas a completo espoliação e exclusão. Sendo assim, parece existir um direito e poder que decide sobre a vida e a morte. Nesse sentido, no texto “Crítica da Violência: crítica do poder” de Walter Benjamin, é possível identificar o diálogo com a realidade vivida pelos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

“Pois se a sua origem for a violência, a violência coroada pelo destino, não está longe a suspeita de que na instituição do poder supremo – o poder sobre vida e morte, o qual se apresenta na forma da ordem jurídica -, as origens do poder – violência interferem de maneira representativa na ordem existente e ali se manifestam de forma terrível. Coerentemente, em contextos jurídicos primitivos, a pena de morte é decretada também no caso de delitos contra a propriedade, em relação aos quais parece totalmente ‘desproporcional’. Nesse sentido não é punir a infração da lei, mas afirmar novo direito. Pois o exercício do poder sobre vida e morte, o próprio direito se fortalece, mais do que em qualquer outra forma de fazer cumprir a lei.” (BENJAMIN,1986)

Vale destacar nesse sentido ainda, outra constatação de Walter Benjamin na obra “Magia e Técnica, Arte e Política” no capítulo ‘Sobre o conceito de história’, onde também aborda sobre a questão do estado de exceção. Apresenta-o como um elemento constituinte nas sociedades europeias na primeira metade do século XX, e também articulada com a ideia de progresso que ainda domina o mundo ocidental, e que parece dar força e sentido aos atuais projetos de desenvolvimento econômico implantados no Brasil nos últimos 60 anos, e que tem provocado uma exclusão permanente dos Guarani Kaiowá dos seus territórios.

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerando como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.” (BENJAMIN, 1994: P.226)

Ou seja, os direitos fundamentais não foram implementados em sua plenitude. Principalmente no que se refere o direito ao território. Mesmo existindo uma ordem constitucional pautada por uma democracia formal, é frequente o desrespeito aos direitos humanos e o uso da violência por parte do Estado e por grupos econômicos.

Ao prosseguir na busca de melhor entender o cenário de espoliação e exclusão vivenciado pelos povos indígenas no Brasil, utilizo também como ferramenta epistemológica o conceito de estado de exceção, trabalhado por Giorgio Agamben, que analisa a possibilidade de existir um *modus operandi* de exceção, no interior de regimes constitucionais, como forma de controle e exclusão de parcelas significativas da população.

“O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.” (AGAMBEN, 2004: p.13)

Em particular, a questão do choque entre os projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado brasileiro em parceria com o capital privado, em territórios

indígenas ao longo da Ditadura Civil-Militar, parece perpetuar-se, como caso do agronegócio no Mato Grosso do Sul e a espoliação frequente sofrida pelos Guarani-Kaiowá.

A importância em utilizar o conceito de estado de exceção desenvolvido por Agamben, para entender a realidade vivida pelos Guarani Kaiowá desde o fim do regime ditatorial, é a possibilidade de buscar compreender, como dentro de um Estado Democrático de Direito, coexistem normas e práticas que tratam dos direitos e garantias individuais e sociais, e ao mesmo tempo executam iniciativas marcadamente excludentes, seja mediante implementação de políticas públicas por parte do Poder Executivo, a aprovação de leis no Legislativo e as decisões judiciais tomadas pelo Poder Judiciário.

“No Brasil, há uma identificação quase automática entre Estado de exceção e ditadura militar, e pouco se aprofunda nas pesquisas a questão do *topos* da exceção na política democrática. O argumento de fundamentação do Estado de exceção encontra-se na ideia de ‘estado de necessidade’, uma razão maior do que as estabelecidas pelo ordenamento político e, especialmente, o jurídico. Por localizar-se em um espaço indefinido entre a rua e a instituição, ou entre a política e o direito, tem-se dificuldade de reconhecer sua presença na democracia.

O filósofo italiano Giorgio Agamben, no livro *Estado de exceção*, coloca duas questões de destaque na compreensão da exceção: a primeira é a dificuldade em definir os limites entre ação política e ordenamento jurídico, o lugar provável da exceção; a segunda, que neste artigo ganha em importância, é identificar a exceção como modo de agir em democracia. ‘Se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão’, então, se faz necessário pensar em como o Estado democrático relaciona vida e política, especialmente nas condições de um legado autoritário e de violência. Refletir sobre qual o estatuto da ação política na democracia demanda o trato sobre certa continuidade do autoritário nas relações democráticas.” (TELES, 2010: p.307)

O intuito em trabalhar com o pensador Agamben, está na necessidade de compreender, como passado já mais de 30 anos da experiência autoritária, mesmo tendo uma Constituição Federal que normatiza o Estado Democrático de Direito, e estabelece os direitos fundamentais, e garante no próprio texto da Carta Magna, direitos específicos para os povos indígenas e obriga o cumprimento por parte do Estado brasileiro, e ainda não é efetivado, e tem como prática constante a violação de direitos humanos.

Com esse propósito geral, nesta tese a escrita dos capítulos segue a apresentado adiante.

No capítulo I, sob o título “A trajetória da luta dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul”, por meio de análise dos relatos orais dos entrevistados, das imagens presentes nos documentários *Ñande Guarani* (CUNHA,2008) e *Alma, Palavra, Alma*, (CUNHA,2014) das informações constantes dos Relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do

Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) capítulo relativo as violações de direitos humanos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), e de trabalhos de pesquisadores que tratam da temática dos povos indígenas, busca-se identificar e compreender o processo de espoliação, violência e expulsão dos seus territórios tradicionais, que vem acontecendo com os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul desde o final do século XIX, intensificado durante o período ditatorial (1964-1985) e que se mantém presente e constante dentro de um Estado Democrático de Direito.

A seguir, no segundo capítulo – “Os projetos econômicos de desenvolvimento e a questão da demarcação das terras indígenas dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul”, mediante os relatos orais das lideranças indígenas, suas experiências e memórias, e imagens dos documentários, discute-se a relação entre o desenvolvimento econômico do Brasil e o processo de expulsão dos Guarani Kaiowá de seus territórios tradicionais. Tendo como recorte histórico inicialmente, o período de atuação da Companhia Mate Laranjeira no final do século XIX, depois as transformações econômicas com a criação da Colônia Agrícola de Dourados, e os projetos econômicos de desenvolvimento no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e a permanência do modelo desenvolvimentista e as práticas de exceção na atualidade.

No capítulo 3, “A demarcação das terras indígenas e o permanente estado de exceção”, é problematizado e analisado através das memórias e experiências coletadas dos entrevistados e das imagens presentes nos documentários acerca da realidade de permanente exceção no qual continuam submetidos os povos indígenas no Brasil. Neste capítulo, foram estabelecidos diálogos com o filósofo italiano Giorgio Agamben, utilizando seu conceito de estado de exceção, no intuito de refletir e entender a realidade de exclusão aos territórios tradicionais, que são submetidos os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

Nas considerações finais, foram articulados os aspectos fundamentais analisados e refletidos em cada capítulo.

CAPÍTULO I – A TRAJETÓRIA DA LUTA DOS GUARANI KAIOWÁ DO MATO GROSSO DO SUL

A trajetória de vida dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul tem sido marcada por um longo processo de luta pelo direito ao território e à preservação de sua cultura.

Sem dúvida, a espoliação dos indígenas vem acontecendo desde os tempos coloniais. Os projetos de dominação etnocêntricas viabilizados pelas nações ibéricas se desenvolveram com a chegada do colonizador.

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em sua intersubjetividade, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial.

Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de subjetividade, da cultura e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005: p.5).

A observação feita por Anibal Quijano se aproxima das preocupações debatidas por Enrique Dussel, no que tange os processos de transformação ocorridos na América em virtude da colonização/conquista do continente. O objetivo desses pesquisadores é de poder identificar no processo acima citado, a dominação etnocêntrica das populações ameríndias, a partir de 1492, que se estende à atualidade, atingindo grupos sociais vulneráveis economicamente, que representam parcelas significativas da população, entre elas, muitos povos indígenas.

O ano de 1492, segundo nossa tese central, é a data do nascimento da modernidade; embora sua gestação – como o feto – leve um tempo de crescimento intra-uterino. A modernidade originou-se nas cidades europeias medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas nasceu quando a Europa pode se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pode se definir como o “ego” descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. De qualquer maneira, esse Outro não foi “descoberto” como Outro, mas foi “en-coberto” como o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre. De maneira que 1492 será o “nascimento” da Modernidade como conceito, o momento concreto da “origem” de um “mito” de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo, um processo de “en-cobrimento” do não-europeu (DUSSEL, 1993: p.8).

É possível assim compreender que a modernidade construída ao longo do continente americano resulta do processo de conquista, diferenciando-se historicamente daquela modernidade europeia. Sendo dessa forma também exploração. Ela é, portanto, desdobramento da relação com o outro, mas não dentro de uma perspectiva de reconhecimento da alteridade e sim pela projeção de si mesmo da Europa.

A conquista é um processo militar, prático, violento que inclui dialeticamente o Outro como o “si-mesmo”. O Outro, em sua distinção, é negado como Outro e é sujeitado, subsumido, alienado a se incorporar à Totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como “encomendado” como assalariado (nas futuras fazendas), ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar ou outros produtos tropicais). A subjetividade do “conquistador”, por seu lado, foi se constituindo, desdobrando lentamente na práxis (IDEM, IBIDEM).

Na perspectiva representada no trecho acima, entende-se que o processo de conquista não foi, e não é, apenas econômico, mas também político, cultural e social. Podemos então afirmar que o plano da dominação na prática se desdobra em todos as interfaces do tecido social e nas formas de relação e interação. Portanto, também interfere na construção e modelagem das identidades, seja na esfera global e local.

A colonização da vida cotidiana do índio, do escravo africano pouco depois, foi o primeiro processo “europeu” de “modernização”, de civilização, de “subsumir” (ou alienar) o Outro como “si-mesmo”; mas agora não mais como objeto de uma práxis guerreira, de violência pura – como no caso de Cortês contra os exércitos astecas ou de Pizarro contra os incas -, e sim de uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política e econômica, quer dizer, do domínio dos corpos pelo machismo sexual, da cultura, de tipos de trabalhos, de instituições criadas por uma nova burocracia política, etc., dominação do Outro. É o começo da domesticação, estruturação, colonização do modo “como aquelas pessoas viviam e reproduziam sua vida humana. Sobre o efeito daquela colonização do mundo da vida se construirá a América Latina posterior: uma raça mestiça, uma cultura sincrética, híbrida, um Estado colonial, uma economia capitalista (primeiro mercantilista e depois industrial) dependente e periférica desde seu início, desde a origem da Modernidade (sua outra-face). O mundo da vida cotidiana (*Lebenswelt*) conquistadora europeia, “colonizará” o mundo da vida do índio, da Índia, da América (IDEM, IBIDEM).

A partir dessas considerações apresentadas por Enrique Dussel, acerca dos sentidos e desdobramentos da colonização como processo de dominação, e também pensadas por Anibal Quijano como algo marcante e presente nas sociedades atuais e especialmente aos povos indígenas no Brasil. Haja vista, a permanente realidade de exploração econômica iniciada com a chegada dos europeus, e ainda a constante espoliação vivenciada por eles, em virtude do não

reconhecimento efetivo do Estado brasileiro acerca dos seus direitos, e também pela exploração de grandes grupos econômicos ligados à mineração e ao agronegócio.

Desde o início da colonização do continente americano, os ameríndios foram submetidos as mais variadas formas de exploração.

A partir da lógica colonizadora, as populações indígenas tiveram papel essencial na montagem do modelo mercantilista a partir do século XVI, como garantidora de mão de obra nos mais diversos trabalhos implementados pelos europeus na América. Almeida (2010) oferece uma descrição de aspectos que caracterizam o contexto de colonização no Brasil, permitindo aproximar as análises acima às bases que formaram a sociedade brasileira.

A política de aldeamentos foi essencial para o projeto de colonização. Afinal, os índios aliados eram indispensáveis ao projeto, pois além de compor as tropas militares, eles deviam ocupar os espaços conquistados e contribuir, como mão de obra, para a construção das sociedades coloniais. As novas aldeias que se criavam próximas aos núcleos portugueses foram, do século XVI ao XIX, o espaço privilegiado para a inserção desses índios na ordem colonial. (ALMEIDA, 2010: p.71)

A caminhada dos Guarani Kaiowá tem sido marcada por uma trajetória de lutas e resistências na preservação dos seus territórios. Mas é precisamente no final do século XIX, que os conflitos em suas terras começaram a crescer, conforme destacou a pesquisadora Maria Regina Celestino de Almeida, na obra “Os índios na História do Brasil”.



Figura: Mapa Histórico

Fonte: Ñande Guarani (CUNHA, 2008).

Após a Guerra do Paraguai (1865-1870), os países vencedores que compunham a Tríplice Aliança começaram a demonstrar grande interesse na ocupação de áreas fronteiriças e ainda “desocupadas”. O Brasil, Estado recém-formado que então buscava consolidar suas fronteiras nacionais, garantia a preservação do seu domínio na Bacia do Prata mediante a vitória militar no conflito. Contudo, o domínio sobre esse território apresentava novos desafios, como fazer prevalecer um projeto nacional de sociedade, que abrangia modelos de subjetividade próprios do colonizador, branco, especialmente na região do atual estado do Mato Grosso do Sul. A cultura indígena Guarani já manifestava suas expressões há bastante tempo ali, com a ocupação e os modos de vida tradicionais desse povo, com elevado contingente populacional presente naquelas terras, cuja extensão territorial extrapolava as novas fronteiras nacionais que se delineavam a partir dos novos países que se formavam na América do Sul.

Boa parte do território ocupado hoje pelos atuais Estados nacionais da Argentina, Brasil, Bolívia e Paraguai, em sua grande parte, podem ser considerados como espaços tradicionais de ocupação do povo Guarani. No Brasil, segundo Colman (2015, p.3-4), a população guarani está dividida em três grupos sócio-linguístico-culturais: Nandeva, Kaiowá e Mbyá; vivem em centenas de aldeias espalhadas por mais de 100 municípios brasileiros, localizados em sete estados das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul (URQUIZA, 2015: p.50).

Essa constatação acerca da presença dos povos indígenas na região também é narrada pelo líder Eliseu Lopes Guarani Kaiowá, em entrevista concedida a mim, no dia 11 de agosto de 2017 na sede da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) em Brasília.

No Mato Grosso do Sul os Guarani Kaiowá são a segunda maior população indígena. Somos aproximadamente mais de 40 mil indígenas. Também tem outras etnias, como os Terena, os Kadiwéu, os Guató, os Ofaié e os Ofaié Xavante. Somos um total de aproximadamente de 70 mil indígenas, sendo que, desse total, os Guarani Kaiowá compreendem 40 mil indígenas. Então hoje, como falei, temos oito reservas. É muito pouco espaço para 40 mil indígenas. Essas reservas foram criadas na época do do SPI. Não cabem indígenas Guarani Kaiowá dentro de dois mil hectares, de três mil hectares. A população é muito grande.

E territórios mesmo, que nós estávamos ocupando antigamente porque, para falar a verdade, nós, guaranis, indígenas, somos um grande povo, porque no Mato Grosso do Sul é a segunda maior população, que é a Guarani Kaiowá. Só que guarani não existe só Kaiowá, tem mais guarani, tanto Guarani Mbya, Guarani Nhandéva, Guarani Tupi, Guarani Aché, Pãi-Tavyterã que é do Paraguai, então os guarani, eles se encontram aqui no continente em quatro países: tem Paraguai, Argentina, Bolívia, também no Brasil. Para nós, antigamente, não tinha essa fronteira, porque os Guarani Kaiowá, quer dizer,

os guaranis em geral, para eles não tinha fronteira, porque nós, indígenas, andávamos muito, trocávamos muito de lugares, íamos muito para outros lugares. Ficávamos um ano, dois anos num lugar e depois mudávamos. Isso não existe mais hoje por conta da divisão do estado, do país no caso. Então, isso aconteceu também, a divisão, depois que foi dividido o estado. Então, esse é outro motivo também que quando a gente faz uma retomada, os fazendeiros alegam também que se nós, por exemplo, voltarmos para nossa terra tradicional, eles falam que o índio do Paraguai está vindo invadir as fazendas. Então, esse é outro motivo, outro problema, porque nós, guarani, que moramos no Brasil, a gente tem parente no Paraguai também. A gente tem parente lá na Argentina. Eu mesmo tenho lá no Paraguai. Tenho parente que é do lado do meu pai, do lado da minha mãe. Tem os meus parentes. Tem bastante. A gente é tudo aparentado.

No relato apresentado pela liderança, constata-se que o contingente populacional indígena no Mato Grosso do Sul é bastante significativo, diversificando-se entre povos indígenas e sub-grupos Guarani, cuja presença se destaca especialmente pela marcante presença dos Guarani Kaiowá, numerosa na região. No entanto, ocupam um território extremamente pequeno, que é incapaz de suprir suas necessidades. Vale ressaltar, que no passado os Guarani ocupavam e se deslocavam por um território que se sobrepõe a partes de territórios nacionais de alguns países como o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Na prática, a constituição desses Estados-Nação e suas fronteiras resultou de projetos de sociedade e governo que prevaleceram desconsiderando as experiências, os costumes, os valores e as formas de vida e organização dos Guarani Kaiowá e dos demais povos indígenas.

A característica continental dos Guarani, descrita pelo Eliseu em sua entrevista, também é um aspecto importante debatido no documentário Ñande Guarani (Nós Guarani), do diretor André Luís da Cunha, que aborda questões referentes aos povo Guarani, que já vivia na América do Sul antes da chegada do colonizador europeu e, hoje, ocupa pequenas áreas demarcadas pelo Estado brasileiro, nesse território nacional, e outras áreas na Bolívia, Paraguai e Argentina.

Em entrevista concedida a mim, no segundo semestre de 2017, o cineasta faz a seguinte constatação:

Então isso era um problema. Então a tese deles, que era muito legal e correta, é que os Guarani estavam aqui na América do Sul muito antes da formação dos estados nacionais. Então assim, os guarani tem um território muito grande, não é demarcado com cerca, mas os caras tem uma aldeia aqui, tem parente ali, eles, culturalmente, ela se movimenta, o cara sai dali e vai visitar o primo que está lá em São Paulo ou então no Mato Grosso e ele vai caminhando e ele fica 1-2-3-4-5 anos. Depois volta. Então eles têm essa movimentação e isso não é

nomadismo, tem uma diferença muito grande de ser nômade e de ter essa movimentação...

Esse aspecto da presença dos Guarani dentro de uma conformação continental, é apresentada no documentário com uma imagem ilustrativa do deslocamento inicial no centro da Amazônia brasileira nos seus primórdios e mais tarde por sua distribuição num território que se estende pela Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil.



Figura: Trajetória de Migrações do Povo Guarani

Fonte: Ñande Guarani (CUNHA, 2008).

Essa imagem reforça a constatação do cineasta André, quando descreve a experiência de percorrer diversas localidades e identificar os laços de parentesco, costumes e rituais religiosos.

De certa forma era um filme meio de tese. A gente tinha que de certa forma demonstrar isso se fosse verdade e era. Então a gente andou mais de 8 mil quilômetros e a gente visitou aldeias de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, da Argentina, do Paraguai, no Paraguai a gente foi entrevistar uma especialista em guaranis paraguaia e acabou filmando uma aldeia, duas aldeias, foi muito legal. E filmamos no Mato Grosso. Então assim, a ideia era demonstrar que eles estão... estavam aqui antes e tem essa movimentação.

Dentro dessa perspectiva de falar de um grande povo, que vive além dos limites das fronteiras construídas pelos Estados-Nação, e que possuem forte identidade cultural e laços de parentesco que persistem à despeito das distâncias, existe um momento no documentário em

que o pajé Alcides Werati, da Aldeia Kuri'y, situada no estado de Santa Catarina/Brasil, manda uma mensagem para seu irmão, o pajé Dionísio, da Aldeia Tamanduá, situada em Misiones/Argentina. Esse momento é descrito por André na entrevista.

Era uma aldeia nova, estavam construindo a opy, a casa de reza, e tinha um pajé lá, o... agora me falhou aqui, vou me lembrar do nome dele, está no filme. Eu tinha um assistente de direção que era um guarani, o Leonardo Veratupan. Alcides, era o nome desse pajé. E a gente estava filmando lá a construção da opy, a aldeia nova, todas as questões em torno disso e aí eu tive um estalo assim, falei para o Veratupan: “pô. Veratupan, ele tem algum parente que mora fora do Brasil, assim, que mora em outro lugar?”, e aí o Veratupan perguntou e o cara falou: “tenho na Argentina”, e aí eu: “pô. Manda um recado para ele, vamos filmar. Quem sabe a gente não encontra ele lá na Argentina?”



Figura: Pajé Alcides Werati em Entrevista para o Documentário Ñande Guarani.

Fonte: Ñande Guarani (CUNHA, 2008).

E depois ele relata o encontro com o pajé Dionísio, na Argentina, e transmite a mensagem gravada em audiovisual.

Está lá no filme. Foi muito legal. E a gente, quando a gente terminou de filmar, o Dionísio, que era o cacique pajé lá, guarani na Argentina, ele falou assim, botou a mão assim no cajado dele e olhou para mim e falou: “eu quero gravar uma mensagem para ele também. Eu quero mandar um recado para ele também”. Eu estou até devendo essa para o Alcides, que eu nunca consegui levar lá. É até uma coisa a se fazer. Não sei se o Veratupan levou e tal. Mas aí ele gravou uma fala para... e foi bacana porque é raro branco entrar na opy (casa de reza). E convidou a gente para entrar, a gente entrou, filmei ele, participamos do ritual, comemos uma comida e tal, foi bacana. E aí meio que para mim meio que a tese está comprovada, não é?



Figura: Pajé Dionísio em Entrevista para o Documentário Ñande Guarani.

Fonte: Ñande Guarani (CUNHA, 2008).

Os problemas que o povo Guarani enfrenta em seu dia-a-dia são muito parecidos. As entrevistas realizadas por mim e a experiência do diretor do documentário junto aos Guarani indicam que os desafios para a preservação desse grande território transfronteiriço das suas identidades e sua cultura, atingem todos eles, independentemente das fronteiras políticas estabelecidas pelos Estados nacionais. De modo geral, é possível identificar que a grande luta desse povo, no presente, é pelo reconhecimento de seus direitos enquanto sociedade culturalmente diferenciada, sendo seu maior desafio o reconhecimento do território onde se materializam as expressões dessa cultura – terras que foram usurpadas no processo de colonização da América do Sul – e sua demarcação pelo Estado brasileiro.

A falta de sensibilidade política para tanto, somada à prevalência dos interesses econômicos sobre a exploração exaustiva dos recursos naturais e da terra, que envolvem os governos dos países da Bacia do Rio Prata referidos e suas elites agrárias (invariavelmente articuladas com grupos que detêm poderes de decisão no campo das políticas públicas), torna mais complexa a reflexão sobre esse tema. A desigualdade nos acessos a lugares de decisão, característica do lugar inferior e destituído de direitos onde se situam a maioria dos povos indígenas, resulta em inovações jurídicas com as convenções internacionais, destacando-se, entre elas, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que estabelece a responsabilidades dos Estados signatários em promover iguais condições de decisão nos temas

afetos aos povos indígenas. Contudo, é importante observar, que os dilemas enfrentados na atualidade, já eram identificados no século XIX.

A política indigenista do Estado brasileiro durante a fase imperial buscava, fundamentalmente, civilizar os povos indígenas, com vistas a liberar as terras por eles ocupadas para a colonização e a exploração econômica. A questão indígena era uma pauta importante para o governo, pois os índios eram vistos sob o prisma das terras que ocupavam, as quais passaram a ser cobiçadas em função das riquezas ali presentes (recursos naturais), como também pela força de trabalho, que já era utilizada há bastante tempo por missionários, colonos e militares.

No intuito de se apropriar dessas terras e utilizar de forma bastante racional a força de trabalho indígena, a política de deportação e concentração de contingentes em aldeamentos vai se intensificando, a partir da segunda metade do século XIX.

Várias questões envolvendo os índios preocupavam as autoridades, sobretudo quanto às suas terras e trabalho. Em várias regiões do Império, a mão de obra indígena ainda era bastante utilizada e disputada, o que incentivava uma política de deportação e concentração de populações indígenas, como destacou Carneiro da Cunha. De acordo com a autora, os aldeamentos se estabeleciam em áreas de disputas pastoris e agrícolas ou onde os índios pudessem ser úteis. Os aldeamentos mantinham-se, portanto, em várias regiões, como fonte de abastecimento e reserva de mão de obra. Os índios das aldeias continuavam prestando serviços públicos dentro e fora dela (ALMEIDA, 2010: p.146).

No Mato Grosso do Sul, esse processo se intensificou no final do século XIX, através de atuação da empresa agrícola Companhia Matte Laranjeira, que explorava os ervais nativos de mate e utilizava a mão de obra Guarani, especialmente dos Kaiowá. A presença da companhia contribuiu de forma decisiva para as transformações nas relações sociais existente entre as diversas comunidades, principalmente nos seus *tekoha*.

Espalhados por um vasto território, mantinham uma organização social baseada em dois sistemas de cooperação, a família extensa e o *tekoha*. A família extensa é uma unidade de produção comunal (roças, edificação de casas, viagens, pesca etc.) de uma parentela composta por uma chefia que concentrava o poder das decisões que interessam a família. O *tekoha* se constituiu como a base política, social e religiosa das comunidades, se manifestando principalmente em festas religiosas, decisões políticas – a exemplo das *Aty Guasu* (grande reunião) – conflitos externos (resistência contra invasões de terras e retomadas), ameaças sobrenaturais como a feitiçaria má contra alguém ou contra a comunidade (URQUIZA, 2015: p.56).

A exploração extrativa da erva mate em território tradicional indígena contribuiu para a alteração das formas de organização, costumes e economia dos Guarani Kaiowá. Baseada no modelo econômico próprio das relações de trabalho capitalista, essa atividade foi modificando o estilo de vida, contribuindo para enfraquecer as bases das identidades indígenas, alicerçadas na relação com a terra e na experiência coletiva, denominada de *ñande reko*.

O conceito de *ñande reko* (nosso modo de ser) para a cultura Guarani só é, obviamente, possível em uma situação dada no seio de seu contexto cultural, mais especificamente é um “nós” inclusivo de todo o grupo que possui características e dinâmicas culturais bem específicas, em que se incluem implicitamente a esse modo de ser uma socialização e historicidade que possibilitam essa alteridade sentida e ressaltada principalmente nos momentos de contato e de conflito com outros grupos.

É necessário compreender que a prática do *ñande reko* só se dá em um espaço geográfico e de uma ‘*territorialidade política*’ (MELIÀ et al, 2008, p.106), que recebe o nome de *ñane reta*, sendo este o lugar designado por *Ñande Ru* ou *Ñane Ramõi* para uso da terra pelos Kaiowá e Guarani. A particularização do termo *ñane reta* é *ñande rekoha* – lugar do nosso modo de ser, onde somos o que somos – ou seja, o lugar onde é possível o *ñande reko* (nosso modo de ser) (IDEM ,IBIDEM).

O conceito acima apresentado por Antonio Hilario Aguilera Urquiza dialoga com a experiência relatada por Eliseu na entrevista, que interpreta aspectos de sua própria cultura conforme o descrito abaixo:

Tekoha é o que eu falei, é o espaço, o território, tekoha tem dois sentidos, tekoha é lugar, é espaço, moradia, territórios. Agora, tekohaguaçu que nós chamamos é um grande território, uma grande terra. Agora, tekó é vida para nós, tekó é modo de ser, modo de ser guarani, modo de ser indígena então, por isso que nós chamamos de... quando a gente fala tekó, quer dizer modo de ser, modo de ser guarani. Agora, tekoha já é diferente do tekó, tekoha já é lugar, espaço. Então muitas vezes, a gente fala teko, tekoha, tekohaguaçu, tekoha marané, muitas vezes, a gente... a pessoa que não entende, não sabe a nossa língua, terra sem males, também, que a gente fala, quando a gente fala teko marané, tekoha marané, quer dizer, terra sem males. Então o que significa isso? Terra sem males era isso, antigamente, do antigamente, por exemplo, quando não era ainda derrubado matos, rios secando, a gente tinha muito rio, muito peixe, muitos animais, espiritualidade, ninguém... não entrava ainda, por exemplo, muitas religiões, os Guarani Kaiowá viviam aquela vida, liberdade de caçar, de pescar, de manter a sua língua. Só que hoje, hoje também um pouco a gente tem por conta disso, por conta de não espaço mesmo, então também a gente está cada vez mais diminuindo isso, terra sem male, porque a gente não tinha mais aquela terra que era antigamente. Então por isso que hoje está difícil também, essa parte aí. Mas estamos mantendo a nossa cultura, a nossa língua.

A explicação do Eliseu acerca do sentido do seu território para os Guarani Kaiowá e também do modo de ser do seu povo, exprime uma intensa relação com a natureza e os seres vivos, e de vivência da sua cultura e identidade. O *tekoha* e o *teko* são indissociáveis. Sendo assim, é possível perceber o tamanho da tragédia humana que vem sendo produzida ao longo do tempo, tendo em vista o processo de expulsão de suas terras tradicionais, que vem ocasionando o extermínio de seu povo.

O processo de ocupação de suas terras, por colonos e pela atuação exploratória da Cia Matte Laranjeira, contribuiu para o deslocamento e dispersão das comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul. Tal diáspora tinha o intuito de distanciar-se e refugiar-se em regiões mais distantes das áreas de intensa exploração do trabalho e de conflitos. Esse processo ficou conhecido como esparramo, por ser um movimento dispersivo de comunidades guaranis pela região sul do Mato Grosso do Sul. Esse deslocamento teve início no final do século XIX e prosseguiu ao longo do século XX, em torno da década de 1970 e 1980, com a formação de fazendas, e crescente mecanização da produção agrícola.

O esparramo ou *sarambi*, é importante frisar, ocorre paralelamente ao de colonização, fazendo com que parte da população Kaiowá e Guarani, ao se encontrar em uma relação de exploração e dependência inescapável, acabe fugindo para outras áreas onde ainda poderia viver em busca de manter as práticas culturais e sociais sem o contato e a opressão da Cia. Matte Laranjeira e de seus encarregados. Esses locais eram, por exemplo, fundos de fazendas que ainda mantinham algum resquício de mata nativa.

Todas essas transformações desmantelavam vários *tekoha* e grupos de parentelas que acabariam se acomodando, durante a década de 1980, nas reservas que serviriam como áreas de acomodação e, desse modo, espaços de reorganização política (IDEM, IBIDEM).

O processo de desterritorialização sofrido pelos Guarani Kaiowá vai se intensificando, seja pela ação de particulares em suas terras, seja pela atuação efetiva do Estado brasileiro através do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910 com o nome de Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que visava garantir integração dos povos indígenas, pela formação de novos quadros de trabalhadores e, com isso, que os povos indígenas não fossem um obstáculo para a colonização e avanço do progresso econômico. De modo geral, o papel do órgão governamental não era necessariamente a proteção dos Guarani na região, mas um braço do Estado que atuava com o intuito de dissuadir qualquer iniciativa de caráter reivindicatório dos indígenas, mobilizando-os para se estabelecerem nas áreas que estavam sendo destinadas para eles. A tutela dos povos indígenas foi uma marca nas

ações do SPI, também presente, mais tarde, nas ações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A prática do confinamento implementada pelo órgão indigenista de então tinha o propósito de garantir que o território indígena fosse efetivamente ocupado por não-indígenas. Determinava que as comunidades indígenas fossem deslocadas para áreas de reserva. Desta forma, a política indigenista de estado se rendia aos projetos de desenvolvimento na perspectiva econômica capitalista, buscando extrair ao máximo as riquezas naturais existentes nas áreas, ao mesmo tempo que empregava a mão de obra indígena no trabalho extrativista da erva mate, na derrubada das matas e comércio da madeira, como também na agricultura e produção de alimentos e grãos, nem sempre destinados às famílias indígenas. Tendo em vista que as reservas ficavam próximas às cidades e aos empreendimentos agrícolas, o intuito era forçar uma integração desses grupos confinados dentro das reservas, tornando-os pequenos produtores rurais ou assalariados, que seriam gradativamente incorporados à dinâmica econômica capitalista.

O SPI, entre 1915 e 1928, delimitou oito reservas, inicialmente com 3.600 hectares cada uma, a fim de concentrar uma imensa população dispersa na região sul do estado (VIETTA, 2013, P.41) para os Kaiowá e Guarani: Dourados (Dourados), Caarapó (Caarapó), Amambai e Limão Verde (Amambai), Taquaperi (Coronel Sapucaia), Sessoró (Ponta Porã), Pirajuí (Sete Quedas) e Porto Lindo (Japorã); o restante é resultado de demarcações realizadas pela FUNAI, a partir da década de 1980, fruto de mobilizações dos próprios Kaiowá e Guarani em busca da retomada dos locais de ocupação tradicional (*tekoha*) esbulhados no decorrer do processo de colonização do sul do antigo Mato Grosso.

O reservamento de terras para os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul realizada nas décadas de 1910 e 1920, cumpre, como afirma Lima (1995), o ‘melhor produto’ da dinâmica tutelar. A ação do SPI ao demarcar essas reservas iniciais sinaliza e oficializa o processo de confinamento e de acomodação que os Kaiowá e Guarani sofreram, representando uma forte estratégia colonialista que se embasava na tutela para realizar a intervenção junto aos povos indígenas no Brasil. Nesse sentido a ‘ação colonialista’ tem como principal caractere a unilateralidade das ações, desconsiderando as possíveis demandas e perspectivas do objeto da ação (IDEM, IBIDEM).

A análise acima indica que o órgão indigenista estatal do início do século XX mantinha um forte alinhamento com as políticas de colonização anteriores. Claramente, o propósito era garantir que o território indígena se tornasse disponível para a ocupação e a exploração livre de seus recursos. O projeto de integração vigente transformava os Guarani Kaiowá em pequenos agricultores, ou à luz da competência institucional do próprio SPI do início do século XX, “trabalhadores nacionais”. Nesse processo, jamais foram consideradas as particularidades

identitárias e culturais existentes entre os diversos grupos indígenas na região. Foi imposto um modelo de gestão do patrimônio indígena que, na prática, produziu novos problemas. Essa realidade foi descrita pela antropóloga Delvair Montagner, durante entrevista concedida a mim no segundo semestre de 2017. Ela também atuou diretamente na produção dos documentários *Ñande Guarani* e *Alma, Palavra, Alma*, juntamente com o diretor André Luís da Cunha.

Naquela época do SPI existia essa política de que os índios tinham que ser agricultores. O mesmo aconteceu com os Guaranis e Kaingang do sul do país, tinha que ser agricultor. Então. Mas acontece que Guarani não era agricultor. Terena, que morava em outras reservas, são tradicionalmente agricultores. Aí eles puseram Terena junto com o Guarani para ensinar agricultura. Eles tinham que ser agricultor. Mas o que é que aconteceu? São duas culturas bastante divergentes e Terena era mais impositiva, era, tinha mais, subjuguava entre aspas os Guaranis. Aí os Guaranis ficaram no fundo da reserva e os Terenas ficaram para cá.

Imagens fotográficas datadas da primeira metade do século XX, onde aparecem os indígenas sendo utilizados como mão de obra para a construção das linhas telegráficas, são elementos importantes que permitem, no presente, elaborarmos interpretações sobre a política de integração dos povos indígenas.



Figura: Imagem Fotográfica de Trabalhadores Indígenas.

Fonte: Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014).



Figura: Imagem Fotográfica de Trabalhadores Indígenas.

Fonte: Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014).

O documentário Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014) demonstra, por meio de imagens fotográficas, a utilização da mão de obra indígena, especialmente do Guarani Kaiowá, em obras de infraestrutura e de transporte de carga, que podem ser associadas a iniciativas governamentais para a melhoria das condições de vida da região. A presença indígena em campos agrícolas também aparecem, nesse caso, associados aos aldeamentos.

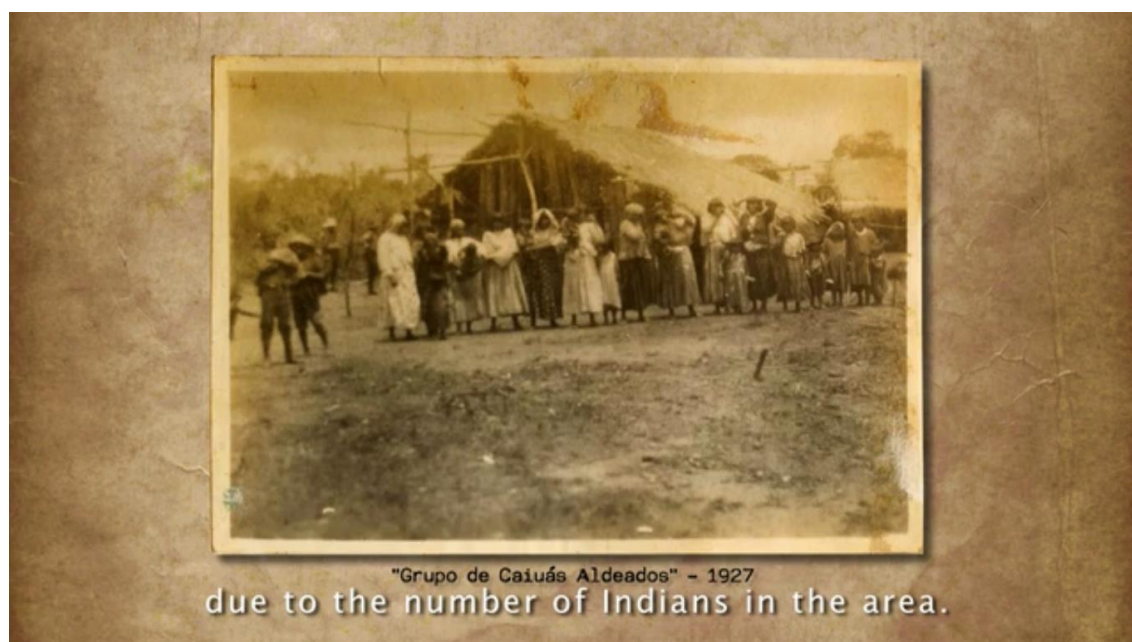


Figura: Grupo de Mulheres Guarani Kaiowá em Aldeamento.

Fonte: Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014).

Como as imagens fotográficas evidenciam, o processo de integração implementado pelo SPI significou na prática o deslocamento e confinamento de um elevado contingente de indígenas, especialmente de Guarani Kaiowá, que foram retirados de suas terras tradicionais e utilizados como força bruta de trabalho em iniciativas governamentais, mais principalmente na agricultura.



Figura: Homens Guarani Kaiowá no Trabalho de Carreiro.

Fonte: Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014).



Figura: Homens Guarani Kaiowá no Trabalho de Carreiro.

Fonte: Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014).

A colocação das comunidades nas reservas, significava disponibilizar os territórios indígenas para os empreendimentos agrícolas dos não indígenas e implementar os projetos de colonização encabeçados pelos governantes no período. A imagem abaixo, também extraída do referido documentário, foi elaborada para ilustrar, didaticamente, o processo de confinamento e desterritorialização vivenciado pelos Guarani Kaiowá.

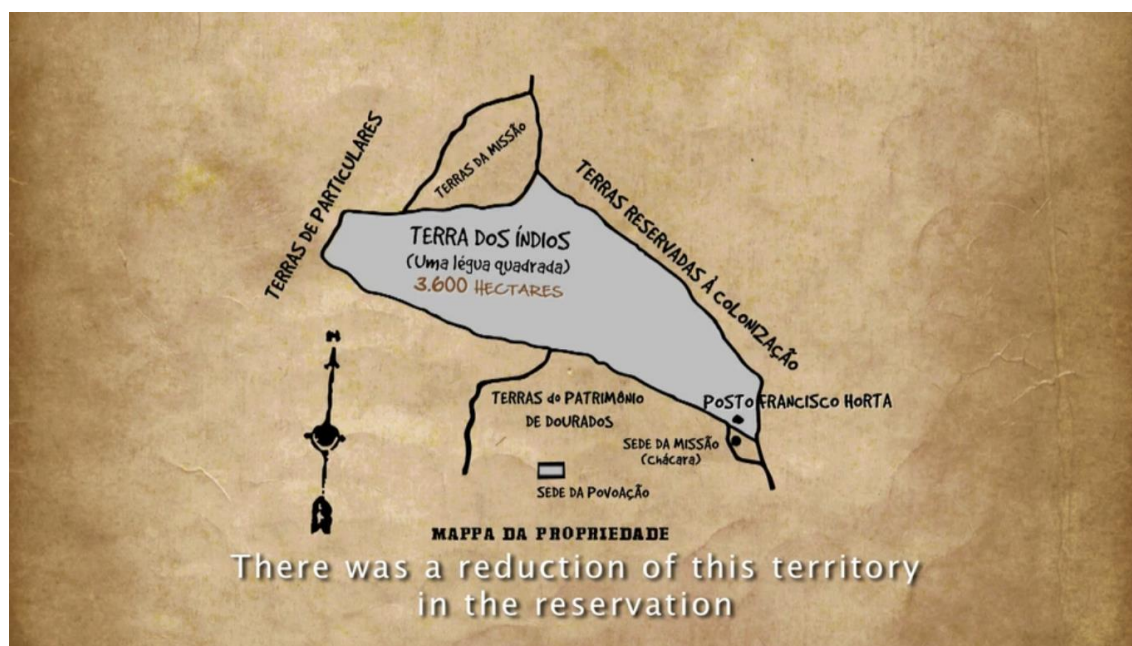


Figura: Sistematização da Área da Reserva Indígena e seu Entorno.

Fonte: Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014).

Esse processo de desterritorialização também está presente na memória, nas experiências e relatos do povo Guarani Kaiowá. Tônico Benites, uma importante liderança indígena, também pesquisador, que foi entrevistado por mim na sede da APIB, no dia 16 de agosto de 2017, interpreta esse processo a partir da extração da erva-mate.

Erva-mate é nativa. Então a primeira coisa foi a extração disso aí que atraiu muitos interessados em pegar essa erva-mate que gerava muito lucro, descobria que aquilo lá podia gerar muita riqueza, para determinadas empresas. Então a primeira coisa foi a extração da erva-mate porque a terra é boa, oferecia erva-mate. Aí foi extração por quase um século, desde o final dos anos 1800, quando acabou a guerra do Paraguai e começou a extração da erva. Que demorou mais ou menos 80 anos gerando essa mão de obra, onde também os indígenas foram utilizados como mão de obra, não só indígenas, outro não-indígenas da região e de outros lugares. Então isso começou assim, a retirar recursos dali mesmo para quem administra, principalmente o governo e os seus parceiros, ou seja, seus aliados. Depois quando acabou a erva mate, foi a madeira, porque ali também tinha muita madeira de várias espécies, florestas. Aí foi lidando com a extração da madeira. A floresta foi outra forma também, quem chegou lá sem nada, começou a adquirir seu recurso, a sua forma de vida, porque estavam

vendendo dali. Quem lidou com a erva, quem administrou quem dominou a área, com certeza venderam muitos, conseguiram muito lucro, muito dinheiro. Então, quem chegava sem nada, daqui a pouco, vendendo madeira, se deu bem, ganhou. Enfim, demorou também mais ou menos de 30 a 40 anos essa extração de madeira. Na época tinha muita serraria ali. Onde hoje é município é por conta da serraria. Porque tinha muita madeira, extração de madeira retirando dali da região. Então o negócio era madeira quando acabou a erva. Então onde hoje é município, só que é onde se concentravam as serrarias. Hoje não tem mais, porque acabou a madeira. Então por conta da terra também, porque a terra, onde a floresta é boa, há muita madeira é porque a terra é boa. E quando acabou a madeira veio a destruição da floresta assim, a roçada, que chamava de pegar para a criação de gado. Isso já é final de 60-70 já, começou a derrubada da floresta no lugar onde já foi extraída a madeira, só tem outro tipo de madeira que não servia mais para a venda. E começou esse negócio de criação de gado. Aí começou a derrubada onde também os indígenas foram utilizados como mão de obra.

No relato de Tônico Benites evidencia uma compreensão sobre o processo de transformação da economia no Mato Grosso do Sul, que remonta ao século XIX, iniciando com a extração da erva-mate, depois a exploração da madeira, via desmatamento sistemático das matas, e mais tarde a expansão agropecuária. Mesmo sendo o povo originário dessa região, os Guarani Kaiowá são completamente desconsiderados nesse processo de ocupação dos territórios pelos não indígenas, e tem seus espaços de vida, de convívio social e sustento econômico, completamente destruídos pelos ciclos econômicos que vão sendo implantados no estado.

Percebe-se também que a lógica colonialista, que é pautada pela negação da alteridade e pela imposição de um modelo etnocêntrico se faz ainda presente mediante a imposição de um tipo de organização social, econômica e política que é excludente e exploratória. Cabendo aos indígenas viver sob a tutela do Estado, onde seus territórios e sua mão de obra são espoliados e sua cidadania na prática inexistente.

Ao final da primeira metade do século XX, o processo de expansão agrícola colonizadora, que se desenvolvia com o intuito de tornar produtivas “terras ainda desabitadas”, ganhou novo impulso, com destaque para a atuação mais efetiva do Estado. Durante o período do Estado Novo (1937-1945), o governo Vargas estimulou a migração de famílias agricultoras para a região e fortaleceu as práticas da agricultura e da pecuária para os particulares, mediante o fim do monopólio de exploração por parte da Cia Matte Laranjeira.

A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943, pode ser considerada como um fator incentivador da migração em busca de terras na região sul de Mato Grosso. O impacto do processo é bem maior que a exploração

de erva mate pela Cia. Matte Laranjeira, principalmente porque agora há exploração efetiva do território, pela agricultura e pecuária. Já se tinha como resolvida a questão de terras para os Kaiowá e Guarani com a pretensão de reservamento dos grupos nas oito reservas demarcadas e destinadas a eles entre 1915 e 1918 (IDEM, IBIDEM: p.60).

Os dois grandes momentos de colonização implementados no Mato Grosso do Sul, primeiramente no final do século XIX, pela Cia. Matte Laranjeira e na segunda metade do século XX, por iniciativas do governo de Getúlio Vargas, deram um novo traço nas relações entre os colonos, o SPI e os povos indígenas na região. As colônias agrícolas tornaram-se uma ferramenta importante, dentro da racionalidade econômica implantada a partir da década de 1950, que contribuiu para fortalecer a prática do confinamento indígena nas reservas como uma medida eficiente e necessária para a consolidação das políticas governamentais de desenvolvimento. Era um mecanismo que atendia aos interesses dos grandes proprietários rurais da região, já que garantia a liberação de imensas áreas que então se destinavam à exploração pela agropecuária, ao mesmo tempo em que fixava a ocupação indígena dentro das reservas – áreas normatizadas pelo poder estatal.

Com a implantação da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o processo de concentração da riqueza nacional foi sendo aprofundado e o agravamento dos problemas sociais também cresceram.

A realidade dos povos indígenas no Brasil, desde o período colonial, já era marcada por processos de exploração e exclusão permanentes. Ao longo da história do Brasil, a violência, a perseguição, a fome, o extermínio de grupos e a constante prática de remoções forçadas e confinamentos marcaram a trajetória de diversas etnias. Não existe grupo indígena no país que tenha ficado livre de tais tormentos.

No caso dos Guarani Kaiowá, sua caminhada de martírio e luta pela terra tem se tornado algo emblemático, nos últimos 60 anos, com destaque para o período da Ditadura Civil-Militar, quando se intensificou o processo de espoliação. Práticas arbitrárias que já vinham sendo implementadas por particulares, juntamente com o SPI, assumiram um formato mais vigoroso. Provavelmente em decorrência do aprofundamento dos ditames econômicos que se faziam presente no Brasil, naquele momento.

O caso atual dos Guarani e dos Kaiowá, Mato Grosso do Sul, é uma das faces desse processo violento de expropriação, decorrente da dependência econômica e da produção primário-exportadora. A intenção é obter terras que atendam a tais objetivos, ampliar a disponibilidade de mão de obra barata e dividir o excedente

entre os setores internos e, sobretudo, externos. Os setores internos incumbem-se de expropriar os territórios indígenas, com métodos violentos, gerando a pobreza e criando as condições para que vendam sua força de trabalho, em regime de superexploração e extração de maior quantidade de mais-valor absoluto (OLIVEIRA, 2017: p.51).

A modernização conservadora implementada pelos governos militares estava pautada pela internacionalização da economia brasileira, aliada com a lógica do crescimento da economia do país a todo custo e em parceria com os investimentos estrangeiros. Tal metodologia provocou a intensificação da mercantilização da terra e a implementação de grandes projetos agroindustriais de desenvolvimento. E para alcançar tais objetivos, o regime autoritário buscou ampliar as fronteiras agrícolas, intensificando a colonização também das terras do Mato Grosso do Sul.

As terras indígenas demarcadas pelo SPI no Mato Grosso caracterizaram-se por suas extensões diminutas. Jogados com violência em caminhões e vendo suas casas sendo queimadas, índios Guarani e Kaiowá foram relocados à força nessas áreas, em uma concentração que provocou muitos conflitos internos. Esse confinamento foi um método de 'liberação' de terras indígenas para a colonização.

Os chefes de posto exerciam um poder abusivo, impedindo o livre trânsito dos índios, impondo-lhes detenções em celas ilegais, castigos e até tortura no tronco. Enriqueciam com o arrendamento do trabalho dos índios em estabelecimentos agrícolas, vendendo madeira e arrendando terras. O Relatório Figueiredo evidenciou essas torturas, maus tratos, prisões abusivas, apropriação forçada de trabalho indígena e apropriação indébita das riquezas de territórios indígenas por funcionários de diversos níveis do órgão de proteção aos índios, o SPI, fundado em 1910. Atestou não só a corrupção generalizada, também nos altos escalões dos governos estaduais, como a omissão do sistema judiciário (CNV, 2014: p.207).

Sobre a política indigenista do estado, durante a Ditadura, destaque-se que a FUNAI teve papel na implementação das políticas de remoção e confinamento, dando continuidade a práticas realizadas pelo SPI. Como aparece no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o órgão agia diretamente junto aos indígenas, com o propósito de criar todas as condições para que fossem retirados de seus territórios. Sendo assim, é possível constatar que a fundação agia em consonância com os interesses particulares na região, mantendo uma atuação alinhada com o modelo anterior.

Documentos de 1981 comprovam que a Funai atuava decisivamente no processo de remoção dos Kaiowá e Guarani, disponibilizando veículos, motoristas e gêneros alimentícios para viabilizar as mudanças das famílias que eram buscadas nas fazendas (BRAND, 1997, p. 104). Foi a partir da denúncia de outro desses

casos, na área de Pirakuá, em Bela Vista, que o líder guarani Marçal de Souza passou a expor a ameaças de fazendeiros. Em 25 de novembro de 1983, ele foi assassinado por pistoleiros, na aldeia de Campestre, em Antônio João. Os acusados pelo crime foram absolvidos pelo júri, em dois julgamentos realizados nos anos 1990 (IDEM).

É fundamental destacar o papel assumido pela FUNAI durante a Ditadura Civil-Militar, de garantir que os índios ficassem nas reservas, para assim permitir que os territórios indígenas fossem loteados e ocupados por pessoas interessadas na exploração massificada da terra, especialmente, por monoculturas (prática que viria a se inserir, posteriormente, no chamado “agronegócio”) e outras atividades econômicas. Sua principal ação era de dissuadir e convencer os Guarani Kaiowá para que desocupassem a terra e fossem viver nas reservas. Essas informações estão presentes na fala de Tônico Benites.

É, o objetivo, o trabalho era assegurar indígena na reserva. Na época isso é muito claro, porque a FUNAI tem hoje fazendo a leitura dessa história toda, a atuação na região, que era para que ele segurasse o indígena na reserva. Não é só a FUNAI, mas é uma rede de articulação com a igreja e escola e toda a assistência assim na época, era justamente para segurar quem viesse a se assentar na reserva. Então assim, a FUNAI nunca foi para proteger a terra tradicional, mas da reserva, ou seja, garantir que o indígena ficasse, se fixasse permanentemente na reserva e deixasse a sua terra tradicional, porque ele fala que a terra já é terra do fazendeiro, ou seja, a terra não é mais indígena. Só que de tanta insistência, em algum momento a FUNAI tomou essa posição, acho que forçada para regularizar. Que na época a FUNAI não regularizava terras, a FUNAI assumiu no lugar da SPI em 68.

Então desde 68 até final de 80 não regularizava terra mesmo. O que é que ele fazia? Só tentava segurar indígena na reserva, uma política também de pacificação, falava que precisava trazer indígena para a reserva, criar ali modelos, ficar um perto do outro, tipo formato de uma vila, cada um morando perto do outro, criar outro tipo de liderança para ele. Então a FUNAI, quando assumiu de 68, a ditadura ainda, passou e estar a serviço da ditadura porque precisava trabalhar com militares para a princípio era levar indígena de onde fazendeiro se queixava do indígena, ou seja, de onde não queria mais que ficasse indígena lá. “Ah, tem um índio aqui que não está querendo sair. Leva para a reserva”. Então a FUNAI, o trabalho da FUNAI era ir lá para convencer o indígena para ir. A FUNAI chega “não, o fazendeiro aqui não quer mais que você fique aqui, vai ter que ir embora, vai para a reserva. Senão, o fazendeiro pode atacar você e a gente não pode fazer nada”. Então o trabalho era esse tipo de convencimento, tentava convencer a comunidade sair dali para que fosse se assentar na reserva. Então, não era o papel dele de conservar ali: deixar o indígena onde está, estado de... não tinha também, era como pai dos índios, porque indígena na época juridicamente não podia fazer quase nada, porque por direito o indígena não tinha direito de reclamar a outro órgão, a recorrer, enfim, ele era tutelado. Só quem podia falar por ele era a FUNAI. Então até que assumiram em 1968 até 80 o Mato Grosso do Sul, a FUNAI tentou só levar os

Guarani Kaiowá para a reserva, segurar lá. E o guarani, por um lado insistindo que não quer ficar lá. Final de 80 que começou a FUNAI no Mato Grosso do Sul a criar essa identificação por força, por conta da insistência do indígena, da resistência, vai e volta, mata ali, volta de novo, conflito entre eles. E aí a FUNAI tentou assim, para mim ele sempre tentou retirar da terra tradicional, esse era o papel mais... dele naquela época.

Acerca do período ditatorial e do papel desempenhado pela FUNAI, a liderança acima destaca, em seu depoimento, que na prática, o órgão governamental exercia um papel institucional com o propósito de dissuadir possíveis resistências indígenas. Como, por exemplo, lidar com a resistência dos indígenas em permanecer nas reservas e evitar que os mesmos voltassem para seus territórios de origem, que estavam sendo ocupados por particulares ligados à agropecuária. A imagem dos povos indígenas como obstáculo ao desenvolvimento econômico também norteou a ação do órgão indigenista ao longo do século XX. Nessa perspectiva, FUNAI continuou contribuindo para a efetiva espoliação dos territórios indígenas, após a extinção do SPI, com iniciativas que facilitavam a implantação dos empreendimentos empresariais e governamentais em territórios indígenas, neutralizando as possíveis formas de resistência que pudessem surgir.

As violações aos direitos humanos dos povos indígenas foi uma constante ao longo da ditadura e as arbitrariedades cometidas não eram do conhecimento da maioria da população. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) significou o recrudescimento do regime, com intensificação das perseguições, prisões, censuras e eliminação dos opositores, e gerou desdobramentos também para os povos indígenas. Principalmente da região amazônica. O autoritarismo implementado pelo Ato institucional vinha contribuir para instalação dos projetos de desenvolvimento e ocupação da região, contextualizadas num projeto governamental que intentava a integração nacional a partir de grandes empreendimentos. Para isso, contava com uma política indigenista que dava suporte às iniciativas governamentais de então.

O ano de 1968, na esteira do endurecimento da ditadura militar com o AI-5, marca o início de uma política indigenista mais agressiva – inclusive com a criação de presídios indígenas. O Plano de Integração Nacional (PIN), editado em 1970, preconiza o estímulo à ocupação da Amazônia. A Amazônia é representada como um vazio populacional, ignorando assim a existência de povos indígenas na região. A ideia de integração se apoia em abertura de estradas, particularmente a Transamazônica e a BR 163, de Cuiabá a Santarém, além das BR 174, 210 e 374. A meta era assentar umas 100 mil famílias ao longo das estradas, em mais de 2 milhões de quilômetros quadrados de terras expropriadas (IDEM, IBIDEM).

No campo da política indigenista, agora pautada por projetos desenvolvimentistas de integração da região amazônica, a FUNAI passou a realizar contatos com povos indígenas ainda isolados, atraindo-os para próximo dos postos indígenas, e realizar remoções forçadas de aldeias inteiras. A principal preocupação do regime militar era garantir que as iniciativas e os projetos de desenvolvimento fossem implementados. A justificativa governamental girava em torno da importância de se viabilizar obras de infraestrutura e isso se dava a qualquer custo. Constam do relatório da CNV as denúncias feitas no período, de que as remoções também estavam voltadas para disponibilizar terras indígenas para empreendimentos agroindustriais.

Denúncias de que as transferências forçadas não serviam apenas para viabilizar obras de infraestrutura, mas também para liberar terras indígenas para a implementação de projetos agroindustriais são frequentes na CPI da Funai de 1977. O sertanista Cotrim Neto reforça esse ponto, afirmando que ‘seu trabalho na Funai tem se limitado a simples administrador de interesses de grupos econômicos e segmentos nacionais, dada a política de concessão de áreas indígenas pela Funai (IDEM, IBIDEM).

Diante de muitas críticas internacionais acerca da política indigenista brasileira, o Estado brasileiro extinguiu o SPI e criou a FUNAI, promulgando o Estatuto do Índio (Lei nº 6001/1973). Nessa legislação são descritas as competências do “novo” órgão, reservando-se, estrategicamente, espaço para o imperativo da segurança nacional e do desenvolvimento, já que fica garantido ao Estado o direito de deslocar e remover povos indígenas, na esteira do qual se abria uma brecha para o impedimento de demarcação de terras em regiões de fronteira.

O artigo 20 introduz a possibilidade de remoção de populações indígenas por imposição da segurança nacional, para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional, e inclui a mineração. O que se pode entender por segurança nacional e desenvolvimento é deixado vago, mas será usado na tentativa de proibir, na década de 1980, demarcação de terras indígenas na faixa de fronteira (IDEM, IBIDEM).

Dentro do próprio imperativo de segurança nacional, vale ressaltar que povos indígenas, em virtude de sua resistência às remoções, tornaram-se um problema para a efetivação dos projetos de desenvolvimento e, por conseguinte, uma ameaça, chegando a serem classificados como possíveis inimigos internos.

O regime militar opera uma inversão na tradição histórica brasileira: os índios, que na Colônia, no Império e na República foram vistos e empregados na conquista e defesa do território brasileiro, são agora entendidos como um risco à segurança e à nacionalidade. De defensores das fronteiras do Brasil, eles passam a suspeitos, a virtuais inimigos internos, sob a alegação de serem influenciados por interesses estrangeiros ou simplesmente por seu território ter

riquezas, estar situado nas fronteiras ou se encontrar no caminho de algum projeto de desenvolvimento (IDEM, IBIDEM).

O fim do regime militar estava, portanto, sendo caracterizado por um tipo de transição, no qual os atuais mandatários do poder, estabeleciam as condições para o restabelecimento da democracia no país. Desta forma, não permitiram à sociedade brasileira, o direito de construir efetivamente a democracia, seja na reformulação do Estado, no que tange o seu papel, sua organização e práticas. Não garantiram o debate e a reflexão nacional sobre a experiência autoritária vivida pelos brasileiros, ao longo dos 21 anos de ditadura, como também, os perseguidores, os torturadores e seus colaboradores não foram punidos. Não aconteceu uma ruptura política e institucional efetivas, mas a conciliação do “alto” e uma transição controlada, aspecto analisado por Abraão e Torelly (2014: p.69)

Enquanto a ditadura Argentina terminou em ruptura, o Brasil e o Chile são exemplos de transições controladas. E a ditadura brasileira executou de forma meticulosa seu plano de saída: (I) uma lei de autoanistia restrita para afastar posições políticas radicalizadas; (II) eleições indiretas para assegurar uma lógica de continuidade, e; (III) ampla destruição de arquivos públicos dos centros e órgãos de repressão para tentar apagar vestígios e responsabilidades individuais pelas graves violações aos direitos humanos.

É possível afirmar que, mesmo transcorridos trinta e dois anos do fim da Ditadura Civil-Militar, o processo de transição efetiva para uma sociedade democrática e com justiça social ainda está incompleto, haja vista persistirem práticas autoritárias, como: criminalização dos movimentos sociais, desrespeito aos direitos humanos, arbitrariedades das autoridades policiais e judiciais, incapacidade do Estado em garantir a cidadania, silenciando sobre a permanência de populações em condição marginal relativamente ao gozo de direitos, existência da concentração da riqueza.

Um exemplo que ilustra a dificuldade de debater, analisar e refletir sobre o regime ditatorial, em especial no que concerne à política indigenista e a relação entre Estado e povos indígenas, é inexistência de uma avaliação da própria FUNAI, no que tange sua atuação durante o período dos governos militares. Nada foi concretizado no âmbito da Justiça, da Administração Pública ou da sociedade civil, no sentido de problematizar publicamente os mal feitos e refletir sobre a importância do Estado na promoção dos direitos dos povos indígenas brasileiros.

Ao contrário, buscou-se o apagamento da rotina institucional durante o período de exceção, dado o silêncio do Estado brasileiro diante de um balanço crítico feito pelos funcionários e pesquisadores do órgão, que jamais veio à público para a sociedade.

Desde o fim da Ditadura, em 1985, o Estado brasileiro nunca divulgou, de forma pública e abrangente, um balanço crítico sobre suas ações em torno das populações indígenas. Algo parecido chegou a ser ensaiado entre quatro paredes na Funai, devidamente longe dos holofotes da imprensa. Ainda que de forma tímida, tratou-se de uma primeira reflexão acerca dos longos 21 anos da ditadura.

Entre os dias 1º e 6 de maio de 1985, todos os delegados regionais e técnicos de vários departamentos do órgão reuniram-se na sede, em Brasília, para apontar “diretrizes voltadas para reformulação da política indigenista oficial e reestruturação da Funai”. Da análise das atividades e do sistema de organização da fundação, quase nada se salvou. No tema da demarcação das terras, o Brasil estava “muito distante” das metas estabelecidas no Estatuto do Índio e a “violação dos direitos dos índios” se mostrava “drástica”; na educação, os currículos oferecidos aos índios ignoravam “as especificidades” e tão somente reproduziam os “currículos tradicionais da sociedade nacional”; o orçamento da Funai continuava diminuto, insuficiente para prestar “assistência digna às comunidades indígenas”; a administração do órgão priorizava “uma centralização cada vez maior; em detrimento do seu corpo técnico e dos próprios índios”; e sua política empreguista resultou na concentração de servidores nas sedes, enquanto as áreas indígenas “apresentam-se carentes de servidores qualificados”. Para os mais graduados servidores da Funai, o próprio objetivo maior da política indigenista era um tremendo equívoco (VALENTE, 2017: p.382).

De modo geral, constatou-se que a política indigenista durante a ditadura intensificou um conjunto de práticas que buscava uma integração de caráter assimilacionista, cabendo ao índio ser incorporado ao modelo civilizatório branco, em uma condição subalterna, ou pelo extermínio, para os diversos casos de resistência.

Uma política de extermínio ou de integração assimilacionista, onde os índios e as sociedades indígenas foram encaradas ou como empecilhos à plena ocupação de um espaço economicamente cobiçado pela sociedade nacional – e neste caso o extermínio foi praticado por recomendação régia e imperial – ou como entraves que deveriam ser reduzidos para posterior “educação”, que visava transformá-los em cidadãos produtores, sem direitos especiais. (...) o fato é que o Estado (da colônia à República) sempre tentou manobrar o destino das populações indígenas nacionais no terreno limitado pelo extermínio puro e simples e pela proteção física para posterior assimilação (IDEM).

Uma demonstração da permanência dos problemas vivenciados pelos povos indígenas, logo após o fim da Ditadura Civil-Militar, durante o governo Sarney (1985-1990), foi a continuidade dos grandes projetos de desenvolvimento em territórios ocupados pelos índios, com a anuência e participação da FUNAI.

As críticas apresentadas pelos servidores da Funai produziram poucos resultados. Nenhum dos nomes da lista tríplice foi escolhido pelo governo Sarney. No ano seguinte, o órgão passou às mãos do futuro senador Romero

Jucá, em uma gestão que estimulava a exploração das riquezas de terras indígenas e acabou marcada por denúncias de graves irregularidades administrativas (IDEM, IBIDEM).

Passados já trinta e dois anos de encerramento da experiência ditatorial, nos governos militares (1964-1985), somente agora, mediante o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, diversos casos de barbaridades impostas aos povos indígenas, via atuação ou negligência do Estado brasileiro, começou a ganhar uma certa visibilidade.

Como resultados dessas políticas de Estado foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou de sua omissão. Essa cifra inclui apenas casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa. O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas (CNV, 2014: p.205).

Os casos relatados e estudados pela Comissão Nacional da Verdade são demonstrações empíricas das barbaridades cometidas ao longo desses 21 anos de regime autoritário. Fatos narrados evidenciam a condição a qual os povos indígenas foram tratados pelo governo da época, condição própria de regime de exceção, pois foram submetidos a perseguição, tortura e morte. Mediante a implementação dos projetos de desenvolvimento, como grandes construções de infraestrutura, extração de minérios e ampliação das fronteiras agrícolas, significaram na prática uma clara política etnocida, que contava com a participação direta da FUNAI. Os casos de resistência eram combatidos pelo Estado, seja pela atuação direta de forças de segurança ou através de grupos armados articulados e financiados por conglomerados privados. Nesse contexto, os povos indígenas foram considerados inimigos internos da sociedade, pelo próprio Estado brasileiro.

Após o encerramento da ditadura civil-militar, marcado pela mobilização e luta de diversos setores da sociedade civil no intuito de restabelecer a democracia no país e transformar o Estado brasileiro, podemos afirmar que o protagonismo de diversas lideranças indígenas apoiadas por entidades vinculadas a Igreja Católica, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), e a visibilidade internacional acerca dos problemas vivenciados por eles, contribuíram para garantir direitos aos povos indígenas no novo texto constitucional. Não obstante, e após 29 anos de promulgação da Constituição de 1988, persistem ainda graves violações aos direitos humanos.

Os avanços conquistados nas últimas três décadas, refletidos em algumas políticas, que inclusive viraram referências – a exemplo das demarcações de terras indígenas até a década de 1990; do esforço em se implementar a possibilidade de uma educação escolar diferenciada; do compromisso com a diversidade no Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH3; e da preocupação com a conciliação de políticas ambientais com a autonomia de gestão dos territórios indígenas na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) – encontram-se estagnados e sob rigorosa ameaça de retrocessos. Retrocessos particularmente no que se refere à garantia das terras indígenas, que é a base para o gozo de todos os demais direitos para estes povos (YAMADA, 2017: p.6).

E continua.

Falta de garantia dos direitos indígenas por parte do Estado e sua omissão frente às violências e violações praticadas contra esses povos por particulares levam a situações de etnocídio alertadas por autoridades nacionais e internacionais. É o que acontece, por exemplo, no Estado do Mato Grosso do Sul, onde a não conclusão dos processos de demarcação de terras indígenas atende à pressão de fazendeiros latifundiários, que por sua vez se beneficiam de investimentos financeiros por parte do Governo Federal, retro-alimentando relações de poder e de influência (IDEM, IBIDEM).

Os dados e conclusões apresentados pela pesquisadora reforçam a discussão acerca do permanente desrespeito aos direitos humanos que vem sofrendo as populações indígenas, especialmente os Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. É interessante perceber no fragmento do relatório acima analisado que, sem dúvida, no campo da educação, muitos avanços foram obtidos. No entanto, no que se refere a questão das demarcações de seus territórios tradicionais, o problema tem se agravado, tendo em vista o fortalecimento do agronegócio no estado, como também o papel político alcançado por esse setor junto ao governo federal, no que se refere aos investimentos e financiamentos adquiridos pelos grupos privados, mas também na presença de representantes políticos eleitos diretamente para o Congresso Nacional.

A violência tem sido uma constante na história dos povos indígenas no Brasil e a promulgação da Constituição de 1988, interpretada como um ápice na conquista de direitos, não resultou propriamente na transformação desse cenário, especialmente no que concerne aos Guarani Kaiowá. O que se pode apreender das interpretações feitas até aqui é a manutenção das relações de poder vinculadas a pequenos grupos que influenciam os rumos das políticas de Estado, aspecto que está presente ao longo da história de formação do Estado brasileiro, desde a colônia. A nova Carta Magna trouxe outras condições para a efetivação da demarcação de terras indígenas, num contexto em certa medida favorável para isso, haja vista a participação de organizações internacionais no campo da preservação ambiental da Amazônia brasileira. No

entanto, permaneceram realidades de total desrespeito à humanidade, como a crescente violência e indigência a que são submetidos os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

Observando o contexto mais recente, especialmente durante o período dos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2016), a partir inicialmente do Relatório do CIMI publicado em 2011, intitulado “A violência contra povos indígenas em Mato Grosso do Sul”, que apresenta dados de 2003-2010, é possível constatar a realidade brutal vivenciada pelos Guarani Kaiowá. A antropóloga Lucia Helena Rangel destaca que o grau de violência contra os indígenas no estado, durante o período analisado, é estarrecedor.

Se agregarmos os assassinatos às tentativas de assassinatos ocorridos entre os Kaiowá Guarani, durante os oito anos do governo Lula, teremos um quadro mais agravante, são 250 mortes e 190 quase mortes, somando 440 pessoas atingidas por essa forma de violência.

Nos últimos quatro anos o número de assassinatos de indígenas no Mato Grosso do Sul foi superior ao total de assassinatos de indígenas ocorridos no restante do país. Enquanto morreram 162 indígenas no MS, 106 morreram, igualmente assassinados, nas mais diferentes regiões do Brasil. A comparação não serve para amenizar o quadro da violência contra indígenas nas diversas regiões do Brasil, nas quais a violência tem sido bastante grave; o que se quer mostrar é a situação gravíssima vivenciada pelos Kaiowá e Guarani. Embora devamos considerar a complexidade de fatores que envolvem essa realidade e que a grande maioria das mortes é resultante de conflitos ocorridos dentro das comunidades, os números causam indignação e exigem medidas urgentes, amplas e articuladas, começando pela demarcação dos *tekoha* (CIMI, 2011: p.17).

Para a pesquisadora, é fundamental entender que o elevado número de mortos está diretamente relacionado com as condições de vulnerabilidade que são vivenciadas pelos Guarani Kaiowá. E observa ainda que, dentre os motivos, estaria a questão dos seus territórios. Destaca:

Não restam dúvidas de que o confinamento seja a maior causa dessa gravíssima situação. Na terra indígena Dourados, onde vivem mais de 14 mil indígenas, ocorreram 16 assassinatos, dos 34 ocorridos no MS em 2010, conforme dados da polícia. Esse é um dos indicativos pelos quais a Procuradora Déborah Duprat qualifica a situação nessa terra indígena como uma das piores do mundo. Uma verdadeira situação de guerra, na qual morrem mais indivíduos assassinados do que em países em estado de guerra, como é o caso do Iraque (IDEM, IBIDEM).

A permanência dos conflitos de terra ocasionados em virtude da luta por direitos à terra, associada à morosidade e omissão do Estado brasileiro na questão da demarcação e regularização fundiária de terras indígenas, tem sido um elemento central para o aumento da violência e o crescimento das mortes entre os indígenas, principalmente entre os Guarani

Kaiowá. Essa realidade é retratada no documentário *Ñande Guarani*, realizado por Cunha (2008), com algumas imagens de um processo de reintegração de posse ocorrido em 2005, que ocasionou na morte de uma liderança indígena e em dezenas de feridos.



Figura: Mosaico de Imagens sobre Processo de Reintegração de Posse.

Fonte: *Ñande Guarani* (CUNHA, 2008)



Figura: Valdelice Veron em Entrevista para o Documentário *Ñande Guarani*.

Fonte: *Ñande Guarani* (CUNHA, 2008)

Destaque-se que a imagem acima se refere ao depoimento prestado por Valdelice Veron, considerada importante liderança Kaiowá, no trabalho audiovisual que é objeto de estudo da

presente tese. Nesse relato, ela descreve a experiência de violência e humilhação sofrida em diversos despejos ocorridos com os Guarani Kaiowá e rememora o assassinato do pai, Marcos Veron, em 2003. Demonstra grande tristeza e indignação, frente a omissão e conivência das autoridades judiciais diante dos abusos cometidos pelos atuais proprietários de terra, seja pela ação de grupos paramilitares privados, seja pela não realização da demarcação das terras indígenas, como garante a Constituição Federal. E relata que já ouviu juízes dizendo que preferem ver os índios mortos. E que normalmente têm sido o Ministério Público, o órgão estatal que ainda tem demonstrado preocupação com a questão indígena.

As imagens e o depoimento de Valdelice Veron dialogam diretamente com os relatos do líder indígena Eliseu, quando indagado por mim, durante o processo de levantamento de dados, acerca dos conflitos por terra na região. Aquele narrador afirmou:

Os fazendeiros contratam pistoleiros para expulsar nós. E além dos fazendeiros atacando com seus pistoleiros, que não querem entregar mais as terras, a gente enfrenta também os próprios governos locais, no caso o município, o estado, também nós estamos enfrentando. Além disso, também judiciários locais, que o próprio juiz do local muitas vezes dá ordem judicialmente para que a gente seja expulso de novo das nossas terras tradicionais. E quando a gente é expulso, muitas vezes a gente é levado na beira da estrada para a gente se acampar na beira da estrada, e esperando a boa vontade do governo ((acha graça)), só que isso não acontece, eles não estão demarcando para nós. Então, por conta disso, nós estamos voltando pela nossa própria mão mesmo, ou seja, nossa decisão. Os Guarani Kaiowá, eles entram com as suas famílias para ocupar as terras tradicionais e são atacados, por isso tem muita violência, maior número de mortes de lideranças e de professores.

O relato do líder indígena é a demonstração de uma violência constante vivenciada por eles no Mato Grosso do Sul. Principalmente para os indígenas que retornam aos seus territórios tradicionais, pois enfrentam a pistolagem financiada por grandes proprietários de terra, juntamente com ação/inação do Estado. Pois é frequente a ação das forças policiais atuarem em consonância com o poder político local e estadual. A cidadania dos Guarani Kaiowá, na figura do reconhecimento de seu direito ao território tradicional, é completamente desconsiderada. E com frequência, o poder Judiciário respalda o direito de propriedade para os ocupantes não indígenas, em detrimento do que prescreve a Constituição Federal acerca do direito ao território tradicional indígena.

O despejo de famílias Guarani Kaiowá para fora de suas aldeias e a ocupação da beira das estradas são realidades comuns no estado do Mato Grosso do Sul, mediante o descaso e o abandono por parte das autoridades públicas.



Figura: Famílias Guarani Kaiwoá se deslocando na Beira da Rodovia.

Fonte: Ñande Guarani (CUNHA,2008)



Figura: Crianças Guarani Kaiowá.

Fonte: Ñande Guarani (CUNHA, 2008)

Pode-se aferir, como narrou Eliseu, que os Guarani Kaiowá e suas famílias estão vivendo e acampando nas margens das estradas após serem despejados mediante decisões judiciais. As condições de espoliação e vulnerabilidade se mostram concretamente, tendo entre suas principais vítimas os mais velhos, as crianças e os jovens.

Olhar as imagens sobre a condição de vida dos Guarani Kaiowá, às margens das rodovias no Mato Grosso do Sul, possibilita identificar a existência de um contingente da população brasileira que, permanentemente, vivem sem cidadania e à margem das leis e dos direitos. Vivem um permanente estado de exceção.

CAPÍTULO II – OS PROJETOS ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO DA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DOS GUARANI KAIOWÁ DO MATO GROSSO DO SUL

A história dos Guarani Kaiowá descrita e analisada no Capítulo I demonstra que a luta por seus territórios tradicionais está diretamente relacionada com os propósitos políticos e econômicos promovidos pelo Estado brasileiro, em consonância com os projetos de desenvolvimento econômico que contavam diretamente com a parceria de setores privados. Um exemplo concreto foi a atuação da Companhia Matte Laranjeira no final do século XIX e início do século XX. Ela foi um dos grandes empreendimentos econômicos na região, mediante a constituição de um grande latifúndio que, na prática, resultou do arrendamento de áreas extensas do território Guarani Kaiowá. Dessa forma, foram explorados os ervais nativos, com intensa utilização de mão de obra dos povos indígenas da região.



Figura: Galpão da Companhia Mate Laranjeira.

Fonte: Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014).

Essa observação acerca da atuação da companhia e seus desdobramentos na forma de vida dos indígenas, foi destacado pela pesquisadora Verônica Maria Bezerra Guimarães, quando afirma:

Após o término da guerra do Paraguai, uma comissão para fixar os limites percorreu a região e um dos seus integrantes Thomaz Laranjeira observou a farta disponibilidade de ervais nativos. Em 1882, o governo federal lhe permitiu o

arrendamento de terras públicas para a exploração por um período inicial de dez anos e um ano depois, ele funda a Companhia Matte Laranjeira, abrangendo uma área impressionante de aproximadamente 5.400.000 hectares. A área foi sendo ampliada graças ao seu bom trânsito político. A incidência deste arrendamento teve forte influência sobre as terras Guarani Kaiowá e os indígenas foram utilizados como mão de obra (GUIMARÃES, 2018: p.20).

Essa ocupação do centro-oeste do país, especialmente do estado do Mato Grosso do Sul, apareceu nos relatos da liderança indígena, Tônico Benites, quando descreveu o processo histórico de conquista e transformação dos territórios tradicionais dos Guarani Kaiowá por brasileiros não indígenas.

Erva-mate é nativa. Então a primeira coisa foi a extração disso. Que atraiu muitos interessados em pegar essa erva-mate que gerava muito lucro. Descobriam que aquilo lá podia gerar muita riqueza, para determinadas empresas. Então a primeira coisa foi a extração da erva-mate porque a terra é boa, oferecia erva-mate. Aí foi extração por quase um século, desde o final dos anos 1800, quando acabou a guerra do Paraguai e começou a extração da erva. Que demorou mais ou menos 80 anos gerando essa mão de obra, onde também os indígenas foram utilizados como mão de obra, não só indígenas, outros não-indígenas da região e de outros lugares. Então isso começou assim, a retirar recursos dali mesmo para quem administra, principalmente o governo e os seus parceiros, ou seja, seus aliados.

O relato de Tônico Benites pode ser reforçado com duas imagens extraídas do filme *Alma, Palavra, Alma* (CUNHA, 2014), onde aparecem indígenas trabalhando nos ervais.



Figura: Trabalho indígena na extração da erva mate.

Fonte: *Alma, Palavra, Alma* (CUNHA, 2014)



Figura: Trabalho indígena na extração da erva mate.

Fonte: Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014)

Durante o período denominado de Era Vargas (1930-1945), a economia brasileira passou por um processo bastante significativo, no qual a presença do Estado no desenvolvimento do país se deu com maior efetividade, impulsionado pelo aumento de investimentos governamentais e direcionamento político estatal para a ocupação, colonização e ampliação das fronteiras agrícolas no Brasil. Essa constatação é feita pelos pesquisadores Erneldo Schallenger e Iara Elisa Schneider (SCHALLENBERGER & SCHNEIDER, 2010: p.204), quando destacam:

O Estado promoveu a instalação de infra-estrutura básica, começando pelos setores energético, de transportes e de uma rede de serviços. Para a objetivação das novas finalidades previstas pelos detentores do poder estatal, a aliança dos setores não tradicionais da produção agro-exportadora com a burguesia urbana motivou a efetiva participação do Estado, tanto pela via direta, através da instalação de indústrias de capital estatal, como indireta com financiamentos e incentivos à iniciativa privada. Além de incentivar a industrialização, um dos objetivos principais do período era expandir as fronteiras produtivas e incorporar novas terras e produtos ao mercado. Neste aspecto, destaca-se a importância da iniciativa privada, por meio de companhias colonizadoras particulares para a política de expansão e colonização do interior brasileiro que se intensificou a partir dos anos de 1930-1940.

É importante refletir a partir da descrição acima que o momento de expansão da atividade industrial, de cunho nacionalista, próprio do período varguista, não deixou de lado o setor agrícola. Pelo contrário, o intuito era poder associar o desenvolvimento industrializante

com a ampliação das fronteiras agrícolas, avançando sobre áreas aparentemente desocupadas ou de baixa rentabilidade econômica, transformando-as a partir da lógica capitalista de exploração. Assim, a articulação entre o poder estatal e os setores econômicos privados ganhou um novo vulto, direcionando para um tipo de exploração da terra dentro de uma racionalidade capitalista.

Um exemplo concreto desse propósito político-econômico foi a chamada “Marcha para o Oeste”, durante o governo Vargas (1930-1945), precisamente no período ditatorial, na época do Estado Novo, que tinha entre seus objetivos: a integração do interior brasileiro a fim de promover o desenvolvimento nacional; estabelecer uma espécie de reforma agrária ao proporcionar o desenvolvimento de pequenos núcleos agrícolas, que enfraqueceriam os latifúndios existentes no interior do Brasil; dar incentivos econômicos ao norte e centro-oeste do Brasil para desenvolver as economias dessas regiões, principalmente a partir do crescimento da produção agrícola e da integração dos povos indígenas com a economia brasileira.

Essa ocupação do centro-oeste do país aparece nos relatos da liderança indígena Tônico Benites, quando descreveu o processo histórico de conquista e transformação do território tradicional dos Guarani Kaiowá por brasileiros não indígenas.

Só que no final de 40 quando começou a acabar madeira, com o corte da floresta, a criação de gado chegou. O gado é o novo problema. Já é final de 40-50 mais ou menos, em toda a região que já não tem mais madeira. E derrubaram toda floresta e plantaram o colonhão, que é a pastagem. O colonhão e o brizantão. Só que esse processo quando chegou, porque com toda derrubada, plantaram o colonhão, o próprio indígena plantava, ou seja, mão de obra para plantio do colonhão. Quando cresceu o colonhão, chegou o gado. Esse é um momento que foi muito ruim. Expulsões aconteceram porque o gado não exigia mais tanta mão de obra. Ou seja, a presença do gado incomodava, e já começou a gerar problema com o indígena, porque o gado vivia disperso ali na pastagem. E o indígena morava por ali também. Então esse foi um relato muito comum. Relataram que com a chegada de centenas de gado foi um dos problemas para o indígena, porque aí tinha a roça dele, e pisoteavam a roça. E o gado se espalhava pela região.

No relato da liderança indígena acima descrito, um novo processo de desenvolvimento econômico começou a ser implantando no Mato Grosso do Sul. A importância do trabalho extrativo da erva-mate vai sendo deixado de lado, como também o monopólio da Companhia Matte Laranjeira é quebrado. Observa-se que a exploração da erva-mate vai sendo substituída por outra fonte de recurso natural que apresentava maior lucratividade. Na fala de Benites, constata-se a passagem dos ciclos de exploração econômica dos recursos naturais no estado, que são pensados e articulados por não indígenas, numa lógica predatória. Primeiramente

extraem os ervais nativos e, mais tarde, em decorrência da lucratividade, a madeira, com a consequente devastação e destruição das matas nativas e ampliação de terras para a agropecuária. Vale destacar, que nesse processo de expansão econômica, os territórios tradicionais vão sendo ocupados via projetos de colonização, onde as populações indígenas, especialmente os Guarani Kaiowá, são deslocados para as áreas de reservas e utilizados intensamente como mão de obra.

Durante o período do Governo Vargas (1930-1945), a empresa Matte Laranjeira perdeu o controle que mantinha sobre as terras da região e o governo promoveu outras iniciativas para estimular a colonização do estado. Esse momento é analisado pela pesquisadora Verônica Maria Bezerra Guimarães (GUIMARÃES, 2018: P.21)

No de ano de 1943, foi implantada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, situada na política de “marcha para o oeste”, de colonização de terras e de produção de alimentos, com a atração de assentamentos de trabalhadores através da venda de lotes para colonos. A CAND ampliou o raio de desmatamento e provocou impactos significativos sobre os *tekohas*, principalmente os de Panambi e Panambizinho.

A condição periférica do trabalho indígena, no processo de organização da economia capitalista na região, é uma constante. No relato de Tonico Benites se verifica isso, pois os Guarani Kaiowá foram utilizados como mão de obra na extração da erva-mate e depois na formação das pastagens para o gado que estaria chegando. Contudo, com a implantação da pecuária extensiva no Mato Grosso do Sul, um novo problema apareceu. Pois a nova forma de exploração econômica da terra desconsiderava o trabalho indígena, que até aquele momento dava condições para o seu desenvolvimento. A criação de gado não absorvia mais a mão de obra nativa como antes. Além disso, o modelo extensivo da pecuária deixava o animal vivendo solto no pasto e, com isso, passou a ser comum a destruição das roça de subsistência das comunidades indígenas, nos *tekohas*. Dessa forma, as tensões e os conflitos foram gradativamente crescendo, levando os então proprietários das terras a pressionarem o Estado para a remoção das famílias Guarani Kaiowá para dentro das reservas.

É importante destacar que o processo econômico de viés tipicamente capitalista, presente na atuação da Companhia Matte Laranjeira, no final do século XIX, ganhou novo impulso com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em 1943. Além disso, é pertinente destacar que a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1910, depois denominado apenas de Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a partir de 1918, já demonstrava em suas ações a natureza da política

indigenista de então, pela tarefa de deslocar as populações indígenas para as reservas que seriam criadas e a possibilidade de integrar, nesse caso, os Guarani Kaiowá como mão de obra essencial para os não indígenas.

No documentário Alma, Palavra, Alma aparecem imagens fotográficas do período que exemplificam a condição colocada para os Guarani Kaiowá.



Figura: Grupo de trabalhadores indígenas Guarani Kaiowá.

Fonte: Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014)

É pertinente lembrar aqui as considerações feitas no Capítulo I, relativamente às reservas que, aparentemente, eram uma forma de proteção dos povos indígenas, suas tradições e cultura, mas que acabava atendendo aos interesses dos grandes proprietários de terras rurais, na região. Pois os mesmos pressionavam as autoridades, especialmente o SPI, e mais tarde pressionariam a FUNAI, para que mantivessem esse confinamento. .

E naquele momento muitas famílias foram retiradas para a reserva, porque o próprio fazendeiro falava, "Que a gente não precisa mais de mão de obra de você, então você tem que ir para a reserva". Falava, "Aqui não é mais terra de vocês, aqui é minha terra, aqui eu comprei, aqui é a minha fazenda, você tem que se retirar da área" (BENITES, agosto de 2017).

Na prática, vai se evidenciando um modelo econômico de desenvolvimento que desconsidera completamente os indígenas, especialmente os Guarani Kaiowá, que vivem a bastante tempo na região. Muito antes de qualquer projeto de ocupação e colonização implementado por governos ao longo da histórica política do Brasil.

Já na segunda metade do século XX, especialmente durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, foi instituído via Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN), relacionados com grandes projetos de infraestrutura, de mineração e de expansão da agricultura. No âmbito agrário, cabia ao Ministério da Agricultura, estimular a colonização e a reforma agrária, a execução de projetos agropecuários e agroindustriais, os quais, necessariamente, previam a desapropriação de terras para o assentamento de colonos, possibilitando assim a organização de comunidades urbanas e rurais.

Dentro do aspecto econômico, pode-se identificar que o processo de expansão econômica capitalista no estado do Mato Grosso do Sul vai sendo aprofundado. Dentro dessa lógica de exploração mais eficaz da acumulação de capitais, o Estado brasileiro e seus parceiros privados tiveram papel decisivo. Pode-se aferir que a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados nesse processo foi essencial, pois a partir dela, a ocupação da região, especialmente a conquista dos territórios tradicionais dos Guarani Kaiowá e conseqüentemente sua expulsão pelos não indígenas, vai sendo consolidada, com sucessivas políticas públicas implementadas e financiadas pelo próprio Estado brasileiro. Essa observação também foi elemento de reflexão pelo pesquisador e antropólogo Antonio Brand, em artigo intitulado “Os Kaiowá e Guarani no MS: uma história de violência e atropelo da legislação indigenista” (BRAND, apud CIMI, 2011: p.40), quando afirmou:

Assim foi durante o domínio da Cia Matte Laranjeira, até a década de 1940, na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, CAND, que inicia em 1943, – há uma impressionante documentação atestando a criminoso omissão dos órgãos públicos frente ao drama das aldeias atingidas pela CAND. Assim foi, também, na posterior implantação dos projetos agropecuários, especialmente a partir de 1950. Analisando o período recente e a situação atual dos Kaiowá e Guarani, percebe-se um perfeito entendimento entre as políticas públicas junto aos povos indígenas e os interesses da economia regional. E, nesse processo, as leis favoráveis aos direitos indígenas foram e são, constantemente, ignoradas.

Como destacado por Antônio Brand, esse processo de dominação das políticas públicas de desenvolvimento, pautado pela expansão do agronegócio na região e pelo subjugo das populações Guarani Kaiowá, foi sendo aprofundado, especialmente após Golpe civil-militar de 1964 e a implantação do regime ditatorial. O projeto político-econômico dos governos militares estava pautado na ideia de segurança nacional e crescimento econômico. Portanto, a expansão das fronteiras agrícolas significavam conquistar as terras consideradas vazias, distantes dos tradicionais centros urbanos, das regiões sul e sudeste, e implementar mecanismos que

pudessem contribuir para o aumento da produção agrícola nacional. Para tanto, o Estado brasileiro não mediu esforços. A intensidade das políticas destinadas à especialização econômica do estado do Mato Grosso do Sul fica expressa na imagem de um grande celeiro produtor de grãos. Esse dado pode ser constatado a partir das reflexões produzidas pelos pesquisadores Getúlio R. de Lima e Antonio H. A. Urquiza (2015: p.121), quando destacam:

Em Mato Grosso do Sul, o Estado procurou consolidar um modelo de desenvolvimento baseado na monocultura e na produção para a exportação, em detrimento da produção de alimentos básicos para consumo interno, em que o lema dos militares era transformar “Mato Grosso do Sul no novo celeiro do Brasil”, por meio de políticas de crédito agrícolas e dos incentivos fiscais aos grandes latifundiários.

A partir desse propósito de criação de um “novo celeiro do Brasil”, teremos o aprofundamento dos problemas que já eram enfrentados pelas populações indígenas na região, especialmente os Guarani Kaiowá. O processo de perda de seus territórios tradicionais vai sendo ampliado juntamente com a pressão para que os indígenas ficassem confinados nas reservas. É interessante perceber que na base da formação desse “celeiro” está, de fato, a articulação entre o segmento agropecuário, chamado “agronegócio”, com os capitais internacionais, aspecto analisado pelos pesquisadores acima referidos tem sido. Na prática, a exploração econômica da região atendia as prerrogativas de interesses de investidores estrangeiros, que garantia elevada rentabilidade para grupos externos e ao mesmo tempo permitia o fortalecimento político e econômico de um pequeno grupo no estado, em detrimento da grande população Guarani Kaiowá.

O estreito envolvimento do Estado brasileiro no período ditatorial com os interesses dos grupos privados no Mato Grosso do Sul ficou demonstrada pela implementação de políticas públicas de financiamento e incentivo ao agronegócio, como construção de obras que contribuiriam para a geração de energia e para o escoamento da produção agropecuária. Esse argumento é reforçado pelos pesquisadores Lima e Urquiza (2015: p.126).

A partir da década de 1970, esse isolamento foi praticamente rompido com a conclusão da estrada Campo Grande-Porto XV, com a implantação de meios de comunicações com os grandes centros do País e ainda com a construção das hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupia.

A partir da execução dos Programas Federais PRODEPAN, PRODEGRAN, POLOCENTRO, CONDEPE e outros de incentivo ao desenvolvimento da região, antes da divisão de Mato Grosso do Sul, e do PROSUL, já a partir da criação do novo Estado, o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, ganhou novo impulso através da melhoria de sua infraestrutura econômica e do incentivo a maiores investimentos.

No final da década de 1960 e início de 1970, as extensas áreas de terras do Estado foram ocupadas por agricultores do sul do Brasil, responsáveis pelo modelo de monocultura extensiva e a introdução de capitais, assim como de novas técnicas na agricultura e pecuária.

O crescimento econômico dos grandes proprietários de terras rurais e seu fortalecimento político, dado o estreitamento das relações entre os produtores e os investidores interessados no mercado agropecuário, faz prevalecer esse projeto em detrimento da existência dos Guarani Kaiowá e do respeito às suas diferenças culturais e históricas. O processo de esbulho do território indígena ganhou então outra proporção, haja vista o aumento da repressão e da violência praticada pelos militares. Esse período é lembrado pelo líder Guarani Kaiowá, Eliseu Lopes, em entrevista realizada por mim.

Então, eles trabalhavam forçados. E muitas vezes militares expulsavam indígenas de suas terras para que os fazendeiros entrem lá, ocuparem, registrarem no nome deles, e muitas vezes os indígenas eram mortos, enterrados. É assim. Isso é que antigamente o meu avô me contava isso. Eles trabalhavam muito forçado e os indígenas eram muito também mortos pelos próprios fazendeiros, isso mesmo já existindo o que nós chamamos de FUNAI, na época era o SPI.

Ressalte-se que o período ditatorial (1964-1985) utilizou de mecanismos arbitrários, violentos e cruéis junto as populações indígenas, especialmente no Mato Grosso do Sul. Sem dúvida, o processo de espoliação dos povos indígenas, nessa região, já existiam, contudo, é possível afirmar que, em virtude da importância econômica do estado para os projetos de desenvolvimento governamentais, o Estado brasileiro, nesse período, vai utilizar do aparato policial e militar para inibir qualquer forma de resistência, ou iniciativas dos indígenas, que pudessem atrapalhar o impulso econômico na região.

Violência e controle eram aplicadas com o intuito de produzir medo e insegurança às famílias indígenas. Além de serem forçados a abandonarem seus territórios, suas formas tradicionais de organização política eram alteradas, dentro das reservas. As lideranças e os rezadores eram retirados do seu papel de organizadores e articuladores da comunidade, sendo substituídos pelo chamado capitão – indígenas que seguiam as ordens dos diretores da FUNAI e dos militares e tinham a tarefa de exercer o poder sobre as famílias que viviam na reserva. Eles modificavam, na prática, a forma de organização política própria de cada grupo étnico, esvaziando a importância dos caciques e rezadores já existentes nas aldeias. Além disso, destruíam a lógica tradicional pela qual os caciques eram reconhecidos como líderes, em função de sua generosidade, abertos para a escuta e sempre dispostos a construir o consenso dentro de

sua comunidade. Já o capitão era a representação de poder próprio dos não indígenas. Sua atuação estava sempre relacionada com a força, a violência e a imposição. Do ponto de vista sócio-político, o capitão era o oposto do que significava liderança para os indígenas, gerando muito conflito, medo, violência e insegurança.

Tonico Benites, quando questionado na entrevista sobre o que lembrava dos relatos dos mais velhos acerca da experiência da Ditadura Civil-Militar, relata e faz importante descrição sobre a atuação do capitão na reserva.

Então, aí cria a figura do capitão que era bem-criado, militar, capitão indígena, polícia indígena, sargento indígena, na reserva. Aonde era submetida toda a família, toda vez que eles levavam as famílias, a comunidade inteira para a reserva “ó, aqui você está sob o comando do capitão. Quem manda aqui é o capitão. Você não manda mais nada”. Mas só que em outra área tinha as lideranças dele, não é? Tinha a liderança tradicional, tinha seus rezadores e seus pajés enfim. Só que quando chega, se assenta na reserva, ele perde tudo, ou seja, é ignorada. E a FUNAI também trabalhava para que ele falasse: “aqui tem um só capitão”. Ou seja, quem mandava lá era um chefe da reserva, chamava de chefe da FUNAI”, tinha diretor da FUNAI, o capitão indígena que trabalhava ia junto para assegurar o indígena na reserva, não é? Então nesse sentido o papel da FUNAI não era para segurar indígenas na sua terra tradicional, mas diante da insistência “retira indígena”, a própria FUNAI vai lá e “você tem que sair”, tenta convencer “Olha, não falei para você que se você não saísse ia ser atacada, ia ser massacrada, ia ser queimadas as suas casas? Agora vocês não foram para a reserva, não saíram, o que é que aconteceu?”, então, tentavam justificar que eles já tinham avisado que se eles não fossem, iam atacar, ser atacado mesmo, o grupo. Então tudo isso aconteceu.

A partir do relato da liderança, podemos perceber que as práticas autoritárias do período ditatorial não ficaram restritas apenas aos grandes centros urbanos, ou atingindo apenas a população brasileira de não indígenas. Em geral, há informação disponível para se compreender o modelo autoritário instituído nos desdobramentos entre as instituições da sociedade, como na imprensa, na universidade, nas empresas e nos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. As medidas e práticas arbitrarias da ditadura também foram vivenciadas pelos povos indígenas em seu cotidiano, dentro das próprias reservas, onde passou a prevalecer o modelo hierarquizado, centralizador e autoritário, que é típico dos quartéis, como modo sistemático no dia-dia dos Guarani Kaiowá.

Ainda quando indagado sobre os conflitos que teriam ocorrido entre os indígenas e os grandes proprietários rurais, durante a Ditadura Civil-Militar, Tonico Benites reforçou a dupla função que era desempenhada tanto pela FUNAI, como pelos militares. Ou seja, retirar os Guarani-Kaiowá de suas terras tradicionais e levá-los para a reserva, função que perpassou as

ações do órgão indigenista e dos militares, a tal ponto que as duas instituições tinham suas imagens mescladas uma à outra.

É como já falei, eram expulsões. Era militar que ia lá e se juntava para expulsar. Tem muita história disso aí, militar é ligado à FUNAI queria expulsar indígena das suas terras. E na reserva era essa experiência da figura do capitão. A introdução dessa figura de poder na reserva, que é o capitão, a polícia indígena, que são extremamente agressivos, que é orientado por um militar. Falam do capitão, da polícia indígena armada, todo esse relato vem, ou seja, foi originado pela ditadura militar essa violência interna, prender outro indígena, torturar outro indígena. Enfim, o capitão tem que mandar em todo mundo na reserva, a polícia indígena tem que prender, tem que punir, tem todas essas consequências desse sistema da ditadura.

A permanência de tais práticas arbitrárias praticadas ao longo do período ditatorial ainda é uma realidade, no que se refere à forma como os indígenas que nasceram nas reservas compreendem o papel da liderança política. Para eles, a reserva na atualidade precisa ter a figura do capitão e da polícia indígena. Esse modelo militar baseado no autoritarismo e na força deixou marcas profundas nos povos indígenas. Essa constatação é feita por Tônico Benites, quando foi questionado acerca da continuidade de práticas autoritárias, mesmo não existindo mais a Ditadura Civil-Militar.

Não, porque reserva sempre foi... ou seja, reserva é resultado desse trabalho do sistema militar. Até hoje, numa reserva todos que cresceram na reserva tem na cabeça que na reserva tem que ter capitão, tem que ter polícia indígena. Então continua, mas na área recuperada, na área que luta pela terra, é outro tipo de organização tradicional. Então na reserva ficou até hoje ainda essa experiência da ditadura militar: que tem que ter capitão, tem que ter polícia, índio tem que ser preso, índio tem que sei lá... bem diferente na área onde luta pela terra. Ali não tem capitão assim, não se chama de capitão. Chama de representante, líderes ou rezadores.

A permanência de práticas autoritárias que foram incorporadas no dia-dia das reservas é preocupante, pois tem produzido desdobramentos na forma como os povos indígenas estão organizados e reforça uma atitude de submissão frente aos problemas sociais que são vividos cotidianamente. Outro aspecto importante a ser observado na fala do Benites é a diferença que existe na forma de organização dos Guarani Kaiowá que não vivem nas reservas e estão articulados nos movimentos de retomada. Ele faz questão de destacar que o modelo implantado pelo regime ditatorial não existe nas aldeias de retomada, mas que as lideranças são pajés, caciques e rezadores, aproximando-se mais do modo de vida Guarani Kaiowá dos *tekohas*.

Acerca dessas marcas da experiência autoritária vivida pela sociedade brasileira e, como parte dela, pelos povos indígenas, entre eles, os Guarani Kaiowá, é importante perceber que ainda permanecem práticas de exceção na forma como o Estado, nas suas esferas de poder, trata os povos indígenas e suas demandas. Exatamente quando constatamos mediante os relatos orais, imagens dos documentários e levantamentos do próprio CIMI, que a violência e o desrespeito aos indígenas no Brasil, com destaque na questão da demarcação de seus territórios tradicionais, parecem uma realidade constante. É como se o passado ainda se fizesse presente. Nesse sentido os pesquisadores Edson Teles e Vladimir Safatle (TELES & SAFATLE, 2014: p.10) apresentam algumas particularidades da experiência ditatorial no Brasil, contribuindo nas reflexões aqui apresentadas sobre a realidade vivenciada pelos Guarani Kaiowá.

A saber, a ditadura brasileira deve ser analisada em sua especificidade. Ela não foi uma ditadura como as outras. De fato, como gostaríamos de salientar, há uma “exceção brasileira”. No entanto, ela não está onde alguns gostariam que ela estivesse. Pois acreditamos que uma ditadura se mede (Por que não? Tenhamos coragem de dizer que medir uma ditadura é uma boa ideia), ela se mede não por meio da contagem de mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente, ou seja, através daquilo que ela deixará para frente. Neste sentido, podemos dizer com toda segurança: a ditadura brasileira foi a ditadura mais violenta que o ciclo negro latino-americano conheceu.

A partir da questão apresentada pelos pesquisadores, entende-se que problematizar sobre a Ditadura Civil-Militar em sua particularidade, no que tange as práticas de exceção e a permanência delas no presente, é vislumbrar e apreender a extensão dos impactos do regime autoritário brasileiro, descortinando a possibilidade de ele ainda ser uma realidade para os povos indígenas e, sem dúvida, para os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

É possível fazer esse paralelo acerca das práticas de exceção do passado, a partir da verificação de iniciativas do Estado, no âmbito dos grandes projetos de desenvolvimento econômico naquele período e no presente.

A relação do Estado brasileiro com a implementação dos projetos de desenvolvimento econômico e com as práticas de exceção e extermínio das populações indígenas foi constatada no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV):

Não são esporádicas nem acidentais essas violações: elas são sistêmicas na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondam por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões.

Na esteira do Plano de Integração Nacional, grandes interesses privados são favorecidos diretamente pela União, atropelando direitos dos índios. A transição

entre os dois períodos pode ser datada: é aquela que se inicia em dezembro de 1968, com o AI-5 (CNV, 2012: p.204).

É importante observar que em diversas passagens do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), na parte relativa aos eventos ocorridos junto às aldeias e povos indígenas, apresenta um conjunto de elementos, entre dados, depoimentos, registros históricos, documentos públicos, relatórios, onde os direitos dos indígenas brasileiros foram completamente desrespeitados e desconsiderados. Onde cabia ao Estado a proteção, o que aconteceu foi a omissão e até mesmo a participação de representantes estatais em parcerias com grandes grupos privados, que não mediram esforços para expulsar, deslocar, confinar e eliminar grupos indígenas que fossem obstáculos aos projetos econômicos de mineração, agroindustriais e governamentais. É importante frisar que todas as violações de direitos humanos sofridas pelos povos indígenas, no Brasil, estavam diretamente ligadas a empreendimentos econômicos, fossem eles encabeçados pelo Estado ou em parcerias com grupos privados. Desta forma é possível considerar que, a partir da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o binômio estado de exceção/economia se torna em uma das grandes marcas do regime autoritário.

É importante observarmos também que a partir do Ato Institucional nº 05, em 1968, tivemos o aprofundamento do autoritarismo, como também a intensificação dos projetos de desenvolvimento, principalmente nas áreas indígenas na maioria dos estados brasileiros. Obras de infraestrutura garantiram a construção de estradas em territórios indígenas, exploração de minério na região norte, grandes projetos de expansão agrícola e colonização nas regiões norte e principalmente centro-oeste. Na sequência da escalada autoritária, tivemos a aplicação do Plano de Integração Nacional (PIN) Decreto-Lei 1.106 de 16 de junho de 1970, e, três anos depois, a publicação do Estatuto do Índio (Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973).

Essas medidas estão dentro do momento da economia brasileira que ficou conhecido como “milagre econômico”, caracterizado por altas taxas de crescimento da economia do país. Sem dúvida, esse momento pode ser entendido como desdobramento do binômio estado de exceção/economia.

É interessante perceber que o Estatuto do Índio reforça o caráter da integração dos povos indígenas à sociedade brasileira e estabelece sua condição de tutela ao Estado. Apesar do estatuto tratar da preservação da cultura, costumes e língua, na prática o propósito final é a integração. Sendo assim, a forma de ser indígena seria apenas uma fase na história humana, pois o progresso civilizatório brasileiro incorporaria no futuro os povos indígenas.

A condição de tutela estabelecida pelo Estado implicava na submissão dos indígenas aos ditames e interesses governamentais, cabendo à FUNAI a tarefa de representar os povos indígenas nas suas demandas e necessidades. No entanto, o que acabou acontecendo, como descreveu em diversos momentos o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, acerca dos povos indígenas, é que o órgão indigenista tinha a tarefa de persuadir os diversos grupos que entravam em conflito com o governo e com grupos econômicos privados, de modo que aceitassem sair de seus territórios tradicionais e passassem a habitar próximos aos postos indígenas, onde teriam, por exemplo, apoio com atendimento médico e para construção de novas aldeias. O papel de defender os índios diante das graves violações que sofriam, por fim, não era feito pelo órgão.

Essa realidade foi descrita por Tônico Benites, ao rememorar o papel da FUNAI no período ditatorial.

Então a FUNAI, quando assumiu de 68, ditadura ainda, passou e estar a serviço da ditadura porque precisava trabalhar com militares para... a princípio era levar indígena de onde fazendeiro se queixava do indígena, ou seja, de onde não queria mais que ficasse indígena lá. “Ah, tem um índio aqui que não está querendo sair. Leva para a reserva”. Então a FUNAI, o trabalho da FUNAI era ir lá para convencer o indígena para ir. A FUNAI chega “não, o fazendeiro aqui não quer mais que você fique aqui, vai ter que ir embora, vai para a reserva. Senão, o fazendeiro pode atacar você e a gente não pode fazer nada”. Então o trabalho era esse tipo de convencimento, tentava convencer a comunidade sair dali para que fosse se assentar na reserva. Então, não era o papel dele de conservar ali: Deixar o indígena onde está. A FUNAI era como pai dos índios, porque indígena na época juridicamente não podia fazer quase nada, porque por direito o indígena não tinha direito de reclamar a outro órgão, a recorrer, enfim, ele era tutelado. Só quem podia falar por ele era a FUNAI. Então até que assumiram, em 1968, até 80, o Mato Grosso do Sul, a FUNAI tentou só levar os Guarani Kaiowá para a reserva e segurar lá. E o guarani, por um lado insistindo que não quer ficar lá.

A partir do relato é possível perceber e identificar que a condição de tutela estabelecida aos povos indígenas pelo Estatuto do Índio garantiu, do ponto de vista jurídico, o amparo legal necessário para justificar as ações arbitrárias do órgão indigenista. Ao mesmo tempo, impediam que os indígenas pudessem fazer qualquer reclamação de ordem jurídica, pois a legislação o considerava incapaz e tutelado pelo Estado. Na realidade, a condição de tutela o colocava em uma condição efetiva de exceção, por não ser considerado um cidadão como os demais, ao mesmo tempo que desprovido de qualquer proteção e defesa de sua dignidade humana.

As experiências traumáticas descritas pelos líderes Guarani Kaiowá Eliseu e Tônico Benites reforçam os dados presentes no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, na parte

que trata sobre a expulsão, remoção e intrusão de territórios indígenas. No documento são registrados diversos casos de ações promovidas pelo órgão indigenista, no intuito de deslocar os grupos indígenas Guarani do Mato Grosso do Sul para as áreas de reservas, distantes, portanto, dos seus territórios tradicionais.

Documentos de 1981 comprovam que a Funai atuava decisivamente no processo de remoção dos grupos Kaiowá e Guarani, disponibilizando veículos, motoristas e gêneros alimentícios para viabilizar as mudanças das famílias que eram buscadas nas fazendas (BRAND, 1997, p. 104). Foi a partir da denúncia de outro desses casos, na área conhecida como Pirakuá, em Bela Vista, que o líder Guarani Marçal de Souza passou a se expor a ameaças de fazendeiros. Em 25 de novembro de 1983, ele foi assassinado por pistoleiros, na aldeia de Campestre, em Antônio João. Os acusados pelo crime foram absolvidos pelo júri, em dois julgamentos realizados nos anos 1990.

Desde os anos 1970, Marçal e seus familiares já sofriam ameaças e agressões por se oporem ao regime estabelecido pela Funai no interior das reservas. Em Dourados, o domínio da chamada Polícia Indígena era criticado por Marçal e por ele relacionado à onda de suicídios, principalmente de jovens, que assolava a aldeia desde o início dos anos 1980.

Em março de 1985, um despejo na área conhecida como Jaguapiré expôs a vinculação direta de agentes da segurança pública com esses processos. Cerca de 30 homens atacaram os indígenas – incluindo-se vários policiais militares, que teriam sido convocados pelo prefeito de Tacuru (CNV, 2012: p.216).

A forma como as autoridades, especialmente da própria FUNAI, tratavam as demonstrações de resistência promovidas pelos indígenas é um dado relevante para a reflexão sobre a condição de exceção em que viveram e vivem os Guarani Kaiowá. Não são poucos os relatos presentes no documento da CNV que tratam das ameaças e diversas formas de violência praticadas por agentes públicos, grupos particulares e forças policiais. Também aparece a figura da liderança Guarani Ñandeva Marçal Tupã, que teve papel fundamental nas denúncias feitas contra todas as formas de violência que vinham sofrendo os povos indígenas durante a Ditadura Civil-Militar. Já no início da década de 1980, ele fazia graves denúncias sobre as condições de vida dos indígenas na reserva de Dourados e criticava a atuação da chamada Polícia Indígena, assim como sua relação com os suicídios que aconteciam naquele período.

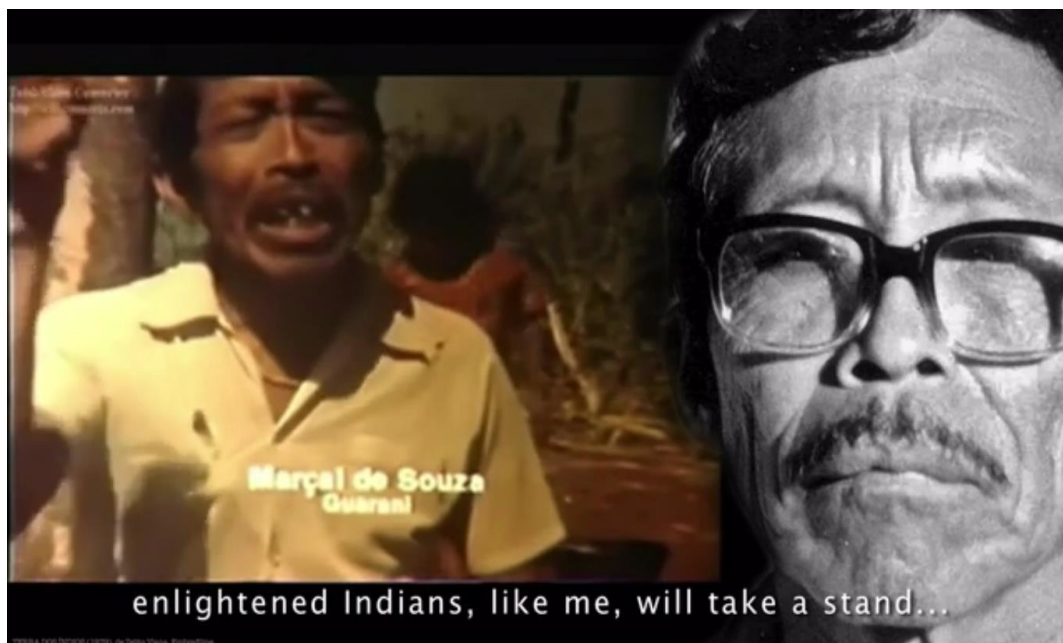


Figura: Fusão de Imagens do Rosto de Marçal de Souza, liderança Guarani Kaiowá.

Fonte: Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014).

Relativamente à prática de suicídios na reserva de Dourados, as denúncias chamam atenção para a perda das referências culturais Kaiowá, em função do estilo de vida imposto pelo órgão indigenista e demais atores atuantes na repressão ao modo de vida indígena, como já foi descrito por Tônico Benites. Contudo, esse conflito intercultural ainda é um problema e uma realidade dentro das reservas indígenas, especialmente a de Dourados. Isso foi constatado pelo cineasta André Luís da Cunha e a antropóloga Delvair Montagner, no documentário Alma, Palavra, Alma. Ambos descrevem as dificuldades enfrentadas no processo de gravação de imagens para o documentário, ressaltando que o grave problema social do suicídio e a violência que pauta a relação entre os Kaiowá mais jovens determinaram alterações no caminho do trabalho audiovisual.

Então aí teve esse conflito que eu falei: “não vou filmar isso”, aí eu saquei isso lá. A gente está fazendo um filme político, não é um filme sobre os costumes mais. E aí que a gente descobriu lá também foi que a origem de quase todos os problemas que estavam ali fora a questão fundiária, que é uma questão maior e independe da cultura. Havia um problema cultural muito grande que era a relação entre os jovens e adultos (CUNHA, 2017).

A observação feita pelo diretor reforça a percepção sobre a violência decorrente e, ao mesmo tempo, motivadora das transformações ocorridas na organização social e no território Kaiowá, especialmente na reserva de Dourados. Ou seja, a crescente violência entre os jovens indígenas, somadas com a questão fundiária. No documentário, fica em destaque a atuação de

gangues juvenis durante a noite, quando os jovens praticam atos extremamente violentos, gerando bastante medo e insegurança entre as famílias.

Só que é uma gangue diferente, que os caras que saem à noite assim, para machucar, para matar, para extravasar uma frustração muito grande. Porque uma das questões assim, bem dramáticas dessa região é que você tem um grupo indígena que é muito pobre, não tem trabalho para todo mundo. Esse trabalho é nos canaviais, cortando cana (MONTAGNER,2017).

Na perspectiva desses relatos, a atuação dessas gangues aproxima-se, em alguma medida, das memórias sobre a atuação da antiga polícia indígena, no que se refere o uso da força, da violência e da necessidade de disseminar o medo na comunidade indígena. Sem dúvida, a motivação dos jovens envolvidos também se relaciona com outros fatores, como problemas de ordem familiar, uso de drogas, bebidas e até mesmo a questão da terra. A reserva é muito pequena para o contingente populacional indígena, ocasionando o aumento das tensões e conflitos internos. Para a antropóloga Delvair Montagner, entrevistada por mim em julho de 2017, esse contexto de violência resulta de um conjunto de fatores, os causadores dos problemas sociais.

Eu acho que são vários fatores que dão nesse problema no posto, lá no posto de Dourados. Claro que se você somar terra, bebida, droga, desajuste familiar, isso leva a uma explosão, porque eu não acho que seja só terra, não. Eles batalham por terra, porque eles têm uma visão maior. Eles têm um monte de filhos. Alguns filhos... e eles querem um espaço normal, como todos.

Também foi constatado pelos cineastas pesquisadores a prática do suicídio entre os indígenas mais jovens. No entanto, no momento da produção do documentário, eles alegaram que o problema mais evidente era a atuação das gangues dentro da reserva. Mas chegaram a registrar um caso de suicídio, durante o período das filmagens.

Aí tem esse componente que gera o suicídio, gera uma cadeia. E não precisa ser motivo forte para você se suicidar, pode ser um tênis que o outro tem. Esse caso que a gente viu lá, eles estavam jogando bola e parece que era um casal jovem. E parece que o marido deu uma bolada na menina e a menina ficou magoada, quando chegou de noite ela se suicidou, se enforcou numa árvore do lado da casa dela e ela tinha um nenezinho. Então, os motivos para nós são banais entre aspas, mas para eles, desencadeia um processo que a gente também não sabe explicar direito. E eu acho que todos os estudos, quando eu fiz o trabalho eu li muito sobre o suicídio e não tinha assim, uma causa. Tem um monte de causas, psicológico, econômico, social, territorial, isso aí, religioso, tem vários componentes. Então é muito difícil.

O debate acerca dos motivos do suicídio entre os indígenas Guarani na reserva de Dourados se desdobra em múltiplas hipóteses. Talvez não exista um único fator, mas a questão do território não deixa de ser um elemento central, haja vista o vínculo permanente entre a comunidade Guarani Kaiowá e a terra, pelo modo como ela se organiza e vive. O jeito de ser, o modo de ser sem dúvida foi alterado quando foram confinados nas reservas. Os problemas que foram rememorados pelos líderes Eliseu e Tônico Benites, acerca das condições de vida dentro das reservas, demonstra que a violência que desarticula o modo de ser e viver tradicional também tem levado ao enfraquecimento da identidade e à anomia entre os mais jovens. Quando indagado sobre a prática de suicídio, Eliseu reforça a existência do problema entre os mais jovens, mas também afirma a importância da terra como uma garantia efetiva para resolver a questão.

É, Mato Grosso do Sul apareceu mais suicídio lá a partir do jovem passando para os adultos. Principalmente, eu como já tenho 40 anos, família, já tenho filhos, então acontece mais na fase de jovem para passar para os adultos, no caso para passar para os 30, 40 anos. E sempre os guaranis, acontece mais o suicídio na base de 15, 23, 28 anos. Por quê? Isso principalmente por falta de terra mesmo, por falta de condições mesmo, porque depois de passar, os jovens, eles casam. Eles conseguem ter filhos. Só que depois, para sustentar a família, muitas vezes não conseguem. Essa é a realidade que levou muitas vezes o jovem a se suicidar, a se matarem. Porque não tem condições de onde é que eles podem trazer o sustento para as suas famílias. E muitas vezes por conta de condições de manter as suas famílias, trazer, levar para as suas famílias para manter, muitas vezes eles se suicidam. Então, por conta disso. Então, o que é que... na avaliação de todos nós, é por causa de terra mesmo. Porque quando a gente tem terra, a gente pelo menos tem, como eu já falei no começo, plantar algumas coisas, porque nós sabemos lidar com a terra para plantar alguma coisa para o nosso sustento. E muitas vezes nas reservas não tem isso, não tem espaço. E para procurar serviço braçal para trazer, para ganhar um dinheirinho ou algum alimento para o próprio sustento da família, muitas vezes não conseguem. Então muitos indígenas, os jovens, entram hoje na bebida, também por conta disso, bebida alcoólica, e muitas vezes estão se drogando. Muitas vezes vão para a cidade e pede pedaço de pão nas ruas, então tudo isso acontece por conta disso, por conta de falta de espaço, por falta de achar condições. Então muitas vezes é por conta disso. Os jovens, eles se drogam ou entram na bebida alcoólica, e eles se matam porque não sabem, não tem para onde, de onde buscar o próprio sustento. Muitas vezes ele não avança nos estudos por conta disso. Abandonam o estudo muitas vezes para achar, procurar serviço, procurar seus alimentos, procurar trazer para as suas famílias. Então por isso que esses suicídios acontecem mais nessa fase de jovem, de 18, 15, 28, 30 anos.

Nessa perspectiva, o debate acerca da demarcação das terras tradicionais, o reconhecimento do território indígena, é central na busca por soluções para os graves problemas que ainda afligem os indígenas no Brasil, especialmente dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso

do Sul. Contudo, à luz dos relatos orais, das imagens elaboradas nos documentários audiovisuais, dos relatórios e de diversas outras fontes de pesquisa, é possível apreender que a realidade vivenciada no recente período autoritário ainda parece uma constante, mesmo após a redemocratização do país. Especialmente no que concerne ao acesso à terra. Os processos de demarcação dos territórios tradicionais continuam sendo um grave problema não enfrentado pelo Estado brasileiro, que continua silenciando sobre a diversidade étnico cultural de povos como os Guarani Kaiowá, em suas lutas pelo direito a seu território.

Nos levantamentos mais recentes realizados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a violência no campo e, destacadamente, no Mato Grosso do Sul, relativamente a conflitos entre os indígenas e os proprietários de terras rurais, tem aumentado em função do crescimento das ações do chamado agronegócio no estado. A luta de retomada dos territórios tradicionais, pelos Guarani Kaiowá, por conseguinte, também é um indicador em crescimento. Os pesquisadores Marcos Homero Ferreira Lima e Verônica Maria Bezerra Guimarães, no artigo “Multicultural, mas esquizofrênico; a mão que afaga é a mesma que apedreja: o Estado e o estímulo ao desenvolvimento e seus impactos sobre as terras indígenas em Mato Grosso do Sul” (LIMA & GUIMARÃES, 2011: p.58) apresentam uma reflexão crítica sobre o que seria a contradição do Estado brasileiro, haja vista o não cumprimento dos preceitos constitucionais no que tange os direitos indígenas.

Nosso multiculturalismo aparece de maneira insofismável nos discursos estatais oficiais sobre as diversas minorias étnicas encontradas no país e se materializa, esparsamente, por escrito, na Constituição Federal, quando estas minorias são abordadas. Em matéria jurídica, as etnias indígenas se prestam muito bem para ilustrar tanto o multiculturalismo brasileiro, quanto a sua esquizofrenia.

No capítulo VIII da Constituição intitulado “Dos Índios”, no artigo 231, está prescrita uma lista de elementos que devem ser observados, a fim de que seja respeitada a alteridade, sendo-lhe conferida a autonomia: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Outros estatutos ou convenções dos quais o Brasil é signatário corroboram essa posição enquanto Estado Multicultural, a exemplo da Convenção 169/89 da OIT.

Os pesquisadores acima ressaltam o caráter bastante contraditório do Estado brasileiro, na figura dos seus gestores, mas também do projeto que se concretiza com a não realização da Carta Magna, no não cumprimento de seus preceitos constitucionais, que são claros acerca dos direitos indígenas, como também dos compromissos assumidos pelo Estado mediante a condição de signatário de convenções e acordos internacionais, como a Convenção 169/89 da

Organização Internacional do Trabalho. Sem dúvida é bastante estranho identificar no campo jurídico que, mesmo existindo instrumentos legais para promover políticas públicas voltadas para a demarcação das terras indígenas, especialmente durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), muito pouco aconteceu. É de se destacar o campo da economia, onde os ditames desenvolvimentistas que marcaram o período ditatorial (1964-1985) não foram rompidos. É possível identificar na discussão apresentada pelos pesquisadores acima o papel que o Estado brasileiro, que continua assumindo a centralidade do agronegócio, no modelo predatório que ele assume no Brasil, como um dos motores de desenvolvimento da sociedade.

Aqui se delinea a duplicidade de personalidade do Estado: enquanto o Estado, representado pela FUNAI e o Ministério da Justiça, tentam há quase uma década regularizar aquela Terra Indígena, em 2010, a poucos quilômetros de Guyraroka, passa a funcionar uma usina de açúcar e álcool – ligado ao Grupo Cosan, uma multinacional, cuja cadeia produtiva é financiada pelo mesmo Estado acima mencionado, como parte da política nacional de produção de etanol. A ambivalência do Estado fica melhor compreendida quando se esmiúça a cadeia produtiva: A Shell e a Cosan firmaram uma *joint venture* denominada Raizen com o tácito propósito de avançar rumo ao mercado norte-americano na venda de etanol. A usina localizada em Caarapó tem como fornecedora a NovAmérica Agrícola que, por sua vez, compra a matéria-prima produzida em duas propriedades inseridas nas terras de Guyraroka já identificada, declarada e prestes a ser demarcada fisicamente. O financiamento do plantio de cana-de-açúcar, bem como dos implementos necessários para o cultivo, são oriundos do Governo Federal, através de recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, repassados a bancos privados que, por sua vez, transferem dinheiro para o produtor rural. Tudo isto ocorre, frise-se, a despeito das normas jurídicas ambientais e de respeito aos direitos humanos. Dentro desta lógica de repasses, no que se refere à área circundante de Guyraroka, foram financiados 9.637 ha, dos quais apenas duas propriedades efetivamente estão contidas em Terra Indígena Identificada, Delimitada e Declarada – a saber, a Fazenda Santa Claudina com 4.408 ha e a Fazenda São Sebastião do Ipacarái (na região do Cabo de Aço) com 356 ha (IDEM: IBIDEM).

O questionamento feito pelos pesquisadores é bastante pertinente. Pois ao mesmo tempo em que o Estado atua de forma lenta, beirando a omissão, de outro lado, o mesmo Estado cria incentivos para parcerias entre multinacionais e grandes produtores de etanol, utilizando financiamento público. Vale destacar, que os setores privados que tiveram a ajuda do Estado brasileiro são exatamente os mesmos envolvidos nos conflitos territoriais na região de Caarapó.

Essa contradição também foi constatada por Tônico Benites, quando questionado sobre as ações governamentais.

Discurso na ONU o governo fala “ah, a gente cuida bem dos índios, regulariza a terra deles, está bem protegido no meio ambiente”, é outro discurso, mas internamente fala

que os índios que dificulta todas as políticas do estado. Por exemplo, na área fala que a terra indígena está em processo de demarcação, está em identificação ainda, mas o governo financia plantação de cana ali, o próprio governo. Então, o que isso significa? Que dificulta a vida dos guaranis. Que não deveria mais, tem muita área que já é regularizada, já tem processo avançado de demarcação, mas o governo acaba financiando plantação de cana lá. Então quer dizer, é como se fosse o próprio Estado também está contrariando.

É bastante relevante observar no desabafo do Guarani Kaiowá que ele relata sobre uma preocupação por parte do Estado brasileiro em demonstrar, junto aos organismos internacionais, que existe a preocupação com os povos indígenas. Haja vista, que os próprios pesquisadores Marcos Lima e Verônica Guimarães também tinham destacado o fato do Brasil ser signatário de diversos acordos e convenções internacionais, afirmando-se um país multicultural. No entanto, o que se observa, especialmente na fala do Tônico Benites, é postura do Estado que financia o agronegócio em terras indígenas e que continua vendo os povos indígenas como uma ameaça ao desenvolvimento.

O Guarani hoje é entendido como se fosse realmente como inimigo dessa produção principalmente, porque “ah, índio vai atrapalhar a produção ali, índio invade, dificulta a produção de soja, colheita”, enfim. “Não tem como expandir a produção de cana, porque os índios estão aí” é como se fossem um obstáculo, como fosse um problema, como se fosse enfim, esse... existe sim essa discussão de que indígena por um lado... é inimigo.

A contradição do atual Estado brasileiro, que ao mesmo tempo reconhece juridicamente os direitos indígenas, mas financia o agronegócio, o maior responsável pelo agravamento dos problemas enfrentados pelos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, seria a demonstração de uma verdadeira “esquizofrenia”. O direito indígena é reconhecido, mas não tem garantida sua realização. Há o conhecimento sobre a ação violenta do agronegócio na região, ao mesmo tempo em que disponibiliza elevados recursos públicos para a construção de usina de etanol em território indígena – o que levaria ao acirramento dos conflitos entre povos indígenas e a sociedade mais ampla.

Não acredito ser uma “esquizofrenia” que esteja passando o Estado brasileiro. Mas verifico, após as reflexões e análises realizadas até aqui, que os mesmos ditames econômicos que nortearam a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), no que se refere aos vultosos investimentos no agronegócio, o impulso ao crescimento econômico, continuam bastante vivos. Como afirmaram Edson Teles e Vladimir Safatle, “a Ditadura se mede não por meio da contagem de mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente, ou seja, através daquilo que ela deixará para frente” (TELES & SAFATLE, 2014:p.10).

Essas marcas podem ser encontradas ainda na condição em que sobrevivem os povos indígenas, no presente, identificados como inimigos do desenvolvimento e, portanto, inimigos a serem combatidos, eliminados, exterminados. O binômio estado de exceção/economia é uma permanência da experiência autoritária no período entre 1964-1985). E para me remeter a essa realidade, incluo na presente reflexão a imagem abaixo.



Figura: Grupo de trabalhadores indígenas Guarani Kaiowá.

Fonte: Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014).

Essa representação é contundente e emblemática: o rosto do líder Guarani Ñandeva Marçal de Souza e, em seus óculos, o reflexo da explosão que se fez necessária para a duplicação da rodovia MS 156, em 2009. A imagem é uma sobreposição de imagens. E esse líder guarani foi assassinado durante a Ditadura Civil- Militar (1964-1985), período em que atuou de forma decisiva na luta dos povos indígenas. Interpreto a imagem refletida na lente de seus óculos como a imagem da permanência do binômio estado de exceção/economia, realidade experimentada e testemunhada pelos Guarani Kaiowá. Nela, o passado que se projeta no presente.

CAPÍTULO III - A DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E O PERMANENTE ESTADO DE EXCEÇÃO

Apesar de estarmos vivendo sob a égide do Estado Democrático de Direito, referendado pela Constituição de 1988 e terem passados mais de 30 anos desde que encerrou a Ditadura civil-militar (1964-1985), é perceptível na sociedade brasileira, e particularmente acerca das demandas dos povos indígenas, o desrespeito aos seus direitos fundamentais, como o próprio acesso a terra e demais prerrogativas de cidadania constantes na Carta Magna.

Ao longo dos Capítulos I (A trajetória de luta dos povos indígenas) e Capítulo II (Os projetos econômicos de desenvolvimento e a questão da demarcação das terras indígenas dos Guarani Kaiowá), foi possível constatar que há bastante tempo os povos indígenas, especialmente os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, vem travando uma longa batalha para viverem em seus territórios tradicionais. As transformações no território indígena causadas pelo avanço do modelo capitalista liberal, juntamente com a implantação de grandes projetos de desenvolvimento econômico, especialmente a partir da segunda metade do século XX, vem ocasionando uma realidade terrível de exclusão e sofrimento. A agropecuária e a colonização do centro-oeste podem ser identificados como vetores para essas transformações, a partir do modelo desenvolvimentista implantado no período ditatorial (1964-1985), modelo este que foi sendo aprofundado, no que se refere aos grandes investimentos estatais e de grupos privados nacionais e internacionais, com o intuito de fortalecer a exploração econômica da região do Mato Grosso do Sul. Essa via veio consolidar a ocupação de fazendas sobre o território do povo Guarani Kaiowá. Esse processo de expansão econômica está diretamente relacionado com o aumento da violência, do empobrecimento dos povos indígenas e a expulsão dos seus territórios tradicionais.

Um aspecto importante identificado no Capítulo II foi a articulação entre projetos de desenvolvimento econômico/estado de exceção, uma espécie de binômio cujo surgimento pode ser atribuído a uma conjunção de fatores a partir da experiência ditatorial recente, a qual, desde então, tem sido uma constante na sociedade brasileira, mesmo já estando em vigor a Constituição de 1988 e o Estado Democrático de Direito por trinta anos no país. Nessa perspectiva, passariam a coexistir, no contexto do regime constitucional democrático, um conjunto de práticas que podem ser caracterizadas como fundamento para o estado de exceção.

Verônica Guimarães (2011) classificou tal realidade como esquizofrenia do próprio Estado brasileiro, haja vista que, ao mesmo tempo em que os governos brasileiros pós ditadura

civil-militar assumiram acordos internacionais de defesa dos povos indígenas, afirmando internacionalmente que os direitos previstos no documento constitucional são respeitados pelo Estado, é possível constatar as contradições acerca da demarcação dos territórios tradicionais. Nesse campo, o que fica em destaque são a leniência e a omissão por parte dos órgãos estatais, sejam eles das esferas executivas, legislativas e judiciárias.

A partir da análise das fontes orais e das imagens dos trabalhos audiovisuais feitas nesse estudo, é possível interpretar que o desrespeito aos direitos dos povos indígenas, relativamente ao seu direito às terras que trazem as marcas das memórias de vida das famílias indígenas e seu povo, dos locais antigos de moradia, dos modos tradicionais de convívio e da cultura, é a condição permanente. Isso se mantém com a presente expressão de criminalização de ações de retomada dessas terras e, por conseguinte, a expulsão de famílias de suas casas e aldeias, para fora portanto de seus territórios. Especialmente quando analisamos a realidade dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, é possível identificar um conjunto de forças econômicas e políticas materializados em grupos que ocupam lugares instituídos de decisão e poder, mas que também adotam modelos de atuação que independem da figura do Estado, mas, muitas vezes, com a convivência do mesmo.

Nesse sentido, as reflexões e os trabalhos desenvolvidos pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2004) indicam caminhos e ferramentas úteis para uma visão mais crítica sobre o contexto das lutas por direitos dos povos indígenas, especialmente a realidade vivida pelos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Pretendo destacar aqui os estudos desenvolvidos na obra “Estado de Exceção” (AGAMBEN, 2004), por meio da qual ele analisa as possibilidades de funcionamento e aplicação de práticas de exceção durante regimes assumidamente constitucionais e democráticos. Em sua revisão historiográfica, o filósofo destaca que tais práticas começaram a serem aplicadas em algumas nações europeias, no contexto que antecede a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). É no contexto entre guerras, notadamente com a crise econômica de 1929 e com a ascensão do nazi-fascismo no plano internacional, que se consolida esse modelo nos regimes totalitários.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e com a conseqüente derrocada dos regimes nazi-fascistas, o estado de exceção, como *modus operandi*, não ficou restrito aos regimes totalitários como uma característica exclusiva das ditaduras. Sem dúvida, os governos ditatoriais têm em seus regimes políticos o estado de exceção como sua marca principal. Contudo, o que Agamben busca destacar é que, no contexto do mundo pós Segunda Guerra

Mundial e, especialmente, no início do século XXI, o estado de exceção tornou-se um paradigma de governo.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (AGAMBEN, 2004: p.13).

Quando analisamos as informações prestadas pelo Conselho Indigenista Missionário, no Relatório de Violência contra os Indígenas do Mato Grosso do Sul (2003-2010) (CIMI, 2011), é possível constatar grande semelhança entre o tratamento dado aos Guarani Kaiowá por agentes estatais e não estatais e a perspectiva de Agamben (2004), que identifica o estado de exceção por meio de “*guerra civil legal a categorias inteiras de cidadãos, que pareçam não integráveis ao sistema político*”. Aspectos dessa correlação podem ser interpretados a partir do relato da liderança indígena Eliseu Lopes, quando descreve a forma como os Kaiowá são vistos e tratados no Mato Grosso do Sul.

No Mato Grosso do Sul, nós indígenas, somos vistos ainda como incapazes. Isso é uma atitude muito racista. O estado, ele é muito racista ainda, porque o próprio – como eu já falei – governo, o próprio governo do estado, os próprios políticos, eles falam isso, eles pregam na imprensa que nós somos incapazes, somos invasores, somos violentos. Então é assim, eles colocam isso. Então, por conta disso, a população, o povo do Estado de Mato Grosso do Sul, qualquer lugar que eles veem indígena, muitas vezes já falam: “invasores”. É assim, nas escolas, nas estradas. Por isso que nós, liderança, não só apenas liderança, somos matados muitas vezes. Se não forem matados, por exemplo, pela arma de fogo, eles matam também atropelados, atropelamento nas estradas.

Estarem vivendo às margens das rodovias é ao mesmo tempo expressão concreta da exclusão social, mas também metáfora da condição de exceção vivenciada por eles.

Nesse sentido é que se pode inferir a existência de um estado de emergência vigorando permanentemente nos chamados Estados democráticos. Ou seja, a suspensão efetiva das condições de cidadania, que leva à vulnerabilidade social do grupo, porém, mais do que isso, o risco permanente de morte, haja vista os Guarani Kaiowá serem caracterizados como grupo em permanente condição de silenciado, excluído, exterminado.

O documentário Ñande Guarani (CUNHA, 2008) apresenta a imagem emblemática que caracteriza a condição atual dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, ou seja, dos acampamentos indígenas na beira das estradas, com presença significativa de crianças e jovens.

Essa condição está presente em outros documentos, como os relatórios do CIMI e, ainda, da Representante dos Povos Indígenas na ONU (...).



Figura - Crianças indígenas às margens da rodovia. (Imagem extraída do filme Ñande Guarani)
Fonte: Ñande Guarani (CUNHA, 2008)



Figura - Aldeia Passo Piraju/Mato Grosso do Sul, fica às margens da rodovia MS 156.
Fonte: Ñande Guarani (CUNHA, 2008)



Figura – Ivo Porto, da Aldeia Jaguapiru.
Fonte: Alma, Palavra, Alma (AUTOR, 2014)

Já na imagem acima, extraída do documentário “Alma, Palavra, Alma”, o senhor Ivo Porto, da Aldeia Jaguapiru, situada em no município de Dourados, estado do Mato Grosso do Sul, faz um relato sobre como as leis são aplicadas para os povos indígenas, Ele diz: “*Branco quando entra, não precisa mexer com a Funai, com o Ministério Público, com o governo federal, não precisa mexer com ninguém para ele entrar. Para sair, tem que mexer com tudo.*”

O relato do senhor Ivo Porto se refere à realidade enfrentada pelos povos indígenas acerca da aplicação efetiva da lei e de como o Estado se posiciona. Os não indígenas atuam à revelia da própria legislação e com a conivência dos órgãos estatais. Contudo, quando existe uma reação dos indígenas, como os movimentos de retomada, que vem sendo desenvolvido pelos Guarani Kaiowá, a resposta dos órgãos governamentais é imediata.

Quando o líder Eliseu Lopes foi questionado na entrevista acerca dos conflitos enfrentados na região e como se comportavam os agentes públicos estatais, ele descreveu a seguinte situação:

E além dos fazendeiros atacando com seus pistoleiros, que não querem entregar mais as terras, a gente enfrenta também os próprios governos locais, no caso o município, o estado, também nós estamos enfrentando. Além disso, os judiciários locais, onde o próprio juiz do local muitas vezes dá ordem judicialmente para que a gente seja expulso de novo das nossas terras tradicionais.

Se fizermos um paralelo entre o que é vivido atualmente pelos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul e a forma como os órgãos estatais atuam, encontraremos semelhança com modos de atuação próprios do período ditatorial. Principalmente se levarmos em consideração os dados

apresentados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2012), no que tange os problemas enfrentados pelos povos indígenas na experiência durante a última ditadura, como a violência, o preconceito, a exclusão social e o esbulho de suas terras.

Assim, se estabelece na prática uma política que, ao invés de proteger os “usos, costumes e tradições” indígenas, atua diretamente para alterá-los sempre que se julga que se apresentam como um “empecilho” ao projeto político do governo. É gestada uma política de exceção, a partir da qual o “modo de ser” de cada um dos povos indígenas permanece sempre sob suspeita e a proteção dos seus territórios, assegurada pela Constituição, torna-se arbitrariamente passível de relativização ao sabor de interesses políticos (CNV, 2014: p. 252).

Ainda acerca dos dois relatos, é interessante perceber a forma como atuam os órgãos estatais. Parece existir uma certa confusão. Pois caberia ao Estado a aplicação efetiva da Constituição Federal, no que se refere aos direitos indígenas, em se tratando da questão da demarcação dos territórios tradicionais. No entanto, é possível identificar que o Estado brasileiro, seja nas esferas federal, estadual e municipal, principalmente as instituições dos poderes Executivo e Judiciário, parecem atuar exatamente no sentido de não aplicar e não efetivar as normas já previstas no texto constitucional.

Para Agamben (2004: p.60), essa suposta confusão tem, em sua base, relação direta com o próprio funcionamento do estado de exceção nas sociedades contemporâneas.

Em nosso estudo do estado de exceção, encontramos inúmeros exemplos da confusão entre atos do poder executivo e atos do poder legislativo; tal confusão define, como vimos, uma das características essenciais do estado de exceção. (O caso limite dessa confusão é o regime nazista em que, como Eichmann não cansava de repetir, “as palavras do Führer têm força de lei (*Gesetzeskraft*)”. Porém, do ponto de vista técnico, o aporte específico do estado de exceção não é tanto a confusão entre os poderes, sobre a qual já se insistiu bastante, quanto o isolamento da “força de lei” em relação à lei. Ele define um “estado de lei” em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem “força”) e em que, de outro lado, atos que não têm valor de lei adquirem sua “força”.

O “*estado de lei*” definido pelo filósofo, como desdobramento da “*força de lei*”, em relação à algo que está para além da própria lei. Ou seja, a norma que está em vigor, nesse caso a Constituição de 1988, e os preceitos relativos aos povos indígenas, especialmente a questão da demarcação de seus territórios tradicionais, em alguns casos não têm força de lei. Sua força não é reconhecida. Essa correlação transparece o *modus operandi* do estado de exceção.

Um exemplo que ilustra essa realidade é perceptível em artigo publicado na Revista Instituto Humanitas Unisinos (2018), que traz entrevista concedida pelo procurador do Ministério Público do Mato Grosso do Sul, Marco Antônio Delfino de Almeida. Neste caso, o

entrevistado trata especificamente sobre o cumprimento dos direitos dos povos indígenas previstos na Constituição Federal, como segue no trecho abaixo.

A construção teórica da interpretação das normas à luz da Constituição e dos tratados internacionais de direitos humanos, aplicada correntemente para o Direito Penal, o Direito Civil e o Direito do Consumidor, ainda não é, infelizmente, empregada em relação aos povos indígenas. O que ainda vale para os povos indígenas é o Estatuto do Índio a partir de leitura totalmente anacrônica, diz. Ele informa também que o Estatuto do Índio “ainda é o único entre os grandes estatutos que regulam relações, que é anterior à Constituição.” (...) Todas as legislações especiais, que contêm de alguma forma um enfoque a grupos que têm uma diversidade ou uma especificidade foram contempladas com mudanças legislativas pós-Constituição, justamente para receber as mudanças que a Constituição estabeleceu. Agora, em relação aos povos indígenas, isso ainda não ocorreu.

Na perspectiva acima, ocorre a indicação de uma qualidade de atuação, pelo Poder Judiciário, para o trato das questões indígenas. Veja que mesmo estando previsto na Constituição de 1988 os direitos aos povos indígenas, no que se refere a sua autonomia como cidadão, o direito ao seu território e a preservação de sua identidade cultural, existe ainda o reconhecimento do Estatuto do Índio como um norte viável para a relação entre Estado e povos indígenas. Vale lembrar que tal norma é de 1973, do período ditatorial e que caracteriza os povos indígenas como indivíduos tutelados pelo Estado e marcados por uma lógica assimilacionista, pautada pela ideia de integração dos indígenas para o modelo civilizatório branco. Nessa via, o que parece prevalece é o silenciamento sobre as inter relações existentes e reais, na sociedade brasileira, que instituem os povos indígenas como sujeitos da sociedade nacional.

É importante lembrar que na discussão do capítulo II, quando discutimos os projetos econômicos e a questão da demarcação das terras indígenas, identificamos uma grande articulação entre a implementação de medidas autoritárias como o AI-05, a criação do Plano de Integração Nacional e o do Estatuto do Índio no final da década de 1960 e início da década de 1970. Nesse sentido podemos observar que a lógica política, econômica e jurídica que norteava o período ditatorial permanece com significativa vitalidade dentro do que se compreende o modelo do Estado Democrático de Direito. Dessa forma, conseguimos identificar no fato descrito o que Agamben (2004: página) denomina de um “*estado de lei em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem 'força')*”.

Sendo assim, podemos observar que a condição de tutela parece ainda estar aderida à imagem do indígena, no que tange a utilização do Estatuto do Índio, em detrimento da aplicação dos preceitos constitucionais de 1988. O que nos faz perceber que essa interpretação do direito,

a partir da referida lei, coloca os povos indígenas, especialmente os Guarani Kaiowá em uma condição particular, excepcional, que é própria de um estado de exceção. Pois na prática, os direitos conquistados na Constituição Federal, no que se refere à demarcação de seus territórios tradicionais, continuam não sendo efetivados pelo Estado e, em diversos momentos, o Poder Judiciário se posiciona garantindo a supremacia do direito de propriedade dos grandes proprietários ligados ao agronegócio, em detrimento do que estabelece a Carta Magna acerca dos direitos dos povos indígenas à demarcação de seus territórios tradicionais.

A forma de funcionamento dos órgãos estatais para com as demandas relacionadas com a demarcação fica caracterizada por um processo contínuo de ações, onde tanto o Poder Executivo e o Poder Judiciário atuam de forma a não garantir a efetivação dos direitos. De modo geral, parece transparecer que os dois poderes estão em constante conflito. No entanto, é possível constatar pelo relato do líder Guarani Kaiowá Tônico Benites que esse cenário de disputa tem agravado a problemática dos indígenas.

Todas as terras do final de 80, 90 e... e todo movimento, todo governo foi tentando enrolar. Todos enrolavam, “vamos fazer, vamos demarcar”. Mas todos são judicializados, toda terra foi parar na Justiça. Muitas vezes o governo não faz nada, quem determina a permanência lá é a Justiça. Então por outro lado a própria Justiça, o governo tenta fazer algumas coisas, tenta demarcar. Na época de Fernando Collor ou depois, Fernando Henrique até manda, cria GT, através do FUNAI, identifica uma terra indígena. Depois fazendeiros entram na Justiça e bloqueiam. Para lá também. Aí, entra Lula. Lula também manda criar um GT através da FUNAI, cria GT, faz identificação. Chega na Justiça, pára novamente. Aí indígena entra na terra, o governo barra. E diz: “parou na Justiça, eu não posso fazer quase nada”. Então, aí passou, a Dilma é a mesma coisa.

É importante observar no trecho acima a permanente inoperância da ação do Poder Executivo. Benites destaca que, desde o final dos anos 1980 para cá, a problemática permanece. Nesse espaço temporal, temos ainda o período ditatorial nos seus anos finais, a promulgação da Constituição de 1988, o processo da chamada redemocratização e os períodos dos governos eleitos por eleições diretas. Mesmo havendo particularidades entre os governos descritos, seja em virtude das forças políticas que chegaram ao poder, seja por apresentarem programas e concepções políticas distintas acerca do papel do Estado brasileiro, percebe-se a permanência do mesmo problema ou seja, as práticas dos governantes é a mesma no que tange a demarcação das terras indígenas. Para Benites, não existe nenhuma mudança. A prática do Poder Executivo federal, a atuação da FUNAI no que se refere a questão dos territórios tradicionais, resulta em leniência.

Um dado importante também apresentado pela liderança é o protagonismo do Poder Judiciário. Ele destaca que além da permanente morosidade por parte do Executivo, a judicialização da demarcação tornou-se mais um empecilho para os povos indígenas. Pois em virtude da leniência da FUNAI, os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul têm reocupado seus territórios tradicionais, mesmo sob o risco de serem matados, como uma forma radical de se fazer ouvir, serem reconhecidos, provocar o andamento dos processos de demarcação. No entanto, o Poder Judiciário em diversos casos tem se posicionado de forma contrária às demandas dos mais diversos grupos indígenas do país, especialmente no Mato Grosso do Sul. Para essa região, observa-se decisões que suspendem os processos de demarcação e também, ordem judiciais que determinam a desocupação e o despejo dos Guarani Kaiowá dos territórios tradicionais que veem ocupando.

Esse conjunto de iniciativas promovidas pelos Poderes Executivo e Judiciário, na perspectiva narrativa de Benites, demonstra a experiência de famílias e um povo inteiro junto às instâncias estatais, frente ao mau funcionamento e descaso do Estado. E muito mais que isso, tais experiências possibilitam vermos o reflexo do *modus operandi* próprio das práticas de exceção, nas relações entre os Guarani Kaiowá e o Estado, que parecem inalteradas desde a década de 1980.

Para Giorgio Agamben, o estado de exceção nas sociedades contemporâneas está diretamente relacionado com o que ele chama de “estado de lei”, a situação em que a norma, mesmo existindo e sendo reconhecida pelo Estado, não é aplicada. O que prevalece é o que se denomina de “força de lei”, ou seja, atos, imagens, pessoas, como a própria liderança política (no caso, Hitler). São, portanto, práticas capazes de prevalecer sobre as próprias leis. Nesse sentido, é possível identificar que o componente político e econômico marcadamente estruturado em práticas de exceção, durante o regime ditatorial (1964-1985), permanece de forma contundente dentro do Estado brasileiro, de tal forma, que mesmo existindo uma Constituição de caráter democrático, diverso e plural, prevalece ainda no cotidiano das relações entre o Estado e os povos indígenas e entre a sociedade e os povos indígenas, um conjunto de práticas de exceção. Nessa perspectiva, matar indígenas, por atropelamento, por meio de arma de fogo, envenenamento, são ações que escapam ou se silenciam diante da omissão do Estado, ao mesmo tempo em que são reconhecidas pelos outros, chancelando sua “força de lei”.

Outro aspecto relevante que pode ser compreendido a partir da experiência descrita por Tônico Benites, que em virtude daquele cenário de morosidade do Executivo e ao mesmo tempo da crescente judicialização dos processos de demarcação das terras tradicionais, podemos

constatar que as demandas não são resolvidas. Dessa forma, podemos identificar que a suspensão das demarcações significa a suspensão dos direitos ao acesso à terra previstos na Constituição Federal. Na prática, em virtude da leniência da FUNAI e da judicialização dos processos, os povos indígenas, especialmente os Guarani Kaiowá, estariam vivendo provavelmente, como denomina Giorgio Agamben (2004) em um “*estado de emergência permanente*”, pois estariam tendo seus direitos como cidadão também suspensos, não sendo exercidos cotidianamente. Haja vista, que a território é o elemento central para a vida dos povos indígenas.

No estado de emergência permanente, normas, regras e direitos já previstos podem ser alterados ou suprimidos. Se fizermos um olhar mais atento acerca de diversos projetos de lei apresentados no Congresso Nacional, Portarias publicadas pelo Poder Executivo e decisões proferidas pelo Poder Judiciário nos últimos anos, vamos perceber que teremos os povos indígenas defendendo o cumprimento dos preceitos constitucionais, principalmente no que se refere a demarcação dos seus territórios tradicionais, e do outro lado um conjunto de forças políticas e econômicas que se articulam e se organizam no intuito de desregular possíveis conquistas dos povos indígenas, de modo que direitos já reconhecidos não sejam gozados efetivamente.

No estudo “Congresso anti-indígena: os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas” (CIMI, 2018), foi publicada uma análise detalhada sobre a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Congresso Nacional e do número crescente de proposições legislativas que buscam inviabilizar o acesso as terras tradicionais para os povos indígenas.

Um levantamento realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) identificou que há, hoje, 33 proposições anti-indígenas em tramitação no Congresso e no Senado. Somadas às propostas apensadas por tratarem de temas semelhantes, elas ultrapassam uma centena. Das 33 proposições anti-indígena apuradas, 17 buscam a alteração nos processos de demarcações de Terras Indígenas (TI) – oito sustam portarias declaratórias; seis transferem ao Congresso Nacional a competência de aprovar e gerir as demarcações das terras; as outras três correspondem a autorizar arrendamento em TI, impedir a desapropriação para demarcações de TI e estabelecer indenização para invasores que ocuparam TI após 2013.

As iniciativas legislativas descritas no estudo desenvolvido pelo CIMI demonstram numericamente a intensa atuação política dos setores econômicos, no intento de impedir o processo de demarcação das terras tradicionais, mediante interferência nas decisões da FUNAI, através projetos de lei, e propostas de emendas constitucionais, como a PEC 215/2000, que

propõe a inclusão de outras competências ao Congresso Nacional, como a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas.

Essa realidade é mencionada e interpretada pelo líder Guarani Kaiowá Eliseu, durante entrevista realizada por mim. Ele descreve o envolvimento direto de políticos nos conflitos de terras no Mato Grosso do Sul, haja vista que boa parte deles também são proprietários rurais no estado, ocupando territórios tradicionais dos povos indígenas.

A nossa briga não é só apenas com os fazendeiros, é também com os próprios políticos, porque eles também têm as suas terras. Que hoje a maioria a gente enfrenta são esses políticos também, por conta disso, os deputados estaduais e federais, que a maioria é contra nós. Que eles pregam assim, no caso, a nível do país, eles dizem que... estão dizendo se for demarcado a terra para o Mato Grosso do Sul, principalmente para os Guarani Kaiowá, tanto para os Terenas, vai prejudicar a economia brasileira.

Além da relação direta entre os interesses do agronegócio e a atuação de políticos na esfera do Poder Legislativo, especialmente no Congresso Nacional, ele destaca também que a alegação dos políticos relativamente à demarcação das terras tradicionais dos Guarani Kaiowá, que representa um grande prejuízo econômico. O propósito e a lógica desenvolvimentista que nortearam o período ditatorial recente ainda estão presentes. Os povos indígenas seriam ainda hoje um obstáculo, um empecilho ao progresso. Desta forma, faz sentido perceber que de modo geral as proposições legislativas que vem sendo apresentadas significam, na prática, a anulação dos preceitos constitucionais que deram aos povos indígenas a condição de cidadania plena. E, se observarmos de forma mais atenta, é possível perceber que o binômio estado de exceção/economia ainda é uma realidade para os Guarani Kaiowá. Pois o cerne das iniciativas legislativas vai no intuito de impossibilitar a demarcação das terras tradicionais e garantir constante disponibilidade de terras para os grandes empreendimentos econômicos.

Esse processo contínuo de desconstitucionalização dos direitos dos povos indígenas previstos na Carta Magna de 1988 vêm sendo intensificado. Uma outra demonstração importante acerca dessa realidade têm sido a questão do chamado “Marco Temporal”. Em 2009, foi concluído pelo Supremo Tribunal Federal o julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima, quando ficou estabelecido em Acórdão que a comprovação da ocupação tradicional na região seria a presença dos povos indígenas em 5 de outubro de 1988 ou prova de resistência constante ao esbulho. Tal decisão serviu para o julgamento da legalidade do processo administrativo de identificação e delimitação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. No entanto, em virtude do crescente processo de judicialização das demarcações

das terras tradicionais e o acirramento dos conflitos, diversos grupos políticos e econômicos passaram a questionar e pleitear judicialmente que a decisão do caso da Raposa Serra do Sol fosse aplicado para todos os processos demarcatórios, fossem eles já realizados pelo Estado, e para todos os demais que ainda não estão solucionados.

A nova problemática trazida pelo chamado “Marco Temporal” também aparece como uma grande preocupação dos Guarani Kaiowá.

Então, isso que por exemplo, hoje, quando a gente vem esse marco temporal que os fazendeiros, por exemplo, elas estão falando que... eles estão alegando que se os indígenas não estavam lá no dia de 1988 quando foi aprovada a nossa constituição, se ele não está naquela terra que está reivindicando hoje, ou seja, que aquilo lá não é terra indígena. Mas como é que a gente vai provar, ou seja, no caso, porque de 1988, antes disso fomos expulsos. Mas mesmo assim, nós morávamos, a maioria morava na região, ficava por lá. Muitas vezes alguém trabalhando forçadamente por alguns fazendeiros. Assim, indígena ficava por lá mesmo. Mas só que não é reconhecido como aldeia. Então por isso que hoje nós estamos vindo, nós e os Guarani Kaiowá contra esse marco temporal. Para falar a verdade, por isso que nós chamamos de “voltar para a ditadura”, porque se for aprovado esse marco temporal... Hoje agora, por exemplo, nós estamos enfrentando aqui em Brasília para que não seja aprovado esse marco temporal. Então isso, para nós, ditadura é isso. Antigamente os meus avós contavam isso. Então a gente, muita coisa a gente tem para contar também nessa parte da ditadura. Muitas vezes os indígenas eram ali mortos, trabalhavam forçados, eles trabalhavam. Só que em troca de muitas vezes de pedaço de pano para fazer roupa, alguma coisa. Mas é isso que o meu avô contava isso para nós.

Por meio das suas memórias e das memórias de seu avô, transmitidas para ele oralmente, Eliseu constrói sua posição frente ao marco temporal, articulando diferentes temporalidades. Nessa perspectiva, a decisão referente ao marco temporal desconsidera a trajetória de luta e sofrimento vivenciada por eles, como também o direito conquistado ao acesso à terra mediante a demarcação de seus territórios tradicionais. Para Eliseu, a aplicação do marco temporal significa “retornar à ditadura”, ou seja, a permanência da condição de excluídos de seus territórios e da condição subalterna dos Guarani Kaiowá, que são rememoradas pelos seus avós.

A preocupação destacada pela liderança indígena está diretamente relacionada com a anulação do processo administrativo de identificação e delimitação da Terra Indígena Guyraroká, dos Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul, pelo Poder Judiciário. Fernandes (2018: p.168), no artigo “A proteção das terras indígenas no Direito Internacional: marco temporal, provincianismo constitucional e produção legal da ilegalidade”, analisa o ocorrido, conforme o trecho abaixo.

No mencionado julgamento, em setembro de 2014, que anulou, aplicando o marco temporal, a demarcação da TI Guyraroká, dos Guarani Kaiowá em Mato

Grosso do Sul, um dos ministros do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, em discussão com Gilmar Mendes (cuja posição, anti-indígena, venceu o voto de Lewandowski), denunciou a prática do crime de genocídio contra os índios brasileiros: “Nós sabemos que o que está havendo, hoje, em todo o Brasil, lamentavelmente, é um novo genocídio de indígenas, em várias partes do país, em que os fazendeiros, criminosamente, ocupam terras que eram dos índios”.

Se tivemos uma ditadura genocida, a continuidade, no regime democrático, de muitos crimes praticados contra os índios, associada a tentativas de sua legitimação jurídica como a tese do marco temporal, não seria mais um dos sinais da incompletude do processo de transição política? Parece-nos que sim, o que explicaria que forças que se movem contra os povos indígenas são, muitas vezes, também contrárias à justiça de transição: setores das Forças Armadas e o latifúndio, os grileiros e seus representantes políticos.

Para o pesquisador, de modo semelhante ao argumento apresentado pelo ministro Ricardo Lewandowski, a tese do marco temporal significaria a permanência do genocídio dos indígenas que ocorreu durante o regime ditatorial, tornando-se, hoje, uma demonstração de força de setores do Estado e da sociedade que não reconhecem as atrocidades do passado e acabam por perpetuar práticas de exceção sobre os povos indígenas.

Na prática o que se observa é a anulação efetiva do direito conquistado na Constituição de 1988. Pois ao afirmar que somente será reconhecido o direito ao território tradicional aos que já viviam na região a partir da data da promulgação da Carta Magna, ou comprovação da resistência, fica expressa o favorecimento de um projeto de organização territorial brasileira que desabona automaticamente as memórias das gerações anteriores, que explicam, não apenas sobre a cultura, as trajetórias, a vida das famílias e comunidades indígenas, mas também sobre dinâmicas de ocupação locais e regionais, envolvendo indígena e não indígena. O processo de esbulho territorial experimentado pelos diversos grupos indígenas ao longo da formação do espaço territorial nacional brasileiro, especialmente durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), tratam de arbitrariedades e violência, como também a condição de tutela imposta aos indígenas no período, que impossibilitava qualquer iniciativa de ordem judicial junto ao Estado brasileiro.

Para o pesquisador Pádua Fernandes no artigo “A proteção das terras indígenas no Direito Internacional: marco temporal, provincianismo constitucional e produção legal da ilegalidade” (FERNANDES, 2018:p.139), a aplicação do chamado “marco temporal” tem caráter perverso, pois na prática, tal decisão desconsidera toda a trajetória de luta dos povos indígenas, legitimando todas as iniciativas genocidas ocorridas no passado recente.

O acórdão encontra sua “força moral” e suas “razões” no desfazimento das conquistas constitucionais de 1988 e na legitimação das remoções forçadas e do

genocídio promovidos durante a ditadura militar. Se os índios não estavam em suas terras na data de promulgação da Constituição de 1988, isso se deveu às graves violações de direitos humanos contra eles cometidas e reconhecidas pelo próprio Estado brasileiro no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que estimou o número de 8.350 mortos para as somente dez etnias pesquisadas pela comissão. Ainda não sabemos quantos milhares de índios foram vítimas nesse período e o número exato jamais será conhecido.

É pertinente observar nesse questionamento o acórdão do Supremo Tribunal Federal, que trata do marco temporal, contribui para o processo de desconstitucionalização das conquistas dos povos indígenas na Carta Magna de 1988, perpetuando o cenário de exclusão e a prática do esbulho nas terras tradicionais dos povos indígenas.

Existe um aspecto importante a se destacar, referente à colocação de Pádua Fernandes: *“o acórdão encontra sua ‘força moral’ e suas ‘razões’ no desfazimento das conquistas constitucionais de 1988 e na legitimação das remoções forçadas e do genocídio promovidos durante a ditadura militar”* (FERNANDES, 2018: p.141). Essa constatação dialoga com algumas considerações de Giorgio Agamben, relativamente à existência de uma força moral ancorada nas práticas de exceção do período ditatorial, que mesmo não existindo mais do ponto de vista histórico, faz-se presente de tal forma que é capaz de preservar a norma que regulamenta o atual Estado Democrático de Direito, ao mesmo tempo que coloca em suspensão os direitos dos povos indígenas.

Nesse cenário político-jurídico, dá-se então a efetivação de uma sensação de normalidade institucional. Essa realidade que parece bastante atípica é discutida por Giorgio Agamben no livro *“Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua”*, no capítulo III (O campo como paradigma biopolítico do moderno), quando discute os campos de concentração como o estatuto ou norma do mundo moderno, onde o estado de exceção torna-se uma normalidade.

Hannah Arendt uma vez observou que, nos campos, emerge em plena luz o princípio que rege o domínio totalitário e que o senso comum recusa-se obstinadamente a admitir, ou seja, o princípio segundo o qual *“tudo é possível”*. Somente porque os campos constituem, no sentido que se viu, um espaço de exceção, no qual não apenas a lei é integralmente suspensa, mas, além disso, fato e direito se confundem sem resíduos, neles tudo é verdadeiramente possível. Se não se compreende esta particular estrutura jurídica-política dos campos, cuja vocação é justamente a de realizar estavelmente a exceção, o incrível que aconteceu dentro deles permanece totalmente ininteligível (AGAMBEN, 2014: p.166).

O líder Guarani Kaiowá Eliseu descreve, por sua vez, a realidade jurídico-política enfrentada pelos povos indígenas no país.

Hoje, eu acho que avaliando no geral, está piorando. Porque a estratégia do governo, segundo a APIB, que nós avaliamos a nível nacional, estamos indo para pior. Porque eles trocaram, eles barraram toda a demarcação de terra, cortaram tudo. Da FUNAI, por exemplo, recursos para que a FUNAI não tenha mais condições de acompanhar indígenas. Estão criando lei para derrubar os nossos direitos. Estão querendo aprovar por exemplo, o marco temporal, a PEC 215, essas outras leis, a Portaria 303 da AGU que é contra o indígena, contra a demarcação, para realmente paralisar. Então, eles estão indo para pior, porque Temer também já se manifestou no caso, a favor desse marco temporal. Ele já se manifestou. Então nós estamos indo para pior, para melhorar, eu acho que não está indo para melhor porque nós indígenas, estamos nos sentindo voltando para a ditadura porque eu já falei, por conta dessa decisão toda. Então, nós, mas pelo menos ainda acreditamos ainda que existe também, no caso, direitos humanos que a gente pode pressionar, até mesmo a ONU, a OEA, que tem também os direitos nossos, para pelo menos a gente fazer essa denúncia e buscar para resolver o nosso direito. Mas a APIB está acompanhando isso, mas na avaliação da APIB estamos indo para pior. Porque com essa situação toda que hoje se encontra no Brasil, estão barrando tudo para não ser executado aquilo que tem já no papel o nosso direito.

Nesse trecho do relato do líder Guarani Kaiowá, fica em destaque a relação entre diversos setores do Estado brasileiro, especialmente os poderes do Estado, diretamente envolvidos em um conjunto de iniciativas que inviabilizam a possibilidade de efetivação da demarcação das terras tradicionais. No Executivo, o desmonte da FUNAI é descrito como uma realidade concreta. No âmbito a Advocacia Geral da União – AGU, órgão responsável pela defesa da Administração Pública Federal, a publicação da Portaria 303, de 2012, que busca aplicar as condicionantes da demarcação da TI Raposa Serra do Sol para todos os processos demarcatórios, também se torna elemento desse processo de inviabilização do gozo de direitos. Outras medidas importantes em curso estão no âmbito do Poder Legislativo, por meio da PEC 215, proposta de emenda à Constituição Federal, visando transferir para o Congresso Nacional a decisão final sobre as demarcações das terras tradicionais. E ainda no Poder Judiciário, com a aplicação do Acórdão do STF sobre a demarcação da TI Raposa Serra do Sol para todos os processos demarcatórios, tanto para as áreas já demarcadas, quanto para as futuras demarcações. É importante observar que Eliseu associa novamente essa realidade com a experiência ditatorial e, nesse contexto pretérito, a dificuldade, no presente, em identificar uma mudança no cenário nacional.

A realidade que aflige os povos indígenas, especialmente os Guarani Kaiowá, é a constatação empírica das práticas de exceção. De modo mais cuidadoso, podemos perceber que tal realidade parece ser sistêmica. O tratamento dado aos povos indígenas, no Brasil, mesmo dentro de Estado Democrático de Direito, assemelha-se a uma forma de tratamento onde as

normas previstas no texto constitucional parecem não serem efetivadas. Nesse sentido, é como se os povos indígenas ainda estivessem sendo tutelados pelo Estado, como foi no período ditatorial, onde estavam colocados em condição de cidadania subalterna. No entanto, utilizando as reflexões de Giorgio Agamben, podemos aferir que os indígenas brasileiros vivem dentro de um espaço de exceção, onde as leis estão suspensas e as práticas de exceção tornam-se normalizadas e possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa desenvolvido na elaboração da tese permitiu a construção de um novo olhar acerca da trajetória de luta dos Guarani Kaiowá pelos seus territórios tradicionais.

Os relatos orais e sua análise, as fontes audiovisuais Ñande Guarani (CUNHA,2008) e Alma, Palavra, Alma (CUNHA, 2014), juntamente com os referenciais teóricos debatidos e analisados ao longo da pesquisa, foram importantes no diálogo com o objeto de estudo, e contribuíram para uma ampliação acerca da problemática vivenciada pelos povos indígenas no Brasil, especialmente os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

Além disso, a articulação entre as fontes orais, as imagens, e as informações constantes nos Relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) relativo às violações de direitos humanos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), e de trabalhos de pesquisadores que tratam da temática dos povos indígenas, permitiu identificar e compreender o processo de espoliação, violência e expulsão dos seus territórios tradicionais, que vem acontecendo com os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul desde o final do século XIX, intensificado durante o período ditatorial (1964-1985) e que se mantém presente e constante dentro de um Estado Democrático de Direito.

No que tange à discussão sobre os projetos econômicos de desenvolvimento e à questão da demarcação das terras indígenas dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, constata-se a relação entre o desenvolvimento econômico do Brasil e o processo de expulsão dos Guarani Kaiowá de seus territórios tradicionais. Tendo como recorte histórico inicialmente, o período de atuação da Companhia Matte Laranjeira no final do século XIX, depois as transformações econômicas com a criação da Colônia Agrícola de Dourados, e os projetos econômicos de desenvolvimento no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Infere-se também que a experiência autoritária recente, permanece expressa no binômio estado exceção/economia na atualidade, mediante o modelo desenvolvimentista pautado na concentração da terra, expulsão dos povos indígenas dos seus territórios tradicionais e crescente violência promovida por forças policiais do Estado e de grupos privados.

Na análise sobre a demarcação das terras indígenas e o permanente estado de exceção, e estabelecendo um diálogo entre as memórias e experiências coletadas dos entrevistados e das imagens presentes nos documentários, e tendo como eixo teórico as reflexões do filósofo italiano Giorgio Agamben, acerca do conceito de estado de exceção, como paradigma de governo, é possível identificar que a forma como o Estado brasileiro trata as demandas

indígenas, especialmente a questão da demarcação dos territórios tradicionais, constata-se que reincide as práticas de exceção que nortearam o período ditatorial e que afetam drasticamente os povos indígenas do Brasil, notadamente os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

- ABRAÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. “Mutações do conceito de anistia na Justiça de Transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia.” In: Justiça de Transição: direito à justiça, à memória e à verdade. João Pessoa, Editora da UFPB, 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção; tradução de Iraci D. Poleti. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).
- AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. 2º Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. R.B. Estudos Urbanos e Regionais V.6, N.1/Maio 2004.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (Coleção FGV de bolso. Série História).
- ARANTES, Paulo. “1964, o ano que não terminou”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.) O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BANIWA, Gersem. “A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo”. In: RAMOS, Alcida Rita (Orgs.) Constituições nacionais e povos indígenas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BENJAMIN, Walter. “Crítica da Violência – crítica do poder”, da obra Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos, seleção e apresentação de Willi Bolle, tradução de Celeste H. M. Ribeiro de Souza et al., São Paulo, Cutrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história, obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. “Violações de direitos humanos dos povos indígenas.” Relatório. Vol. II. Textos Temáticos. Dezembro de 2014.
- DUSSEL, Enrique. “O Eurocentrismo”, “Da ‘invenção’ ao ‘descobrimento’ do Novo Mundo”; “Da ‘conquista’ à ‘colonização’ do mundo da vida (Lebenswelt)”; “A ‘conquista espiritual’ – ‘encontro’ de dois mundos?” in: 1492: O Encobrimento do Outro. Petrópolis: Vozes.
- FERNANDES, Pádua. “A proteção das terras indígenas no direito internacional: marco temporal, provincianismo constitucional e produção legal da ilegalidade”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da, e BARBOSA, Samuel Rodrigues (Orgs). Direitos dos povos indígenas em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- GUIMARÃES, Verônica Maria Bezerra. Povos da Mata na Terra sem Mato. Revista Videre, Dourados, MS, v.10, n.19, jan./jun. 2018, p. 15-29.

LIMA, Getúlio R. de e URQUIZA, Antonio H.A. “Agronegócio, desenvolvimento e territórios indígenas tradicionais: os desafios dos direitos Humanos em Mato Grosso do Sul. RIDH | Bauru, v. 3, n. 2, p. 115-131, jul./dez. 2015

MAGALHÃES, Nancy Alessio. “Narradores: vozes e poderes de diferentes personagens”. História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral. Número 5, junho de 2002. Departamento de História – FFLCH-USP. São Paulo.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. Marcas da terra, marcas na terra: um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico – Guarantã do Norte/MT (1984-1990). Brasília: Editora UnB, 2013.

NUNES, José Walter. Patrimônios subterrâneos em Brasília. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

OLIVEIRA, Gabriel Moraes Ferreira. Capitalismo dependente e expropriação territorial dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. Margem Esquerda. Dossiê Lutas indígenas. Revista da Boitempo, n° 29, 2° semestre de 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em livro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. Pp. 227-278.

RELATÓRIO. A violência contra os Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: E as resistências do Bem Viver por uma Terra Sem Males. – Dados de 2003-2010.

RELATÓRIO. Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política/Boaventura de Sousa Santos. – 3.ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção para um novo senso comum; v.4)

SCHALLENBERGER, Erneldo e SCHNEIDER, Iara Elisa. “Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital”. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 202-222

SERRANO, Pedro Estavam Alves Pinto. Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção. São Paulo. Alameda, 2016.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TOSI, Giuseppe; SILVA, Jair Pessoa de Albuquerque e. “A Justiça de Transição no Brasil e o processo de democratização”. In: Justiça de Transição: direito à justiça, à memória e à verdade. João Pessoa, Editora da UFPB, 2014.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; PRADO, José Henrique. O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guarani no sul do Mato Grosso do Sul. Tellus, ano 15, n. 29, p. 49-71, jul./dez. 2015, Campo Grande, MS.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017

YAMADA, Erika. Direitos Humanos e Povos Indígenas no Brasil. Relatório da Relatoria de Direitos Humanos e Povos Indígenas da Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil. Brasília: Terra de direitos, 2017.

APÊNDICES/ENTREVISTAS

Projeto-Item	129201 Cineastras André e Devair (97 min).docx
Responsável	contato@transcricoes.com.br – Carlos (transcritor) Passos (revisora)

FICHA TÉCNICA

Informações adicionais da gerência de produção

O trabalho foi considerado de média dificuldade, acertos estimados em 97 por cento ou mais.

TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO

Convenções adotadas

palavra... = alongamento vocálico, hesitação ou interrupção de ato de fala.

... palavra = continuação da fala do turno do falante que foi interrompida.

(...) = demonstração de corte de fala considerado não relevante.

[01:46:09] = marcação de tempo [hh:mm:ss] (*)

(hipótese) [00:00:00] = hipótese de escuta ou fonográfica (o som que conseguimos entender)

(inint) [00:00:00] = trecho ou palavra que não conseguimos compreender.

((palavra)) = comentários do transcritor.

(*) A marcação de tempo ocorre uma vez a cada 5 linhas para cima ou para baixo caso ocorram muitos (inint) ou (hipótese) devidamente sinalizada com [hh:mm:ss]. Uma hipótese de escuta é sinalizada apenas uma vez e após sua ocorrência deixa de ser sinalizada como tal.

Identificação de falantes

P: Pesquisador (a)

H1: Falante masculino

F1: Falante feminino

((início da transcrição))

H1: Eu não vou entrar muito em detalhes de como é que caiu na minha mão porque eu sou produtor. Mas eu tive um amigo que tinha feito um contrato com o Ministério Público, com a 7ª Câmara que trabalha com as minorias e ele foi trabalhar com uma produtora que não deu certo, recebeu o dinheiro, mas não fez o filme. E aí esse meu colega me bateu na minha porta me pedindo socorro: “poxa, eu estou com esse problema, como é que eu faço? Me ajuda aí” e tá-tá-tá. E eu muito nesse ((silêncio)) vamos dizer assim, numa atitude muito amiga e de parceria porque o sujeito era um parceiro meu de muitas produções, bem antigo, me propus a ajudar. Naturalmente a minha produtora e eu, eu primeiro, porque produtora veio depois, já tinha uma experiência em trabalhos com antropologia e etnografia em parceria com a Devair. Eu comecei a trabalhar com a Devair em 1988-89, mais ou menos na UnB e a gente fez vários trabalhos juntos e foi uma parceria muito bacana que deu muito certo. No início eu fotografava, depois eu comecei a dirigir e fotografar, e quando a Devair que era pesquisadora começou também a dirigir, eu continuei trabalhando com ela fotografando alguns filmes para ela, então assim, aquelas parcerias de sintonia. Mas depois de formado, isso ainda era estudante, depois de formado fui tomar o meu caminho, a Devair tomou o dela também, fez trabalhos com outras pessoas e tal e eu montei a minha produtora e fiz muitos trabalhos assim, diversos: filmes de ficção, documentários. Mas volta e meia tinha um trabalho relacionado às comunidades indígenas. Quando eu não estava com a Devair a gente fez um filme sobre o Sapaim, muito legal o pajé Sapaim. E um filme bacana, um filme sobre uma pessoa deslocada. Ele não estava

nem na cidade e nem na aldeia. Ele é um cidadão assim que com o contato com os brancos e a movimentação dele nesses dois mundos, ele ficou meio assim, não diria perdido, mas um pouco deslocado num lugar e no outro. Mas é esse cara...

F1: Acaba não se identificando, não é?

H1: É.

F1: Quando uma pessoa está aqui e ela se divide, ela... ela não consegue se ajustar porque na realidade ela acaba não sendo aceita pelos brancos e acaba também tendo uma certa rejeição pela sua própria comunidade. Então você fica num limbo.

H1: Mas ainda assim ele transitava e se movimentava. Mas esse sujeito bateu na porta, a gente resolveu – eu e o meu sócio – a gente resolveu ajudar, então com muito pouca grana, poucos recursos, a gente fez um filme que cuja proposta era meio que comprovar uma tese do Ministério Público. A 7ª. Câmara estava trabalhando a questão indígena, entre outras, e os guaranis tinham um problema de movimentação. Inclusive a Veja atacou muito eles, entendeu? Porque diziam assim: “ah, tem um pajé lá no” – vou dar um exemplo – a gente até fala assim: “putz, os índios são uns desgraçados” coitados, porque ou eles estão assim, nas melhores terras ((silêncio)) do setor imobiliário, no Sudeste são as praias, em São Paulo são áreas assim, com possibilidade industriais ou turísticas, em Santa Catarina também. Então, em Santa Catarina tinha uma aldeia lá, Morro dos Cavalos, que eles têm, o território deles é uma maravilha, e a especulação imobiliária de olho querendo em cima. Naturalmente esses agentes de empresas de comunicação estão todo mundo coligados. Então eles estavam sofrendo uma grande pressão e um flanco para serem atacados, que esses caras descobriram, era atacar os índios dizendo: “não, tem um sujeito lá que fala espanhol, então não é índio brasileiro”. Entendeu? Então, eles sofreram muitos ataques e fruto da ignorância e da maldade, vamos dizer assim. E aí o Ministério Público que estava trabalhando essa questão porque também quando esses indígenas se movimentam de um país a outro tem a questão da fronteira. E em outros países tem a questão do atendimento médico, de assistência social e tal. Então isso era um problema. Então a tese deles, que era muito legal e correta, é que os guarani estavam aqui na América do Sul muito antes da formação dos estados nacionais. Então assim, os guarani tem um território muito grande, não é demarcado com cerca, mas os caras tem uma aldeia aqui, tem parente ali, eles, culturalmente, ela se movimenta, o cara sai dali e vai visitar o primo que está lá em São Paulo ou então no Mato Grosso e ele vai caminhando e ele fica 1-2-3-4-5 anos. Depois volta. Então eles têm essa movimentação e isso não é nomadismo, tem uma diferença muito grande de ser nômade e de ter essa movimentação...

F1: Mobilização social.

H1: ... Mobilidade familiar e social.

F1: É. Eles estão sempre percorrendo um périplo, uma rota onde tem seus parentes. Então eles vão e voltam. Então é por isso que é muito difícil fazer censo de uma etnia. Por causa dessa vai e vem, vai e vem. Fica aqui e ((tlec)) ((tlec)) volta lá e volta.

H1: De certa forma era um filme meio de tese. A gente tinha que de certa forma demonstrar isso se fosse verdade e era. Então a gente andou mais de 8 mil quilômetros e a gente visitou aldeias de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, da Argentina, do Paraguai, no Paraguai a gente foi entrevistar uma especialista em guaranis paraguaia e acabou filmando uma aldeia, duas aldeias, foi muito legal. E filmamos no Mato Grosso. Então assim, a ideia era demonstrar que eles estão... estavam aqui antes e tem essa movimentação. A gente foi muito feliz porque um filme que tem muito depoimento e foi um pouco criticado assim, por gente ignorante e burra. Porque tem uma questão do cinema brasileiro – e agora eu estou vivendo isso com o

Alma Palavra – que é o seguinte, a gente tem consciência plena, eu tenho uma produtora que faz filme de ficção, faz publicidade, faz videoclipe e eu tenho plena consciência dos públicos que são possíveis para os trabalhos que a gente executa, que a gente realiza. Então um filme que trata de questão social, de cultura, é óbvio que a pessoa quer entretenimento, relaxar, esquecer o trabalho, esquecer da vida tá-tá-tá, não vai ser esse o espectador o meu, do filme que a gente produziu. Porém, quem tem interesse, quem tem curiosidade, quem tem vontade de entender um pouco mais sobre a cultura do seu país ancestral, então essas pessoas são as pessoas que são o público desse filme. Quando você participa de festival de cinema e tal, às vezes você fica naturalmente sujeito a todo tipo de crítica. Há quem entende e quem não entende. E no ano do Guarani a gente deu sorte e deu azar. Por que deu sorte? Porque participou do festival, a gente inscreveu no festival para participar da Mostra Brasília, o filme foi selecionado. Mas deu azar porque alguns queridinhos do cinema não foram selecionados e aí isso criou uma raiva assim, na imprensa. Um não entendimento, uma incompreensão e uma... um sentimento reatividade muito grande que foi chato para o filme. Por um lado. Mas por outro lado foi ótimo porque deu visibilidade, mas foi uma visibilidade meio telhado de vidro, indo dando pedrada. E é até engraçado porque quando a gente passou o filme, fiquei muito tenso, falei assim: “porra, um silêncio danado a sessão inteira”. E eu sentei na frente assim, o cinema lotado, a sessão do Festival de Brasília, um silêncio muito profundo assim, eu fiquei muito assustado e eu falei: “nossa, deve estar vazia a sala, deve ter saído todo mundo”.

((acha graça))

H1: Eu não queria nem olhar para trás: “não vou nem olhar para trás”, e quando termina o filme, não dava nem para ouvir a música dos créditos finais de tanto aplauso. A sala ficou lotada, ninguém saiu da sala. E aí foi engraçado que as matérias que saíam dos jornalistas, os jornalistas metendo o pau: “é um filme de... talking heads”, não sei o quê. Mas é um documentário, cala a boca. A pessoa tem que dar a voz às pessoas. E ao mesmo tempo você tinha aqui a matéria do jornalista detonando e tinha a coluna do público, todo mundo falando bem do filme, todo mundo elogiando. Impressionante. É uma coisa que me surpreendeu. E assim, de entender que em Brasília você tem um público mais politizado que tem interesse por questões sociais...

F1: Ah, isso tem.

H1: ... Por documentários, isso é muito bacana.

F1: Brasília tem.

H1: Mas então assim, os caras estavam sofrendo muito ataque da mídia por conta naturalmente dos grupos econômicos que bancam a mídia. E a gente até na época do Festival teve crítica que foi assim: “ah, mas vocês não ouviram nenhum fazendeiro”, “ah, mas vocês não ouviram tá-tá-tá”... e eu falei: “mas os fazendeiros falam toda semana no seu jornal. No seu jornal eles têm voz. No teu jornal eles têm voz, mas os índios não. Então, dá licença, velho. Eu não estou... eu não sou empresa de comunicação que está... que utiliza do espaço público para ganhar dinheiro para fazer jornalismo, para fazer entretenimento e tem por obrigação de ter alguma utilidade pública que vocês não cumprem”. Eu fiz um filme que é um ponto de vista do cineasta, a respeito de uma questão, e é meu ponto de vista. Eu dou voz para quem eu quiser, o filme é meu. E eu não tenho obrigação de dar voz para você e nem para fazendeiro e nem para ninguém. Porque deliberadamente a gente fez isso. Eu, nas áreas de conflito de terra, não fui procurar fazendeiro nenhum. Para que? Careca de saber por todas as provas que os caras estão lá há muito tempo e que o outro grilou a terra e que invadiu. Então assim, mas esse filme dos guaranis teve uma coisa muito legal que a gente deu muita sorte, porque tinha que provar uma tese e a gente esteve em duas aldeias, uma que estava em construção. Era uma aldeia nova, estavam construindo a (opy), a casa de reza, e tinha um pajé lá, o... agora me falhou aqui, vou me lembrar

do nome dele, está no filme. Eu tinha um assistente de direção que era um guarani, o Leonardo Veratupan. Alcides, era o nome desse pajé. E a gente estava filmando lá a construção da (opy), a aldeia nova, todas as questões em torno disso e aí eu tive um estalo assim, falei para o Veratupan: “pô. Veratupan, ele tem algum parente que mora fora do Brasil, assim, que mora em outro lugar?”, e aí o Veratupan perguntou e o cara falou: “tenho na Argentina”, e aí eu: “pô. Manda um recado para ele, vamos filmar. Quem sabe a gente não encontra ele lá na Argentina?”...

F1: Ah, é. Vai ter isso.

H1: “Vamos filmar, você manda o recado”. Aí o cara, o Alcides falou para caramba, cara. E claro, o cara não estava traduzindo, mas eu falei: “deixa falar, está ótimo”, o gestual dele e tal. Quando terminou o Veratupan meio que me traduziu e falei: “bacana. Quem sabe na Argentina a gente não acha?” pode ser que não ache, mas filmamos. E aí a gente foi para o Paraguai, filmamos lá no Paraguai e também no Paraguai demos uma sorte muito grande porque a gente entrevistou uma pesquisadora, falamos sobre a legislação paraguaia, sobre o problema dos guaranis no Paraguai que é até engraçado, porque o guarani é praticamente não é a língua oficial mas é a língua mais falada do Paraguai que é a dos índios guaranis.

F1: (Eles falam o dialeto) [00:11:06].

H1: Não, mas todo mundo fala na rua e tal, e entendem. Se entendem. Mas a gente foi para uma aldeia com um pajé novinho também. E aí, como a gente ia ficar muito pouco tempo, quem trabalha com índio sabe, você vai rodar numa aldeia, você chega e fica um tempo. Ganha confiança, vai mostrando o que você faz, as pessoas vão entregando aos pouquinhos e você faz o seu trabalho. Às vezes leva um mês, um mês e meio, dois, de acordo com o teu approach como você chega e tal. E os guaranis são índios muito desconfiados e não vou dizer arredios, mas eles são tímidos. Você chega assim, a aldeia esvazia, entendeu? Ninguém dá muita corda. Mas como a gente estava com o Veratupan, e meio que ele sabendo que tipo de trabalho que a gente estava fazendo foi muito bacana porque dava uma abertura. E aí nessa aldeia a gente ia ficar um dia, dois, não dá para fazer nada em dois dias. Mas aí tive uma ideia legal, que foi assim, falei para o Veratupan, falei: “pô. Veratupan, pede para o pajé, para o cacique te apresentar a aldeia. Vamos dar uma caminhada com ele e ele vai mostrando a aldeia o que tem aqui, e você vai puxando a conversa sobre quais são os problemas que tem aqui e como é que é no Brasil”. E aí foi muito mágico, foi muito legal. Porque quando eles começaram a caminhar e começaram a conversar, como eles eram da mesma faixa etária mais ou menos, a conversa fluiu naturalmente. E é muito bonito assim de ver os dois caminhando e aí um fala assim: “ah, qual o tamanho da terra aqui?”, ele: “um alqueire é pouco, né?”, “é”. “E lá no Brasil?”, “ah, lá no Brasil é um pouco mais, mas também tem...”, então estabeleceu um diálogo legal que foi bacana para compreender a questão, as duas realidades que são distintas mas são próximas, e lá tem uma invasão de fazendeiros brasileiros muito grande. Gigante, cara. O agronegócio brasileiro do Mato Grosso invadiu o Paraguai. As terras todas são fazendas brasileiras, enormes, e os caras não tem nem um hectare por família, que é o mínimo lá no Paraguai é dez e eles não tem nenhum. Então assim, mas foi legal, foi bacana, e aí quando a gente foi para a Argentina, foi engraçado porque parte da equipe ((acha graça)) foi assim, vergonhoso falar isso. Mas uma parte da minha equipe não levou identidade nem passaporte. Os caras levaram documentos, carteira de motorista achando que iam entrar porque no Brasil a carteira de motorista funciona...

P: É isso, vale como documento.

H1: ... Mas só que você não entra na fronteira só com carteira de motorista porque os documentos que são... oficialmente aceitos, por legislação, são passaporte e identidade. Então

eu perdi parte da minha equipe, foi um mico danado, foi só eu e o produtor para filmar. Mas a gente conseguiu localizar o irmão do Alcides.

P: Fantástico.

H1: E o irmão do Alcides, por uma... talvez não por uma coincidência, mas para a nossa sorte...

F1: (inint) [00:13:51]

H1: (...) ((corte)) e aí o Alcides, ele simplesmente era... ((silêncio)) o cacique mais respeitado na Argentina com uma certa idade e tal e atuando. Então quando a gente localizou ele, foi maravilhoso. Teve uma antropóloga que ajudou muito a gente, Ana Gorozito Kramer, foi muito legal ela, figuraça, tem depoimento dela no filme também, é uma que tem uma carona meio de louca muito legal. E teve umas falas muito legais, e ajudou a gente a entender muita coisa. Mas aí, quando a gente chegou na aldeia, eu falei: “pô. Eu trouxe o recado do Alcides”. Aí eu montei a TV lá e tal, a gente passou o vídeo com o recado.

P: Isso.

H1: Emocionante. Está lá no filme.

P: Isso, é fantástico. Eles estão bem sérios observando.

H1: Está lá no filme. Foi muito legal. E a gente, quando a gente terminou de filmar, o Dionísio, que era o cacique pajé lá, guarani na Argentina, ele falou assim, botou a mão assim no cajado dele e olhou para mim e falou: “eu quero gravar uma mensagem para ele também. Eu quero mandar um recado para ele também”. Eu estou até devendo essa para o Alcides, que eu nunca consegui levar lá. É até uma coisa a se fazer. Não sei se o Veratupan levou e tal. Mas aí ele gravou uma fala para... e foi bacana porque é raro branco entrar na (opy) na casa de reza. E convidou a gente para entrar, a gente entrou, filmei ele, participamos do ritual, comemos uma comida e tal, foi bacana. E aí meio que para mim meio que a tese está comprovada, não é? Você tem familiares que moram a distância, a gente acompanhou e até quando ele saiu de Santa Catarina, a gente levou, quando a gente saiu do Paraná, a gente levou um cara que ia casar com uma menina lá, em uma aldeia em Santa Catarina, foi muito legal, e a gente levou o noivo, foi bacana. ((acha graça)) Estão no filme também. Então assim, esse filme tem essa qualidade e eu acho que ele é legal para entender essa coisa da cultura guarani, do macro. E quando a gente terminou, a gente ficou com um certo know-how, com as amizades, com os contatos e com a vontade de fazer outras coisas. Porque muitas coisas que a gente não entrou, não tocou a fundo, por questão da fundiária, questão da terra, entre outras coisas. Essa coisa da aculturação e dos caminhos, porque os guaranis são um povo – pelo que eu aprendi com eles – que eles evitam muito o conflito. Uma forma de sobreviver é evitar o conflito e interiorizar. Então eles foram do litoral, brigou aqui vamos embora para frente. Brigou aqui vamos embora, vamos afastando.

P: Afasta.

H1: Tem uma história de luta também, mas também tem isso como estratégia de sobrevivência.

F1: E também tem um componente religioso que é a procura...

H1: Da Terra Sem Males.

F1: Da Terra Sem Males.

H1: Como se fosse a nossa Terra Prometida.

F1: E essa Terra sem Males, ela está indo sempre em direção ao mar. E então, esse deslocamento dos guaranis independe da língua que ele fala, porque eles são subgrupos, eles fazem isso. Quando entrou o SPI na jogada, tentando fazer meio de campo com os fazendeiros e a colonização, é que surgiu os postos indígenas. Aí fixou.

P: Ah, tá.

F1: Fixou.

H1: E isso é engraçado, não?

F1: É.

H1: Essa... a sensação que eu tenho como... eu não sou especialista em antropologia, eu faço vamos dizer assim antropologia visual, eu filmo, eu tenho contato com a cultura, eu estudo um pouquinho, mas quem é especialista aqui é a Devair, e outras pessoas com quem a gente trabalhou.

F1: (inint) [00:17:32]

((risos))

H1: Mas eu tenho a impressão que foi exatamente isso. Então a gente não entrou na (aldeia) [00:17:37] de guarani nessas temáticas porque era muito amplo, não é?

P: Não, claro.

F1: Isso aí é um (universo) [00:17:40].

H1: Mas com a amizade com a Devair em contato profissional com ela, ela tinha uma... é uma vontade de fazer um trabalho a respeito da questão do suicídio infanto-juvenil em Dourados. E a gente topou fazer o trabalho junto.

F1: Porque esse negócio do infanticídio não era só de guarani. Não era só de Dourados, era de toda a região. Mas a maior incidência era Dourados e também não...

H1: Dourados.

F1: ... É um pouco cultural.

H1: E a gente montou um projeto para fazer o Vozes do Silêncio que foi o primeiro nome do Alma Palavra. Chamava Vozes do Silêncio. E o que é que aconteceu? Foi oportunidade também de aprofundar no microcosmo. A gente trabalhou no macro no primeiro e no segundo a gente foi para um exemplo.

P: Isso. Local mesmo.

F1: Uhum.

H1: Mas eu, por exemplo, eu tenho a sensação que o SPI não foi uma coisa para proteger índio, foi para preparar a chegada do branco.

F1: Não, o branco já estava (inint) [00:18:35].

H1: Então. Já estava, mas ainda estava chegando mais ainda. Era...

F1: Foi em 1910.

H1: ... Eram as empresas colonizadoras, era o estado chegando, era “vamos povoar” aqui de Brasil. Então eu... eu tenho por mim e até de certa forma o Alma Palavra toca nesse assunto, e com várias informações, vários dados que te levam a crer isso. Os caras foram confinados numa aldeia e ainda misturaram outras etnias com uma proposta de: “não, eles precisam aprender a cultivar como os terena, e mistura tudo, que é uma cagada”. Então eles, é assim, e o Guarani tem uma história que é isso assim, ele tem uma família, aí o filho vai, vai por ali, a aldeia vai aumentando. Os caras vão indo para... que tem um conflito aqui, eles se afastam, vai morar mais longe e tal. Quando você cria a reserva, você acabou com essa possibilidade, e um dos problemas que eles têm lá hoje é isso. É uma divisão da terra brutal, assim, o cara, porque eu sou pai de um monte de menino. Aí eu tenho uma terra aqui que cada um vai ganhar um pedaço.

P: E como é que...

H1: Só que cada vez, ele é um pedaço menor que não dá para plantar...

P: Isso.

H1: ... Que não tá-tá-tá... e começa a ter conflito e briga um com o outro, aí o cara não tem para onde fugir para... sabe? Brigou aqui não tem como sair. Para lá? Onde é que vai? Por ali é terra de outra pessoa, de outro índio.

P: Isso.

H1: Mas, com essa coisa de a gente não ter tanto recurso, a gente entrou nos concursos aí e tal para levantar grana para fazer o filme. Uma coisa é ter vontade, outra coisa é ter possibilidade.

F1: ((acha graça))

P: Uhum.

F1: Outra mais é ter ideia. ((risos))

H1: É. A gente tinha muita vontade, muita ideia, muita garra, mas não tinha as possibilidades. E aí a gente entrou num concurso que o filme foi aprovado, foi muito legal, mas levou três anos para sair a verba.

P: Nossa.

H1: Quando a gente chegou lá na aldeia já era outra história. A gente descobriu lá que tese... a questão que a Devair queria investigar já não era a maior, o maior problema deles, entendeu? Era um dos... e era fruto de alguma coisa maior que aí que eu acho que a gente teve a felicidade de descobrir isso na montagem do filme. Porque também tem essa coisa engraçada do documentário. Você vai com uma ideia, chega num lugar, está tudo diferente, e você se adapta. A gente teve, a gente teve essa... já aconteceu com a gente. Não vou dizer que a gente teve essa sacada. Isso aconteceu. A gente chegou para filmar uma coisa e viu que tinha mil outras coisas e aí a gente não teve barreira, não ficou: “não, eu vim fazer esse filme aqui, vou fazer esse filme”. “Não. Vamos fazer outro”. Tanto que teve um momento que a Devair ficou meio

desesperada que a gente não tinha muito material etnográfico porque a gente chegava num lugar, os índios sumiam “vupt”. E a gente sempre trabalhou na Amazônia, a gente tem muitos trabalhos feitos lá com grupos gê, com grupos que...

F1: Pequeninhos.

H1: ... Pequenos. Acho que a aldeia maior que a gente foi, foi uma caiapó que tinha 600 pessoas.

F1: É. Mas mesmo assim aquele (inint) [00:21:12]...

H1: É, todo mundo concentrado...

F1: Era circular.

H1: ... A casa dos homens e tal.

F1: (inint).

H1: E lá não, é uma... um bairro.

F1: É um universo.

H1: É um... primeiro, você não chegava em nenhuma concentração que não fosse...

F1: Nada.

H1: ... A escola. A escola era o ponto de concentração de jovens e tal, e quando tinha alguma distribuição de cestas básicas estava todo mundo junto. Mas fora essa situação, nem vinte.

F1: Era uma vila.

H1: É uma vila.

F1: Era uma vila.

H1: Mas a gente foi de certa forma forçado a repensar o trabalho e mudar o jeito de trabalhar que foi bom. E aí eu acho que a Devair ficou angustiada uma época, até que ela brigava comigo: “ah, filma isso aqui”, aí eu “não vou filmar, Devair, esse filme é outro”...

F1: ((risos))

H1: O filme já virou um filme político. Não é um filme sobre o costume do guarani, em cortar o não sei o quê, ou usar o utensílio tal. Ela ficou brava comigo porque eu... eu confesso que eu me...

F1: Não ia ter filme. ((acha graça))

H1: ... Eu me... não, ia ter sim.

F1: ((riso)) Não ia ter filme.

H1: Mas eu, de certa forma, eu me utilizei de uma... uma prerrogativa meio desagradável assim, meio...

P: Arbitrário, você fala?

H1: Não arbitrário, mas meio impositiva, assim. Meio de eu, como eu era produtor, eu estava fotografando o filme para ela, mas ao mesmo tempo era produtor executivo. Então se ela está falando entre aspas assim, imediato dela, subalterno, assim, já tinha que atender a ela, e ao mesmo tempo era chefe dela.

((riso))

—
H1: Então aí teve esse conflito que eu falei: “não vou filmar isso”, aí eu saquei isso lá. A gente está fazendo um filme político, não é um filme sobre os costumes mais. E aí que a gente descobriu lá também foi que a origem de quase todos os problemas que estavam ali fora a questão fundiária que é uma questão maior e independe da cultura, havia um problema cultural muito grande que era a relação entre os jovens e adultos. E aí o filme ao fim é sobre isso. Então, eu fiquei muito feliz como produtor de ter feito, tenho maior orgulho e também teve essa história de a gente chegar com o material e olhar para o material e falar: “nossa, o que é que a gente vai fazer? Tem assunto aqui, tem tanta parada tá-tá-tá”... e aí teve um investimento da produtora.

F1: (inint) [00:23:11].

H1: E aí, teve um investimento da produtora. Devair era louca para terminar o filme rápido. Eu falava “não, Devair, não está bom ainda. Vamos esperar, não vamos ter pressa”. Que tem uma coisa assim. Às vezes quando a gente recebe, a gente recebeu uma verba de um edital de produção do FAC e aí você tem toda a questão de prestação de contas, de prazo de entrega.

P: Isso.

H1: Mas eu sempre tive claro para mim que a prestação de contas e a satisfação a quem financiou eu dou, mas se o filme não está bom, não vai terminar. Eu posso até entregar o filme e falar para o cara e falar: “não quero que exiba, não está pronto para mim. Está pronto para te provar que foi, a gente fez.” Mas e então isso gerou um investimento da gente que não foi pequeno, porque a gente bancou praticamente dois anos de montagem, ficamos dois anos montando o filme, a Devair, ela... aí eu ia com o montador: “não, não está legal ainda. Vamos mudar isso e tá-tá-tá”, “trabalha mais esse tema”. Então também teve uma construção de roteiro que foi feito na montagem, teve uma análise muito grande do material, teve um trabalho de pesquisa do Armando que é o codiretor que trabalhou com a Devair e também é montador do filme de pesquisa, de levantamento de dados, de levantamento não só de dado bibliográfico e de números, mas também de imagens, de material audiovisual que foi produzido lá nas aldeias, lá na reserva de Dourados, que são duas aldeias. A bororó e a... ((silêncio))

F1: Nem lembro o nome da outra, qual o nome? ((acha graça))

H1: Não. Para, Devair, que feio falar isso. ((acha graça)) Vou lembrar aqui: bororó e jaguapiru.

F1: Jaguapiru.

H1: Jaguapiru e bororó. Então assim, isso foi muito legal, foi muito rico, edificante assim, nesse sentido.

F1: E a gente focou mais no bororó.

P: E a gente meio que lá vivenciou alguns problemas também, porque tem a entrada das religiões pentecostais que é forte e aí ao mesmo tempo tem a umbanda, tem eles tentando resgatar a religião deles e que os jovens já meio que perderam o acesso.

F1: É, um movimento bastante forte do (resgate) [00:25:07] ((sobreposição de vozes))

H1: Tem tráfico de drogas, tem uma questão de violência entre jovens assim, que montam hordas assim, como se fossem gangues.

P: Gangues.

H1: Só que é uma gangue diferente, que os caras que saem à noite assim, para machucar, para matar, para extravasar uma frustração muito grande. Porque uma das questões assim, bem dramáticas dessa região é que você tem um grupo indígena que é muito pobre, não tem trabalho para todo mundo, esse trabalho é nos canaviais cortando cana.

F1: E a cidade também não absorve primeiro porque eles não tem qualificação nenhuma.

H1: É. E ao mesmo tempo tem muito preconceito. E tem outra coisa também, o outro lado, paradoxal... paradoxalmente não, mas entre contraposição a isso, eles são... ((silêncio)) cara, olha, a palavra é... eles estão assim, eles são bombardeados pela nossa cultura. Então o jovem vê tudo aquilo que é legal consumir. E a nossa cultura é do consumo e o jovem tem muita... tem muita voz, tem muito espaço na nossa cultura porque ele é um grande consumidor. Não é ele quem paga, são os pais.

P: Isso.

H1: Entendeu? E quando ele começa a trabalhar, ele paga. Mas aí já está... já quer um tênis zero que rolou, aquele que acabou de lançar não serve mais, a música que é uma ilusão, o rap que é, fala, alguns falam da miséria, falam da realidade, mas outros só falam de corrente de ouro, de grana, de mulher, de gostosa, de carrão e tá-tá-tá. Então assim, o cara fica naquela ali, vendo tudo isso e não podendo participar, não tendo acesso, isso cria uma indignação, uma revolta...

F1: E é muito próximo.

H1: ... Uma frustração muito grande.

F1: Os cinco minutos, oito minutos da cidade, não?

H1: É. E ao mesmo tempo nas escolas, aqueles que se dedicam e tal, eles têm plena consciência de que não vai adiantar nada. Porque mesmo que ele se formar, se ele estudar, se ele for, ele vai sofrer preconceito, ele não vai ter o mesmo espaço no mercado de trabalho que o branco tem. Então é muito triste. E é ao mesmo tempo há uma dificuldade de diálogo com os velhos.

F1: E essa formação que tem, de professores de língua que é bem forte, bem organizada, tem um problema. Eles só podem ser absorvidos nas suas comunidades. E o resto? Aproveita um e dois. E os outros 20 faz o que?

P: Como é que vai ficar?

F1: É ao mesmo tempo é legal, mas ao mesmo tempo é frustrante porque não tem condições de absorver.

H1: Resumindo assim, em um mês – em um mês, cara, um mês só – que a gente esteve lá, parece muito, mas é pouco, em um mês a gente filmou um velório de um suicídio, a gente filmou briga familiar...

P: Ah, aparece essa briga.

H1: ... A gente filmou uma briga familiar pesada. A gente nem traduziu tudo porque era pesado, sabe? Um tio brigando com um sobrinho por conta de um quintal, feio a coisa.

F1: Quintal não, um terreno.

H1: É, é um terreno de quintal, não é?

F1: Hm.

H1: E a gente filmou as igrejas, uns cultos malucos, filmou. Ah, teve muita, rolou muita coisa na nossa frente, sabe? Que a gente... e foi muito impressionante. O índio fazendeiro bem-sucedido que gosta de plantar, que tem orgulho. O outro que está arando a terra com um trator lascadaço, sabe? Então assim, rolou de tudo um pouquinho e foi bem, foi muita sorte e foi bem impressionante, também, a coisa.

F1: Você tem um foco aí, não tem?

P: É. Então.

F1: Primeiro deixa eu perguntar, qual é o objetivo do seu trabalho, dessa tese?

P: Então. Eu, na verdade...

F1: É sobre o quê?

P: É. Eu vou fazer a qualificação agora no mês de agosto.

F1: Sim.

P: Ela tem na verdade como um dos seus objetos, e uma questão a ser trabalhada é exatamente a situação dos Guaranis-Kaiowás...

F1: De onde?

P: Do Mato Grosso do Sul.

F1: Mas é imensa. É um universo.

P: É. Isso. Devo, na verdade assim, eu acredito que na qualificação até a banca vai estar direcionando para estar estabelecendo um foco mais direcionado.

F1: É. Porque são muitas... muito...

P: É. Mas assim, o elemento principal na verdade que eu quero destacar é, mesmo encerrando a experiência da ditadura militar no Brasil, mesmo tendo a experiência da realização da Constituição, alguns direitos estabelecidos, será que para os índios, existe um tratamento como próprio de um regime de exceção por parte do estado? Então estou levando... tanto que tem algumas perguntas aqui nesse sentido...

H1: O tratamento é muito pior.

F1: É exceção, ou (destino)?

H1: Tem um tratamento... tem um projeto de dizimar mesmo, na minha opinião.

P: Uhum.

H1: É isso. O projeto é dizimar porque eles representam um problema e é muito louco porque não é só no Brasil. No mundo inteiro assim, os índios estão desgraçadamente nas melhores terras. Você vai nos Estados Unidos, os caras estão sentados em reserva de urânio.

F1: E aqui, os Yanomamis, então?

H1: E uma pressão fodida. E Yanomamis é diamante, é assim, não é benéfico, não é uma bênção, é uma desgraça. Porque...

F1: Rondônia. Diamante.

H1: ... É. É, está na mira da sociedade, sabe? Está na mira da sociedade, da economia, está na mira dos capitalistas, está na mira dos governos que querem explorar...

F1: A bancada ruralista.

H1: Está na mira de quem quer tirar os caras para plantar, está na mira de quem quer tirar eles para garimpar. Meu, o projeto é isso, acabar. E eu realmente fico assim, eu fico... pô, assim, sem palavras, assim, sem ter o que dizer. Porque eu fico olhando e falo “cara” mas mesmo assim? Como é que é? Preserva, faz um parque temático que o cara não pode mudar? Não pode... mas ele também...

F1: Ah, isso aí é (inint) [00:30:27].

H1: ... Que está ali dentro, ele também quer viver fora. Ele quer transitar nos mundos, entendeu?

P: Isso.

H1: Mas ao mesmo tempo, para ele sobre... para ele se manter enquanto grupo, enquanto... e manter o seu espaço, a justificativa é a cultura deles.

P: Uhum.

H1: Então, não pode perder a cultura, que se perder a cultura é isso: o branco fala: “não, não é índio não. Olha lá, está de calça jeans e tá-tá-tá, nem sabe falar a língua deles, não sabe nem um ritual”, não é? Tem isso. E ao mesmo tempo tem o cara que também não quer ficar só ali, no ritual dele. Quer conhecer o mundo, quer trabalhar, quer viajar, quer fazer as coisas. Então assim, é um dilema muito grande, muito louco isso aí que rola, porque eu acho que é difícil alguém dizer: “não, tenho a resposta aqui. É essa” e “fufa”. Não sei. A gente agora vai começar um trabalho novo no Xingu, espero que a gente consiga levantar grana e tal, que vai ser um filme bem bacana, bem diferente, que e a história de um antropólogo e de um indígena que se tornaram praticamente irmãos. O antropólogo estudo com o grupo e desenvolveu um laço de familiares com esse indígena, é o Tacumã e o Rafael Bastos. E tem uma coisa fantástica que a gente... que eu sempre me perguntei quando eu viajava com a Devair, às vezes eu via os índios reclamando: “ah, o antropólogo vem aqui estudar, rouba a gente, a nossa cultura. O que é que traz de volta?” aí agora eu tive a resposta assim plena, que eu fiquei tão feliz depois de anos. Nesse filme sobre o Rafael e o Tacumã, o Rafael é musicólogo, etnomusicólogo. E ele fez um registro das canções e das histórias orais e tal. E essa coisa dos... desses índios irem para a cidade estudar, eles foram ficando distantes dos velhos porque o cara não está lá a semana inteira. Então vários velhos que morreram, morreram também histórias e cantos, e tal. Mas o Rafael gravou a parada toda e ele levou de volta...

F1: Depois de 40 anos.

P: Uhum.

H1: ... Então, o material que ele trabalhou é a possibilidade de os caras manterem a cultura deles.

P: Retomar.

H1: Então é lindo, não é?

P: É.

H1: Esse filme vai ser bonito, vai ser mais leve.

P: Mais leve. Aham.

H1: Porque claro, provavelmente vai ter algum problema para se falar porque não existe, não falar de problema.

P: Não.

H1: Mas é uma coisa assim, não é tão pesado quanto os outros que a gente fez.

P: Uhum. Não, certo. É porque eu tenho uma sequência de perguntas, mas assim, está excelente o questionamento de vocês.

H1: (inint)

P: E aí tem umas perguntas que seriam algumas coisas mais pontuais para que vocês pudessem estar apresentando. Então por exemplo, na primeira pergunta eu acredito que já apresentou, a pergunta seria o que motivou à realização dos filmes (inint) [00:32:50] Guarani e (Alma Palavra Alma), então eu acho que de modo geral vocês destacaram. A próxima é qual cena dos filmes mais lembrados por vocês? A senhora lembra de...

F1: Hã?

P: É uma cena que é mais lembrada.

F1: Ah, tem várias. Eu gostei muito do candomblé, do terreiro do candomblé, essa integração entre duas religiões, uma respeitando a outra. E os fiéis aderindo a esse tipo, isso eu achei muito interessante. E depois do mar das xamãs, assim, que era muito... é muito consciente dos acontecimentos que ela abre o filme, né, da realidade, eu acho que ela conseguiu assim com alguns depoimentos descrever o que era a aldeia de Dourados. Por quê? O que é que aconteceu com Dourados? Eu conheci Dourados há muitíssimos anos atrás, quando eu trabalhava na FUNAI e eu tinha passado por lá e o governo abriu uma estrada no meio da reserva. Por isso que dividiu jaguapiru para um lado e bororó para outro, exatamente. E acontecia muito... muitas mortes porque era alto trânsito, e morria muita criança, muito guarani bêbado porque eles bebem muito. E a gente tinha passado lá para ver outros problemas. Quando eu voltei agora, depois de muitíssimos anos já, nem trabalhava mais na FUNAI, a situação tinha se mudado, é

bastante complicado. Por quê? O Mato Grosso na época do Rondon foi, os índios foram reunidos em glebas, praticamente nas suas áreas originais. Mas eram glebas minúsculas. E novamente esses grupos indígenas, tanto faz guarani como outro, eles se locomovem muito visitando os parentes, quer seja índio de fronteira que é o mesmo problema, que o André estava levantando é o mesmo problema, fronteira para nós. Para eles não existe esse limite geográfico, esse limite geográfico é nosso. Então fora os índios de fronteira que vão e voltam e normalmente tem no Brasil e tem tanto na Amazônia, Mato Grosso do Sul. Então, essas terras eram muito reduzidas e eles não pensaram que a população ia aumentar. Então, eles saem, casam e saem e depois voltam para ver os parentes, então existe esse fluxo. E eles arrumaram uma reserva para Dourados e o que é que aconteceu? Naquela época do SPI existia essa política de que os índios tinham que ser agricultores. O mesmo aconteceu com os guaranis e caingangue do sul do país, tinha que ser agricultor. Então. Mas acontece que guarani não era agricultor. Terena, que morava em outras reservas, são tradicionalmente agricultores. Aí eles puseram terena junto com o guarani para ensinar agricultura. Eles tinham que ser agricultor. Mas o que é que aconteceu? São duas culturas bastante divergentes e terena era mais impositiva, era, tinha mais, subjuguava entre aspas os guaranis. Aí os guaranis ficaram no fundo da reserva e os terenas ficaram para cá. O que é que aconteceu? Os terenas foram crescendo economicamente, arrumando equipamento, a FUNAI dando e eles eram agricultores natos. Então eles passaram a dominar os guaranis. E os guaranis continuaram guaranis na sua... no seu mundo, na sua realidade, fazendo minúsculas roças de subsistência e tal. E sempre houve essa divergência como há até hoje essa divergência lá. A gente encontrou bem, bem forte, guarani é guarani e são os lascados, os pobres, os vagabundos e os bêbados. E os terenas bem de vida, com casa boa, equipamento, uma agricultura bem sustentável, bem forte. E existe este choque lá dentro. E a FUNAI não tem controle nem tem como. Além de que os guaranis tem esse laço do vai e do vem, dos parentes. Vai e volta e tal. E o que é que... os povos dizem o que é que vai fazer. Não sei. O governo não vai comprar cercado de grandes fazendas, fazendas moderníssimas, grandes extensões de... de realmente o sonho deles é querer a terra deles de volta. Eu acho isso utopia, eu acho que jamais. O que a FUNAI pode fazer é tentar comprar glebas perto de outros parentes e ir pondo grupos, mas isso precisa ter uma vontade política e poder. A FUNAI está completamente desmantelada, sem poder nenhum, sem técnicos eficientes, qualificados e também ninguém quer trabalhar num órgão que está... está acabando, sendo extinto. E a FUNAI foi pulverizada ao longo dos anos. A educação passou para o ministério da educação, fundiária passou para não sei lá para que ministério, saúde passou para o ministério da saúde, então a FUNAI está com poucos elementos de barganha e o governo, vai cada vez vai tirando a grana para manter. Apesar de tudo, eu, o que eu notei lá que achei interessante e que não é muito existente em outros lugares. É que eles têm bom ensino, eles têm bastante escola, eles têm o 2º grau, não sei nem como chama o 2º grau.

P: Ensino médio.

F1: É fundamental? É ensino médio. Tem assim esse ensino, tem ensino bilíngue, tem essa formação para professores, tem atendimento de saúde legal, posto de saúde, tem um mini hospital dentro da reserva. Então eu achei assim, em termos de assistência que todas as aldeias tem, mas não igual a de Dourados, Dourados é muito boa, bem eficiente, não estou dizendo que funcione 100 por cento, mas 90 por cento funciona legal. Mas existem outros problemas, superlotação, problemas seríssimos de bebida, que desmantela a família, o pai bebe, a mãe bebe, vivem bêbados, os jovens estão não tem uma referência familiar além do desajuste, além dos conflitos geracionais, que tem na nossa sociedade, mas os (outros) [00:40:51] guarani é muito mais avançado do que qualquer outra sociedade indígena. Tem os problemas de terra, tem esses

movimentos de suicídios que vêm há muito tempo, há anos e após anos aumentando e agora deu uma diminuída, houve uma interferência, acho que a FUNAI se mobilizou, a saúde se mobilizou, ONGs se mobilizaram e tentaram diminuir um pouco da incidência. Mas o suicídio tem um pouco de cultural, né, já Montoia era quanto lá anos atrás? 1700... 1800 e pouco, Montoia já falava dos suicídios dos guarani, não nessa (incidência) [00:41:54] como em outros grupos índios tem no Brasil, nos Estados Unidos tem, existe. Só que a incidência aqui é maior e também tem aquele componente que segundo o ministério da saúde diz que o suicídio, ele vira assim, como se fosse um exemplo de vida, sabe da baleia? Da baleia azul?

P: Uhum.

F1: É. Existe um componente assim, você fica deprimido por algum motivo e o suicídio é por, além de ter um componente religioso, uma vez que você vai para... você morre, você vai para o... o lugar onde você tem uma vida melhor, você vai encontrar seus parentes. E a voz é um elemento. O guarani reza muito, tem cânticos e tem relação com a voz, com a reza. E tanto que palavra e alma e alma e palavra é a mesma coisa. Por isso que a gente pós o nome assim no filme. Aí tem esse componente que gera o suicídio, gera uma cadeia. E não precisa ser motivo forte para você se suicidar, pode ser um ténis que o outro tem, esse caso que a gente viu lá, eles estavam jogando bola e parece que era um casal jovem, e parece que o marido deu uma bolada na menina, e a menina ficou magoada, quando chegou de noite ela se suicidou, se enforcou numa árvore do lado da casa dela e ela tinha um nenezinho. Então, os motivos para nós são banais entre aspas, mas para eles. Desencadeia um processo que a gente também não sabe explicar direito. E eu acho que todos os estudos, quando eu fiz o trabalho eu li muito sobre o suicídio e não tinha assim, uma causa. Tem um monte de casos, psicológico, econômico, social, territorial, isso aí, religioso, tem vários componentes. Então é muito difícil. Tanto que quando a gente chegou lá o foco já não era mais esse, já era essa gangue que é uma gangue interna. Essa gangue não extrapola para Dourados que está a cinco minutos. Ela é uma gangue interna. E as famílias se mobilizam à noite para desarmar os jovens, eles atacam e tem droga, tem bebida e no outro dia eles estão todos bem, vão para a aula, fazem, vão para a roça se tiver roça. Quer dizer, é o momento. Eles se reúnem, como se fosse uma catarse assim, e depois volta. Mas isso gera muita instabilidade na comunidade. E os mais velhos têm dificuldade de aceitar, eu acho que nem dificuldade, é difícil para as pessoas aceitarem uma vez que elas também não sabem como resolver. Não é? Até a gente que estava lá fica: “Ai meu Deus”. (inint) [00:45:23]. E a gente ficou assim, nesse impasse, tentando ver porque a ideia era não abordar o suicídio. A ideia era pegar todos os problemas que poderiam envolver o suicídio.

P: Ah, correto.

F1: É. O suicídio era o miolo, a gente ia fazendo isso. Ó, circundando o miolo. E quando foi lá na realidade houve uma inversão. O suicídio virou, eles não queriam falar. Bom, primeiro porque a gente era um estranho, também não iriam abrir os seus reais motivos. E eles estavam muito preocupados com as gangues que estavam perturbando mesmo eles. E eles falam muito sobre isso e realmente a gente até entendeu a preocupação que era isso, mas qual é a outra?

P: Ichi. ((acha graça)) Não, mas está ótimo. O negócio é que são várias perguntas, mas assim, está excelente esse relato, a experiência que a senhora teve, todas essas constatações. Quando a senhora fala sobre esses problemas identificados são diversos. A senhora acredita, a senhora acha que dentre todos esses problemas que envolvem saúde,

da dimensão da cultura, a questão da terra é um elemento maior que tem a ver com esse cenário? Qual que a senhora acha que é o maior problema dos Guaranis-Kaiowás?

F1: Eu acho que isso em Dourados – em Dourados – eu acho que não. Eu acho que são vários fatores que dá esse problema no posto, lá no posto de Dourados. Claro que se você somar terra, bebida, droga, desajuste familiar, isso leva a uma explosão porque eu não acho que seja só terra, não. Eles batalham por terra, porque eles têm uma visão maior. Eles têm um monte de filhos. Alguns filhos, e eles querem um espaço normal, como todos, mas não acho não.

P: É? Agora, a questão da terra, eles sempre se referem aos povos tradicionais, os povos indígenas, essa ideia da territorialidade. A terra para eles têm uma dimensão maior do ponto de vista da cultura? Ou ele encara a terra dentro da mesma ideia fundiária do fazendeiro?

F1: Ah, não.

P: Não?

H1: Cheguei no meio, mas já discordando.

F1: Terra... a terra não tem esse espírito de barganha que nós temos. Nós compramos mais, mais coisas para ficar mais rico, mais poderoso para poder vender tá-tá-tá. Não. Terra é um elemento que você precisa para sobreviver. Daí que você tira tudo, não é? Tira-se elementos de sustentação, de estabilidade familiar, de fazer o seu artesanato, de fazer a sua comida, onde seus mortos estão enterrados, é onde suas entidades estão presentes. Então é diferente, não tem esse espírito.

H1: No Alma Palavra tem até um índio fazendeiro lá, bem-sucedido, entre aspas, (quipan) mas muito gosto pela terra e ele fala, assim: “eu tenho 60 netos. Como é que eu faço para dar comida para o povo? Tem que trabalhar, plantar, vender lá para a cidade. E eles não precisam de alface, de abobora? Olha que beleza a minha plantação. Eu planto porque tenho 60 para alimentar.” Eu nunca falou, conversando com a gente na entrevista assim: “eu planto, vou ganhar uma grana, vou comprar um lote, vou comprar um carro, vou ter um conforto”... não. Ele fala sempre assim: “eu planto para ganhar dinheiro para sustentar a minha família” com orgulho, aquele cara tinha orgulho de ser produtor, né?

F1: É. Ele era.

H1: Gostava da terra, da... da produção, assim, de ver as plantas crescendo. “Ah, a banana aqui. Ó a banana, que beleza”.

F1: É, ele tinha muito orgulho do trabalho dele.

H1: É muito legal.

P: Eu vou estar entrando em alguns pontos, algumas temáticas, mas vocês fiquem à vontade para problematizar se quiser avançar. Então uma das questões seria assim, o processo colonizador iniciado em 1500 ainda é uma realidade no Brasil e na América do Sul?

F1: Acho que é.

H1: Pô. Brutal.

F1: Não mudou nada.

H1: Brutal.

((risos))

H1: Brutal. Não matam mais com bacamarte, ((acha graça)) e lança e nem espada. É na bala, né? E na fome.

F1: É.

H1: Entendeu? É muito dramático.

F1: E também uma enganação, não? Você, quando o índio já entra muito em contato com o branco porque ele está muito perto da cidade, ele também é enganado. Ele é ludibriado porque ele não domina todos os nossos códigos sociais e jurídicos. Ele não domina, eles são enganados. A mesma coisa acontece com quilombola. Eles, que é um pouco diferente que eles têm as terras já doadas ou compradas na época da escravidão. Agora não, mas eles também são enganados, são ludibriados. E (inint) [00:50:36] também. E vão perdendo, vão perdendo terra, perdendo terra, perdendo terra. ((suspiro)) A FUNAI é uma desgraça, mas se não houvesse a FUNAI, esses índios não tinham nada. Porque os fazendeiros vão avançando, avançando, avançando, avançando. Se não tivesse um limite definido “até aqui é o território indígena e até aqui não é”, eles não tinham nada.

P: Uhum.

H1: Ô gente, eu queria responder à sua pergunta, quais a cena dos filmes mais lembrados por você?

F1: Ah, é. Lembra? ((risos))

P: É, isso, eu perguntei para ela.

H1: É sacanagem, eu perdi.

P: Não, pode. Pode responder. Qual a imagem, a cena mais lembrada?

H1: De cada um?

P: É. Ou que... você quer... você ia falar dos dois? Se quiser identificar uma que seja mais acho difícil?

H1: Não, eu fiz uma imagem no Pico do Jaraguá que é de um jovem...

F1: Isso no (Iander) [00:51:22]?

H1: No (Iander) guarani que é um jovem que não sei se ele virá a ser uma liderança, mas ele é muito comunicativo e tal, que é o cara sozinho assim, parado, olhando para São Paulo do Pico do Jaraguá.

P: Ah.

H1: Aquilo para mim foi muito forte, sabe? Foi assim, uma imagem que dizia muito assim, daquela vastidão e daquele silêncio, para mim naquela cabeça mil questões, assim tipo: “olha que imensidão, que cidade grande que essa cidade está chegando que vai pegar a gente”. Foi muito legal fazer. E também uma do (Iander) foram duas também, quando a gente filmou na Argentina, foi muito mágico lá encontro do... o encontro videográfico do Alcides com o Dionísio, e quando a gente estava saindo da aldeia, aconteceu um negócio tão louco, cara, porque estava um tempo fechadão e estava frio e de repente abriu assim, ó: o céu se abriu e entrou uma luz só na aldeia. Tem essa cena no filme, que é aquele plano geral assim do morro, a gente estava no morro indo embora, aí de repente o tempo, abriu só um burquinho assim, entrou o facho de luz só na aldeia e tinha uma senhora fazendo um canto na (opy). Pô. Foi forte, foi bem bacana.

P: Bacana.

H1: E no... Alma Palavra ((silêncio)) eu, eu... na minha... até a gente usou na abertura do filme, uma imagem que é forte, mas que não é assim, dramática demais e tal. Mas são os meninos lá dos jovens conscientes cantando um rap em guarani assim, num show. Aquilo para mim foi muito legal, muito marcante.

F1: É bem bonito.

H1: É bem bonito.

P: Não, bacana. Seguindo, essa perspectiva seria, por exemplo, uma reflexão de vocês. Do período da ditadura militar chegando, por exemplo, o processo da... a luta pela Assembleia Constituinte, a realização da constituinte, a Constituição trazendo até os dias de hoje, assim, é possível identificar que há um avanço acerca dos direitos dos povos indígenas?

F1: Tem sim. Eu acho que...

H1: Deixa eu só te interromper? Porque eu não vou falar muito, não. Rápido. Eu vou pedir licença para vocês que eu vou ter que fazer uma entrega ali do filme. Depois eu te convido, você vai lá na ilha que eu vou te mostrar as coisas.

P: Tá.

H1: Mas uma vez eu vi a Dilma num evento da ditadura muito emocionada lá com os companheiros que tinham morrido, uns 30-40 sei lá, não quero menosprezar a dor de ninguém. Mas eu me compadeço também porque tenho amigos também que lutaram na ditadura, que foram perseguidos, gente que foi torturado e tal. E a mim, me é caro, é um tem a caro, tem projeto para fazer filme sobre isso e tal. E esse recrudescimento todo me empurra mais ainda para mostrar para as pessoas a barbárie que foi a ditadura. Mas na hora que ela estava lá emocionada e tal, fiquei pensando: “porra, está chorando por 60 pessoas e está matando 300 no campo. Me desculpa, minha senhora, minha presidenta, excelentíssima presidenta, mas assim, você está chorando e criticando um movimento agressivo ditatorial, assim, bélico. Mas você está fazendo muito pior, de uma outra forma.” Foi um momento para mim de maior retrocesso nos direitos indígenas sabe? Que vergonha que eu tenho da Dilma, do PT e dos partidos coligados lá daquela coligação maluca, porque os direitos indígenas andaram para trás. Pô. Basta falar que ela tentou passar para o INCRA ((silêncio)) a ((silêncio))

F1: A demarcação?

H1: É, a... a responsabilidade dos pareceres antropológicos e técnicos sobre a demarcação das terras indígenas.

F1: E agora...

H1: Jogou fora.

F1: E agora (inint) [00:54:56]

H1: É trabalho de anos ((enfaticou))

F1: E agora (inint) [00:54:58]

H1: ... Que antropólogos como a Devair e muitos outros lutaram na ditadura, na FUNAI, para se manter firme para... sabe, para provar que eram terras legítimas dos indígenas e de repente assim, num governo de... entre aspas de esquerda, chutaram o saco dos índios. Eu tenho vergonha. Juro para você. Eu tenho assim, sei lá, eu imagino assim, um encontro, um encontro imaginário. “Ô, André, tudo bom? Estica a mão para mim”... falei “desculpa, eu não posso apertar a sua mão. A sua mão tem muito sangue”. Sabe?

F1: ((acha graça)) Continua, não é?

H1: “Você, você para mim, foi tão ruim quanto o Jucá lá nos Yanomami.”, então assim...

F1: Nossa.

H1: ... Infelizmente cara, eu acho isso tão chocante assim, sabe? Todo... o partido que tinha toda uma ligação com os movimentos sociais, com os direitos humanos, cagaram e andaram, foderam os índios, desculpe o palavreado chulo, mas eu sou meio mal-educado.

F1: (inint) [00:55:49] esquentou. Vamos para lá. ((acha graça))

H1: Mas sério, a minha maior decepção. Eu sempre falei assim, cara, pô. Tem umas aspirações de esquerda, mas assim, essa galera foi muito deprimente.

((fala com criança))

((ao fundo, voz se afasta))_

H1: Quer ver de novo? Vou te ensinar, tá?

P: Quero ficar aqui dentro...

(...) ((interrupção)) [00:56:06] a [00:56:14]

F1: Então hoje é assim, ó. Que na época da ditadura, as coisas foram muito legais para alguns índios, foi bem, bem terrível, foi muito ódio, massacre e tal. Com a Constituição de 88 as coisas parece que... uma expansão muito legal, foi ampliado com mais direitos e mais liberdades e coisas. Depois as coisas foram se degradingando nesses últimos anos. A FUNAI foi esvaçalhada, o problema fundiário que era o forte da FUNAI e a garantia da sobrevivência física dos índios, começou a ser diluída, vai para um ministério, vai para outro, faziam ultimamente, nem mais (inint) [00:57:14] passou para as câmaras e aí agora não é mais para a Câmara, agora é a bancada ruralista é que vai definir essas coisas sobre o meio ambiente, sobre

terra de quilombola e aí, nesse aspecto aqui é um retrocesso. Um retrocesso mais violento. Você viu o que o Temer propôs agora? As oito modificações? Entra legal em meio ambiente e índio. Então, nesse aspecto é um retrocesso. Mas eu acho que do meio do caminho eu acho que foi, teve muitos ganhos. Esses segmentos tradicionais, extrativista, um avanço legal do extrativismo, os quilombolas, criaram a (SEPPIR) [00:58:16], a Fundação Cultural Palmares teve força, e depois não aconteceu nada, agora está nesse impasse. Mas eu acho que teve uma coisa interessantíssima. Os índios é que até então eram, não tinham submisso, eles eram meio controlados pela FUNAI, e seguindo as orientações da FUNAI, o que é que aconteceu? Surgiu o movimento indígena, as associações, associações locais, regionais e a nacional. Então eles começaram a ter rédeas e decisões do que era importante. E exigiram, e passaram a exigir que fossem ouvidos. Até então, eles também, também tinha um componente. Eles não falavam português direito, as mulheres não tinham, as mulheres não sabiam falar português e não tinham essa assertiva que têm hoje. As mulheres passaram a ter seus movimentos, passaram a participar dos movimentos indígenas ao lado dos homens. Hoje o que eu vi e vivi 40 anos, 30 anos atrás, não existe mais. É outra realidade, é um outro mundo. Os jovens estão num mundo digital, manipulam celular, manipulam computador, participam de games, jovens participam de movimentos internacionais, as mulheres são convidadas para participar desses eventos sociais no mundo todo, no Brasil. E isso há alguns anos atrás não tinha. Então eu acho que houve ganhos e perdas. Eu acho assim que a perda fez com que a mobilização surgisse e eles passassem a ter voz, a ir para congresso brigar pelos seus direitos. E isso eu acho um ganho extraordinário.

P: A senhora estava falando, até o próprio André fez uma reflexão do contexto atual, eu vou aproveitar e fazer essa pergunta, mas eu vou estar retomando outros. É possível a gente falar, por exemplo, o golpe de estado aplicado em 2016 tem produzido consequências para os povos indígenas? O impeachment que ocorreu em 2016, ele tem possibilitado assim, o agravamento dos problemas? Ou os problemas que eles enfrentavam continuam existindo?

F1: Eu acho que os mesmos problemas de 15-14-16-17 é o mesmo. O que aconteceu é, por exemplo, assim, ó: cada presidente tem um tipo de política. Então, dependendo do seu... eles não, né? Dependendo dos assessores que eles têm, eles dão um certo... enfoque. Então, uns demarcam as terras, o outro deixa para o lado, o outro demarcou nada. Então eu acho que com esse impeachment eu acho que não foi um impeachment. O que... está nesse sufoco é a falta de grana. O rombo econômico afetou todos, branco, negro e índio. Eu acho que... não é porque a Dilma caiu e o Temer subiu. Os dois até agora não vi nada. A Dilma acho que se demarcou meia dúzia de terra em 5 anos foi muito, o Lula sei lá eu quantas demarcaçãozinha que ele fez, e não é porque os índios vem aqui e brigam. O que eu acho também assim, eu não sei bem se a gente pode dizer que é negativo ou é positivo é que nesses movimentos de contestação na cidade, os índios estão copiando os modelitos agressivos que não é padrão do índio dos movimentos nossos. Eles vem aqui e joga flecha, entra no negócio da água, e fica não sei o quê, bota (inint) [01:03:08], isso não é coisa de índio. E isso é uma cópia dos nossos modelos de protestar, que eu também não acho que é por aí que nós temos que protestar, nem queimando ônibus nem arrebentando porta, que somos nós mesmos que pagamos. ((acha graça)) Isso é besteira. E isso eu acho assim, é... não sei se positivo ou negativo, é uma forma que eles acharam de mostrar a sua...

P: Que existem, não é?

F1: É. “Eu estou aqui, gente. Então eu vou fazer igual. Eu me pinto de preto”. Não é todo índio que se pinta de preto. É que se o branco entende que se pintar de preto é agressividade. Não é, tem índios que não usam, isso está relacionado com os seus clãs, se usa pintura preto, você é jenipapo, você usa urucum, você decora assim, usa. Aí comunidades indígenas que nem perderam todos esses traços culturais de adereços, de estética, eles passaram a adotar um estilo estético, ou copiado, ou criado. Mas de uma forma que eles mostrariam: “eu sou índio, eu sou índio do Nordeste”. Porque índio do Nordeste não é índio. O branco entende o índio, é o índio pelado. É o índio lá da floresta que usa pouca roupa. Então, os índios também sabem manipular os estereótipos que o branco usa a favor e contra eles. Então eles estão fazendo isso, realmente eu estou por fora dessas coisas. Mas eu acho que é por aí, não é? ((acha graça))

P: Certo. Há uma outra pergunta assim, tem a ver um pouco com essa ideia do regime ditatorial que é a seguinte. A senhora ainda acha que existe um estado de exceção assim, do ponto de vista do modus operandi, das práticas, por exemplo, do estado, que remetem à experiência autoritária no trato com os povos indígenas? A senhora acha que por exemplo, em relação aos povos indígenas o estado, ele os trata como se tivesse próximo de um estado de exceção do ponto de vista de reconhecer seus direitos, de aplicação dos investimentos?

F1: Não.

P: Não?

F1: Não, eu acho que não. Eu acho... que o governo apesar de... ((silêncio)) não sei nem como é que eu vou te dizer. Por quê? Olha, a FUNAI era como se fosse um muro que separava entre a falta de consideração, a falta de respeito com o outro em relação a alguém que não tinha condições de se defender. No momento em que o governo ignora a existência da FUNAI, ignora tudo. (inint) [01:06:29], não há porquê, ele estar sendo autoritário, ele está sendo relapso. Relapso. Por quê? É a mesma coisa que os índios fossem um cara do INSS, que eles estão pouco se lascando para os caras do INSS para o SUS. É como se fosse assim, sabe? Não é que eles estão sendo autoritários, eles não estão querendo resolver o problema porque eles não tem nem como. Primeiro eles demitiram tudo, eles não fazem questão de nenhum especialista perto deles. Vai lá ver quantos antropólogos tem na Câmara, quanto tem na (inint) [01:07:04] legislativa, quanto tem na câmara, quanto tem no senado, quanto tem no ministério da educação, quantos tem. Não. Como é que você pode administrar esses segmentos sociais diferenciados que é quilombola e índio, do mesmo jeito? Não é. São culturas tradicionais antigüíssimas que vem, e os índios tentando sair dessa... desse sufoco do jeito que dá. Então, uns têm sorte de sobreviver legalmente, outros tipos guarani que não conseguem. Não conseguem sair daí por vários problemas culturais. Tem índios mais aguerridos, tem índios mais assim, mais que encaram mais de frente, tem outros que são mais devagar, mais dóceis, mais... não sabem como manipular. E tem diversos tipos de culturas. E aí fica, e é difícil o governo tratar. Ele não pode padronizar. É a mesma coisa que tratar gaúcho igual ao amazônico. Não dá. A realidade da Amazônia é uma e a realidade do gaúcho é outra. Uma colonização italiana e alemã altamente tecnológica, lá da selva amazônica que a gente leva oito dias para chegar num lugar, uma floresta, não pode derrubar porque tudo vira areia. Não tem como. Nada chega, é o fim do mundo. A tecnologia chega... em último grau, não tem navio, não tem barco, não tem... não tem estrada de ferro, tiraram tudo, tem essas besteiradas que fizeram, aqueles tanto de trem tiraram. Então fica tudo muito difícil para o próprio governo administrar. Então, essa coisa, o governo nunca teve consciência assim, nítida. Não é independente desses últimos governos. Desde que

eu me conheço por gente que essa FUNAI existe, mas existe essa... essa coisa, não é? Esse distanciamento cultural ((silêncio)) do governo. E eles não estão muito preocupados porque a política, esse jogo político é... é para comer mesmo o outro, engolir o outro e cada um olhando o seu umbigo, você não está preocupado com o povo, ou com o seu município. Esses caras que daí não estão preocupados com o seu município, com o seu estado, não. Eles estão preocupados com... com o que lhe convém, principalmente nos últimos anos, não é? Independente de quem esteja aí nos últimos 10-20 anos. A gente não tem grandes... Eu, faz tempo que eu não trabalho mais diretamente com índio, trabalho mais com filmagem, mas nos lugares que eu estive e que eu vi, não mudou muito de... do meu começo de carreira na FUNAI, que trabalhei muitos anos, trabalhei 15 anos na FUNAI. Depois fui para a UnB trabalhar lá. Não tem muita diferença, não. Agora, de mobilização indígena, sim. Grande, muito grande e muito bem organizado. E essa preocupação dos índios em estudar, então você tem muitos universitários, muito doutor, muito acadêmico. Então isso deu uma...

P: Deu uma força.

F1: ... Uma força violenta, os índios passaram a ter mais consciência dos seus direitos, do seu poder, do que pode barganhar, o que pode exigir até alguns anos atrás quando entrei na FUNAI, eu tinha pena dos índios. ((enfaticou)) Os índios ficavam dias ((enfaticou)) para ser atendidos pelo presidente, para ser atendido pelo diretor. Era assim, deprimente. E eles mal e mal sabiam falar português direito. E aí o mais difícil fica, não é? Aí era aquela enganação. “Eu vim aqui porque eu tenho um problema”. “Então está legal. O que é que você está precisando?”, “ah, eu estou precisando de umas panelas, de uns cobertores”. E aí a FUNAI alugava um ônibus, comprava as panelas, (inint) [01:11:43], os cobertores, botava eles nos ônibus, o ônibus levava, pagava a passagem, ia embora. Aí quando furava panela e o cobertor, eles voltavam de novo com o mesmo problema, que o problema não tinha sido resolvido. E também não tinha, e os índios não tinham condições de gritar, de impor, de saber seus direitos. A gente que era porta-voz deles, não é? Eu sai da FUNAI, porque (inint) [01:12:12] eu não tinha mais nada o que fazer. Os índios já eram, eu saí na época que o Marcos Terena era estudante e tinha criado o movimento indígena. É um mito, não é? É. Aí os índios começaram a falar, (inint) [01:12:30] não tem mais nada para fazer nessa FUNAI aqui, vamos embora para outro lugar, porque agora eles não precisam de um porta-voz, eles têm voz para batalhar e (estão indo para frente porque eles são muitos) [01:12:40]. O Marcos Terena é um marco importantíssimo no crescimento do movimento indígena brasileiro. Parece que não, mas ele é inteligente, escreve muito bem, fala muito bem, ele foi uma peça-chave. E já viajei na maionese, vai.

P: Não, mas está ótimo.

((risos))

P: A senhora está colocando essas experiências, são importantíssimas. Uma outra coisa que eu gostaria de estar perguntando para a senhora é em relação a uma problemática, uma questão recente, assim. A questão chamada marco temporal. A senhora está sabendo a respeito dessa questão do marco temporal? A utilização do marco temporal pelo Poder Judiciário significa uma solução para os conflitos fundiários e territoriais entre ruralistas e povos indígenas?

F1: Não. Não sei nada disso, não.

P: Não?

F1: Estou por fora.

P: Então, tá. É que o marco temporal (inint) [01:13:32] se não me engano eles decidiram a partir da definição da demarcação da Raposa Serra do Sol e tendo ela como referência a demarcação, e a ideia é qual? Que eles estão definindo no Poder Judiciário para o supremo de que o que vai ser considerado para ser demarcado como terra indígena são exatamente as terras que até a promulgação da Constituição, os índios estavam ocupando. Então o que na verdade, o que os índios estariam assim, esse movimento hoje ocupando, não valeria. Só valeria a partir da ocupação até 1988.

F1: Mas é loucura, não? Coisa de doido. Por quê? A Constituição é de 1988 foi importante. Mas os índios estão aí ((acha graça)) ((plec)) ((plec)) há muito tempo cara, e tem índios que nunca saíram daquele lugar. Muito pelo contrário, perderam terra. Xavante é um exemplo típico. Eu passei minha vida toda vendo os xavantes lutar para adquirir suas terras. Porque xavante foi sendo deslocado desde o tempo do contato, que não é muito tempo, não, viu?

P: Aham.

F1: E foi sendo deslocado e fixado em reserva e onde teve uma missão salesiana, que ficou sei eu lá quantos, sei lá, 60-80 anos, sei lá. E os índios, à medida que ficavam mais conscientes dos seus direitos, passaram a exigir além de que houve o crescimento da aldeia, e onde que eles iam? A querer as suas terras. A mesma coisa no Xingu, eles demarcaram uma terra na época dos Villas Boas, na época daquele movimento e botaram os índios para dentro, não é?

P: Uhum.

F1: Vamos botar os índios para dentro dos Villas Boas. Ótimo. Na época foi satisfatório, mas isso não resolve. Porque existe esse apego à terra tradicional de onde estão os seus mortos e onde estão os seus espíritos, tem toda uma mitologia atrás que reforça esses lados territoriais, é onde que você caça, é onde que você pesca. O que é que faz? Eles querem voltar. E aí fica essa guerra. “Ah, mas eles já tem o parque”. Mas o parque na realidade era de um grupo, não é de 12, 12 etnias, não. Era de uns. Aí foi botando de diferentes etnias, de diferentes línguas e que deu o tal é grupos xinguanos. Xinguanos porque está no Xingu, mas eles falam diferentes línguas. E aí é um tal de sair do parque e se picam atrás das suas terras tradicionais, é onde que estão os seus espíritos, onde estão os seus mitos, é onde que faz com que um grupo sobreviva culturalmente. A mesma coisa, tem religioso aqui não vai lá em Jerusalém para rezar? Porque lá que diz que tem Jesus Cristo e não sei o quê e não sei o quê? É a mesma coisa. Então estão lá, todo mundo (inint) [01:17:03] Jerusalém. Mas os índios é a mesma coisa, querem ir lá onde é que estão as suas entidades, seus espíritos que reforçam as suas identidades. Não é? E isso é um problemaço, não é? Essas coisas aí é uma loucura, esse marco aí. Não sei nem... não... com certeza não vai para frente, os índios não vão dar aí... uma pessoa de sã consciência moral não vai aceitar um treco desses, não é?

P: Uhum.

F1: (inint) [01:17:32].

H1: Boa tarde.

P: Boa tarde.

(...) ((corte)) [01:17:42]

P: Só uma última pergunta e depois fica um espaço para a senhora fazer um comentário que a senhora queira.

F1: Não tem problema.

((riso))

P: A senhora acha, por exemplo, assim, o cinema especialmente os filmes, esses filmes tanto o (inint) [01:18:02] Guarani quanto Alma Palavra Alma, outros filmes que tratam sobre as questões indígenas podem ser considerados fontes documentais para uma pesquisa?

F1: Claro. Por quê? Todo projeto que você faz é... você tem que ter embasamento teórico. Eu levo assim, um mês, dois meses, dez horas por dia só lendo. Eu, eu domino tudo o que... tudo sobre aquele grupo que a gente vai filmar, o extrativista, o cigano, sei lá qual que é, qualquer foco de alguma coisa. Então, quando você vai para uma comunidade você sabe mais ou menos o que você vai encontrar, o que você vai ver, você lê relatório, você lê livro, lê artigo, não sei o quê, fala com pesquisador, põe pesquisador na... um especialista naquela cultura, que eu acho assim, que é o maior respeito, além do que ele é quem vai me dar uma posição mais correta e porque a gente não domina todas as culturas. Você tem conhecimento teórico. E hoje em dia, com essa modernidade de fotografia, de YouTube, você clica ali, você tem uma visão mais física das coisas, não é? E depois a gente tem uma certa sensibilidade de porque eu venho de uma antropologia prática, uma antropologia aplicada como dizia antigamente, não é? E hoje você tem uma antropologia visual. Mas para mim foi muito fácil passar de uma antropologia escrita ou aplicada seja que nome tem para uma visual. Para eu chegar na visual eu tive que percorrer toda a parte de antropologia escrita, a teórica para chegar aqui, não é? Porque os projetos estão aí. Quando você faz nos editais, em tal edital tem que ter um foco bastante forte para poder às vezes selecionar. É interessante, isso. E a gente no fundo acaba ensinando para eles. E depois quando você vai para campo, você tem toda... para mim é muito fácil que eu trabalhei na FUNAI 15 anos, a gente ia para campo todo... (inint) [01:20:31] hora a hora estava para campo. Então você tem essa habilidade de trabalhar com as diferenças e saber se movimentar, respeitar o outro até onde você pode ir, até onde você não pode, e o que é que a comunidade está sentindo no momento, porque às vezes você tem um enfoque, e a coisa é outra. Por exemplo, quando eu fui para (marubo) [01:20:59] fazer minha tese de doutorado o enfoque também da minha tese era cosmologia. Eu cheguei lá no maior surto de gripe. É bem interessante, isso. Eu tive que mudar para rituais de cura. Então a minha tese de doutorado foi sobre ritual de cura. Então você tem que ter essas – como diz o André – essas sacadas, essa sensibilidade. Você na maior, os povos morrendo adoidado, porque é eles têm uma fragilidade, bastante, eles não tem essa imunidade. (...) ((cafezinho)) [01:21:40] Aí eles não tem essa imunidade que a gente tem para a gripe, para não sei o quê. Eles têm uma imunidade para aquelas doenças regionais. Você está na Amazônia é um tipo de doença, você está lá no Sul é outra. Então, eu cheguei lá e gripe é uma coisa que é que nem fogo, não é? Pegou todas as aldeias. Eles são várias aldeias em dois grandes rios. E eu foquei mais... eu conheci as outras

mas eu foquei mais em uma porque era mais... (...) ((corte)) [01:22:24] que era mais fácil. (...) Era mais fácil de locomover. Apesar de eu ter amizade com eles, porque muitos anos você fazia pesquisa com eles, não é?

P: Qual a comunidade mesmo que a senhora falou?

F1: (Marubo) da Amazônia, Amazônia Ocidental.

P: Ah, tá.

F1: E aí, você vai perguntar uma coisa que os homens lá estão morrendo? Os homens cantam de manhã e tarde e de noite, de manhã, tarde e noite, de manhã, tarde e noite. Não. Aí, a gente gravava lá, depois pegava informante, e eles traduziriam para a gente e a gente começava a trabalhar esses rituais, participava dos rituais deles e depois entre uma conversa e outra a gente achava alguém para traduzir para nós para poder interpretar. E a gente ficou muitos meses para fazer uma tese de doutorado você fica muito tempo, ficamos uns três meses lá, sei lá quanto lá, no mato, no fim do mundo. Só saía de avião. ((acha graça)) É onde fecha. Então essa passagem de uma antropologia que ela é visual, mas ela é social também, porque o seu enfoque é todo social, é todo cultural. É, foi muito legal, ali eu gostei muito e eu praticamente saí, da antropologia social, não é? E passei para a visual porque achei genial você trabalhar com imagem, eu já gostava de fotografia. E você trabalhava, depois eu tive muita sorte de achar o André. ((acha graça)) Por quê? Aquelas histórias são bem complicadas. Quando eu me separei eu tinha dois filhos. Eles eram mais ou menos pequenos, eu não podia viajar e na FUNAI você viajava muito. E aí eu saí da FUNAI e fui para a UnB. E na UnB eu fui trabalhar na (CEPCE) [01:24:22] que é aquele centro de produção que faz documentários, filmes, não sei o quê. E lá eu tive que aprender do zero. Do zero. Não sabia nada. Esses equipamentos para mim era um fantasma. E tive que aprender tudo. Tudo. Fazer um filme, tem que fazer um projeto para filme, mas isso aí tirei de letra porque você contrata os profissionais certos, eu só fico com o melhor. E o André tinha uma grande sensibilidade para fotografar. Ele fazia a fotografia, a direção de fotografia. Ele tinha muita sensibilidade, ele dizia “isso” e ele captava o que eu queria. E trabalhar com índio é tudo muito rápido. Porque não tem essa história “faz de novo” que nem ficção. “Faz de novo”, não. É uma vez, pegou, pegou. Não pegou, dançou. E se você pedir para repetir não sai igual. ((acha graça)) Não sai igual. E também eles não têm essa paciência de estar repetindo. Faz isso aí, não. A gente chegava lá, explicava o que ia dar, eles entravam, indicavam, viravam colaborador número 1, assistente 1, assistente 2, assistente 3... diziam as locações, diziam quem eram pessoas mais chave, que sabia melhor isso, que fazia aquilo melhor e a gente vai...

P: Seguindo?

F1: ... Seguindo isso (inint) [01:26:02] tranquilo. Eu vou para essas aldeias aí para qualquer lugar, não me afeta nada. Briga com o André que o André cria os títulos. Mas eu não trabalhei só com o André, não. ((silêncio)) Mais é isso aí. E a situação de Dourados é a pior que eu já vi em toda minha vida de indigenista, de antropóloga. As outras aldeias tem problema. Mas a de Dourados é a pior, primeiro pela superpopulação e a proximidade demais ((ênfatisou)) com a cidade. Gera um conflito imenso ((ênfatisou)) Imenso. Porque o jovem está ali, ele está vendo colocar assim a roupa, como veste, como anda de motoca, como anda de bicicleta, como anda o celular, último modelo de jeans, ele quer isso também. Agora tem uma vantagem, eles não perturbam a cidade e nem algo na cidade. Tudo é interno. É bem louco, não é?

P: É.

F1: A cidade os recebe meio assim, porque Dourados cresceu muito economicamente com a chegada dos sulistas, os grandes plantios de soja, de algodão, de cana de açúcar, sei lá que diabo lá. E ela cresceu muito e ficou muito rica e desenvolveu muito rápido. Então, o que é que o cara que tem primário vai ser utilizado na cidade ou nas grandes fazendas? Que usa equipamentos de última geração, máquinas cortadeiras, secadoras e sei lá o que. É tudo tecnológico. E então, tu acha que esse sulista vai investir no índio com a fama que tem? Nunca. A cidade absorve a sua mão de obra, não é? Não usa muito. Onde que eles são absorvidos? As mulheres como empregada doméstica, às vezes, e os homens nas grandes empresas dos canaviais com um tipo, tipo boia-fria, tipo não, é boia-fria mesmo. Agora que deu uma melhorada, que eles têm uma carteira assinada. Existe um certo controle do ministério do trabalho, um certo controle da FUNAI, porque é obrigada pelo ministério da cultura, para não ter trabalho escravo, mas é assim, eles fixam 60-90 dias alojados lá, mais em (inint) [01:29:13], nessas grandes coisas não. Ganham um salarinho, aí vem para cá, e aí quando volta a mulher já está com outro, já está com filho de outro. E aí, esses... esses filhos que nascem nesses casamentos dissolvidos também são meio estigmatizados pela comunidade. Então tem até um tempo lá, que eu também não lembro mais qual é. Que também eles usam para isso. E isso também é outro componente, e a partir do ano seguinte, eu acho que foi 2015, passou uma lei que todas as empresas de canaviais teriam que abolir o uso dos boias-frias e se adaptar às modernidades. E aí estava lá aquele monte de guaranis preocupados com o ano seguinte, onde eles iriam trabalhar? A cidade, não tem como absorver. Formação acadêmica, eles não tinham. Mal e mal eles tinham o primário, um secundinho (grauzinho) [01:30:41]. E tudo jovem. Muitos jovens. E não sei nem como ficou esse outro pedaço, não sei não, depois dessa lei, uma lei nacional. Não... é uma lei...

P: (inint) [01:31:00].

F1: Para lá, não. Uma lei nacional, para evitar queimadas, eu não sei o que é uma lei que eu nem sei mais direito essa lei. Talvez era até bom você estudar direito essa lei.

P: Isso. Eu lembro. Acho que a ideia é na verdade de você mecanizar. Um dos argumentos, que pareceu dos argumentos era que já iria mecanizar a colheita da cana, principalmente da cana de açúcar.

F1: Cana de açúcar.

P: Isso, mecanizar, diminuiria, por exemplo, a possibilidade que eles alegavam das queimadas e ao momento tempo a ideia era de que acabaria com esse trabalho que eles, alguns justificavam num trabalho...

F1: Escravo?

P: É. Um trabalho que era mal remunerado e que era de uma jornada extensa. Mas aí começa um outro problema. E aqueles que dependem desse trabalho pelas outras condições?

F1: Fazer o que? É um bocado de índio, não era mesmo uma coisinha não. Eram muitos índios e que realmente... essas coisas assim, é o que eu te digo que o governo é, ele pensa nuas coisas,

mas não pensa na outra. E ele é desrespeitoso com os diferentes. Claro, eu concordo que tem que mecanizar, evitar queimadas e não sei o quê. Mas e esses milhares? Vão ser absorvidos onde? Aí teve umas ONGs que treinou, para não sei o quê, para uma formação mais profissional. Mas absorver onde? Dourados não. Dourados não dá para absorver esse mundo de índios, 15 mil índios. Como é que faz? Não... não tem. E era outra preocupação deles, então eles achavam que (tendo) [01:32:53] as terras diminuiria esse problema porque os caras, iriam plantar as suas coisinhas, o seu feijãozinho, seu milhozinho, iam vender e sobreviver. Só que isso é muito (ruim) [01:33:04]. Não tem, você viu aquela confusão ali?

P: Vi.

F1: É que a gente filmou. Aquilo é todo dia, tem essa confusão, porque os jovens casam, eles casam muito cedo e querem levar a sua vida, a sua vida familiar, vão ter os seus filhos. Então, é uma coisa... se você disser assim “tem solução? ”, não. Não tem. Não tem uma solução imediata. A única solução imediata é o governo comprar terras – estou falando Dourados – que não é muito diferente de outros dependendo de onde que esteja. Mas isso eu acho que o governo jamais vai fazer, jamais ele vai pensar, não é?

P: Uhum.

F1: Dificilmente vai fazer uma vez que ele não consegue nem resolver seus problemas domésticos. Vai resolver problema do índio?

P: Uhum.

F1: Sabe? Não é a mesma coisa de cigano? Cigano é um programa sério. Eu estou querendo enveredar para cigano também. É outro nó. É outro nó seríssimo. Mas aí já não é mais problema de terra, eles não tem terra. É um problema já policial. Polícia que faz horrores com esses ciganos. E a população discrimina, vergonhosamente. Aqueles estereótipos de 60-70 anos atrás, ele é vigente até hoje. Se negro fica ali grilando, o coitado do cigano não é nem ouvido. É muito complicado. Eu estou querendo enveredar um pouco para fazer um filme e eu não estou conseguindo entrar. Eles são fechados, o índio não é fechado. O índio agora, você pagando, dando o que eles pedem, você é filtrado. ((riso)) Primeiro não tinha, mas agora é assim, agora você tem que pagar. Não adianta fazer dobradinha não. “Para entrar aqui eu quero X”, “pós pagar X para não sei o que e não sei o quê”. Não acho que eles estejam errados mesmo. Acho que pode cobrar mesmo. Vai lá perturbar, tem que cobrar. Mas cigano, mas nem pagando. ((acha graça)) Eles têm medo de se expor, de se identificar porque existe, agora já um tema já que nada haver com você, existem muitas pessoas que não se identificam como cigano, são (imputados) [01:35:45], são comerciantes, são juízes, são advogados, são universitários. Tudo bem, mas que não se identificam, mas eles sabem, quem é quem. Dos cartuchos, o Juscelino era cigano... eu só soube depois que eu comecei a enveredar para o filme deles. Porque em Minas tem muito cigano. É mais (inint) [01:36:09].

P: Então, está certo.

F1: É, eu acho que você vai ficar só em Dourados? Não, não...

P: Não. Então, eu acho que eu vou acabar entrando nessa discussão mesmo que envolve a realidade mesmo de Dourados, porque Dourados ali, o filme mesmo, Alma Palavra Alma, ele entra na problemática. Essa situação ali de Dourados, a tensão, eu quero na verdade discutir muito sobre essa questão da tensão...

((fim da transcrição))

Projeto-Item	126503 Liderança Eliseu Guarani Kaiowá (98 min).docx
Responsável	contato@transcricoes.com.br – Elisângela (revisora)

FICHA TÉCNICA

Informações adicionais da gerência de produção

O trabalho foi considerado de alta dificuldade, acertos inferiores a 97 por cento.

TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO

Convenções adotadas

palavra... = alongamento vocálico, hesitação ou interrupção de ato de fala.

... palavra = continuação da fala do turno do falante que foi interrompida.

(...) = demonstração de corte de fala considerado não relevante.

[01:46:09] = marcação de tempo [hh:mm:ss] (*)

(hipótese) [00:00:00] = hipótese de escuta ou fonográfica (o som que conseguimos entender)

(inint) [00:00:00] = trecho ou palavra que não conseguimos compreender.

((palavra)) = comentários do transcritor.

(*) A marcação de tempo ocorre uma vez a cada 5 linhas para cima ou para baixo caso ocorram muitos (inint) ou (hipótese) devidamente sinalizada com [hh:mm:ss]. Uma hipótese de escuta é sinalizada apenas uma vez e após sua ocorrência deixa de ser sinalizada como tal.

Identificação de falantes

P: Pesquisador (a)

H1: Falante masculino

((início da transcrição))

H1: Começar pelo nome, certo?

P: Isso. Hoje, dia 11 de agosto, eu estou entrevistando na sede da APIB, a liderança indígena Eliseu. Seu nome completo?

H1: Bom, meu nome é Eliseu Lopes Guarani Kaiowá, sou de Mato Grosso do Sul, etnia Kaiowá e hoje estou no momento na coordenação da APIB, da articulação dos Povos Indígenas do Brasil, e também a minha organização chama Aty Guasu, que é Grande Assembleia Guarani Kaiowá, Mato Grosso do Sul.

P: Ok, depois eu vou... eu quero deixar o espaço livre para você falar um pouco de toda essa trajetória de organização e também de mobilização, está certo? A sua escolaridade?

H1: Bom, a minha escolaridade é ensino médio completo, por enquanto.

P: Aí você estudou em qual colégio assim? É no município ou na aldeia?

H1: No município. No município mesmo que eu estudei.

P: Qual município?

H1: Município de Coronel Sapucaia.

P: Assim, de repente eu vou estar parecendo repetindo as coisas, só para estar gravando. ((acha graça)) Está certo? Qual a sua idade, Eliseu?

H1: Minha idade é 40 anos. Eu tenho 40 anos de idade, tenho família, tenho as crianças também que estudam, minha família.

P: Joia. Então assim, começando, fazendo o levantamento das perguntas, há quanto tempo você e seus familiares vivem na região?

H1: Eu sou nascido mesmo nas aldeias e principalmente hoje eu estou com umas lideranças também, principalmente nas retomadas, e as minhas famílias, a maioria, são de retomada. Então, como eu e as minhas famílias são de retomada, agora eu sou uma liderança, uma das retomadas, então também representante de Grande Assembleia Guarani Kaiowá. Então, por conta disso eu fui escolhido para eu poder também fazer parte aqui na coordenação da APIB que congrega... a APIB ela congrega toda a organização indígena a nível do Brasil. Então, a Aty Guasu que é nossa organização, também está junto com a APIB. Então, por conta disso eu estou aqui em Brasília para acompanhar as agendas nacionais, para também a gente passar para a nossa base. Mas eu sou da aldeia de retomada, no caso, aonde ainda não tem demarcação de terra, está em processo de demarcação, ainda não está sendo reconhecido as aldeias como aldeias, ou seja, demarcados. Não é reconhecido, na verdade, como na união no caso, no registro, no documento da união. Mas nós sabemos que a nossa terra mesmo que não é demarcada, estamos ocupando aquelas terras tradicionais nossas. Então essa é a realidade dos Guaranis Kaiowá, a maioria hoje lá no Mato Grosso do Sul.

P: Quando você fala dessas terras tradicionais, assim, você chama tradicional em qual significado desse tradicional?

H1: Terras tradicionais eu quero dizer que... na época do SPI, por exemplo, em 1915, 1919, 1930, nós fomos expulsos das nossas terras, no caso quando na época de SPI foi demarcada para nós lá no Mato Grosso do Sul oito reservas, reservas pequenas, para falar a verdade, um de três mil hectares, dois mil hectares assim, uma reserva. Então oito reservas que foram dadas pelo governo para nós, e essas reservas são muito pequenas e os Guarani Kaiowá a nível do Brasil, ela é a segunda maior população indígena no Mato Grosso do Sul, porque somos mais de 46 mil indígenas, só Guarani Kaiowá.

P: Esses mais de 46 mil só no Mato Grosso do Sul?

H1: Só no Mato Grosso do Sul. Só que Mato Grosso do Sul, ela é a segunda maior população, porque além dos Guarani Kaiowá que é mais de 40 mil indígenas, também tem outra etnia, porque no Mato Grosso do Sul, ela tem oito etnias indígenas, que é o Guarani Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Guató, Ofaié, Ofaié Xavante e também Kadiwéu. Então, mais de 70 mil indígenas, só que Guarani Kaiowá ele é mais de 40 mil indígenas. Então hoje, como falei que a terra são oito reservas, que é muito pequeno espaço para 40 mil indígenas, que na época o SPI deu essas oito reservas, não cabem indígenas Guarani Kaiowá dentro de dois mil hectares, de três mil

hectares, e assim para a população muito grande. Então por conta disso que a nossa luta é a demarcação de nosso território. Então essas terras tradicionais nós sabemos que é a terra de onde a gente foi expulso, antes dessas oito reservas que foi dado para nós pelo governo. Então, isso é que nós chamamos de terras tradicionais, porque antigamente nós não tínhamos essa demarcação, essa reserva, nós vivíamos na terra onde nós ocupávamos, principalmente aquela fronteira com o Paraguai, porque Mato Grosso do Sul já fica com Paraguai ao Brasil, nas fronteiras certo? Então, nós ocupávamos toda essa fronteira com o Paraguai, que era 10 por cento dos nossos territórios. Só que depois foi tomado de nós, os fazendeiros entraram lá, o próprio governo também titularam para os fazendeiros, então eles nem compraram as terras. Então nós fomos expulsos, todo mundo, os indígenas, expulsavam das suas terras tradicionais e levava para essas oito reservas. Só que depois de muito tempo, depois de muitos anos, por exemplo, depois que foram aprovadas também as leis que essa constituição nossa, por exemplo, em 1988 quando foi aprovado, depois de lá, os Guaranis Kaiowá estão retornando de novo para aquelas terras tradicionais que nós chamamos de... hoje estamos enfrentando para recuperar essas terras tradicionais. Hoje ficou difícil já recuperar, porque os fazendeiros, eles já não querem mais entregar, então daí já vira aquela guerra, para falar da disputa. Então por isso que hoje Guarani Kaiowá, a maioria, a situação dos Guarani Kaiowá, a maior parte, a violência, criminalização, discriminação, todo esse ataque estamos enfrentando por conta disso, por causa de luta pelo espaço mesmo hoje, por quê? Por exemplo, lá em Dourados é três mil hectares que foi dado na época de SPI, então ali com a população de 40, quer dizer 14 a 15 mil população dentro dos três mil hectares, então não tem espaço para plantar alguma coisa para o próprio sustento, não tem espaço mais para fazer as casas. Lá em Dourados é uma reserva que não tem espaço, para falar a verdade, mais. Então, por conta disso os Guarani Kaiowá hoje estão fazendo o que nós chamamos de retomada, retornar aqui nas terras tradicionais que nós antigamente ocupávamos, então é isso que chama a retomada. Então, a reivindicação dos Guarani Kaiowá hoje para o governo brasileiro é demarcar no total essas terras que eram de 10 por cento dos territórios que nós ocupávamos, nós estamos reivindicando apenas 0,2 por cento desses territórios que era 10 por cento. Isso que hoje é a nossa luta, nós queremos que seja demarcado aquele pedacinho para que pelo menos... para garantir mesmo um espaço para nós sobreviver. Porque é diferente o nosso caso, por exemplo, de alguns parentes do norte, no caso, que tem um pouco espaço, no caso na Amazônia, no Nordeste, no Norte tem mais espaço. Agora o nosso caso Guarani Kaiowá é diferente. Mato Grosso do Sul é bem diferente essa parte de disputa de terra, não é só os Guarani Kaiowá também, Kinikinaiu não tem terra lá, por exemplo. Kinikinaiu também tinha terra deles, mas só que foram expulsos e até hoje ele está ocupando, está vivendo numa terra que... numa reserva de outros parentes, no caso na terra de Kadiwéu, que foi dada no tempo do SPI também.

P: Isso no Mato Grosso do Sul também?

H1: Isso também no Mato Grosso do Sul. Terenas também é pouco espaço, eles também não têm espaço maior para mais de 20 mil, 30 mil, parece também da população, também a disputa de terra lá. Por isso que a nossa luta maior de todos os indígenas do Mato Grosso do Sul é território, demarcação mesmo. Só que estamos enfrentando de todos lados, que eles não querem. Até hoje não está sendo reconhecido, não querem reconhecer para nós essa retomada. Então isso é a luta principal dos Guarani Kaiowá.

P: Certo. Então assim, uma das perguntas, acho que você começou a responder que é assim, a localidade onde vivem, é uma região de conflito? É claro, você acabou de relatar, não é? Conflito. E com quem é diretamente esse conflito que vocês têm na região?

H1: Ali a gente enfrenta todos mesmo. Por exemplo, como eu já falei de retomada, quando a gente faz uma retomada, as comunidades, as famílias decidem com as suas famílias para ocupar a terra, que ele tem tradição naqueles... eles querem voltar lá, eles estão voltando para ocupar, pelo menos para garantir mesmo a sobrevivência para as famílias. Então, hoje a briga, estamos enfrentando os próprios fazendeiros. Os fazendeiros contratam pistoleiros para expulsar nós. E além dos fazendeiros atacando com seus pistoleiros, que não querem entregar mais as terras, a gente enfrenta também os próprios governos locais, no caso o município, o estado, também nós estamos enfrentando. Além disso, também judiciários locais também, que o próprio juiz do local muitas vezes dá ordem judicialmente para que a gente seja expulso de novo das nossas terras tradicionais. E quando a gente é expulso, muitas vezes a gente é levado na beira da estrada para a gente se acampar na beira da estrada, e esperando a boa vontade do governo ((acha graça)) só que isso não acontece, eles não estão demarcando para nós. Então por conta disso, nós estamos voltando pela nossa própria mão mesmo, ou seja, nossa decisão. Os Guarani Kaiowá, eles entram com as suas famílias para ocupar as terras tradicionais ele são atacados, por isso que tem muita violência, maior número de mortes de liderança, e de professores. Então isso que é a realidade hoje no Mato Grosso do Sul. Então nós estamos sendo atacados de todos os lados, quando a gente entra na... não é só os fazendeiros que atacam, os próprios políticos, vereadores, próprios deputados, principalmente, que têm terra em cima daquelas terras tradicionais que nós antigamente tínhamos, têm terra, plantação de soja, criam gado e tal. A nossa briga não é só apenas com os fazendeiros, é também com os próprios políticos, porque eles também têm as suas terras. Que hoje a maioria a gente enfrenta são esses políticos também, por conta disso, os deputados estaduais e federais, que a maioria é contra nós. Que eles pregam assim, no caso, a nível do país, eles dizem que... estão dizendo se for demarcado a terra para o Mato Grosso do Sul, principalmente para os Guarani Kaiowá, tanto para os Terenas, vai prejudicar a economia brasileira. Isso na verdade eles estão pregando, falando, publicando, que é mentira. Porque como eu já falei que 10 por cento dos nossos territórios que nós ocupamos antigamente, nós estamos reivindicando no total que seja demarcado para nós 0,2 por cento, nem mais da metade. Então essa é a realidade que hoje nós estamos reivindicando. Só que a briga, isso até hoje estamos batalhando para que seja demarcado, só que o processo de demarcação da terra pelos governos, que a FUNAI que isso também é eles que acompanham diretamente. Só que hoje também a situação da FUNAI que foi cortado, por exemplo, o recurso para acompanhar essa demarcação, a identificação, também está tudo parado mais de 30 anos, não está sendo... não anda, e aquela terra que já é demarcada, homologada, já é conhecido pelo estado, ou seja, pela união, também não está tudo essa reserva, ou seja, que já é conhecida, não está na posse indígena, ou seja, o indígena não está dentro. Está dentro, mas muitas vezes está ocupando apenas 300, 500 hectares. Então, isso também é outra briga, porque mesmo que reconhecido, ainda os fazendeiros também estão ocupando. Falta o que eles falam indenização, que eles estão pedindo para que sejam indenizados os fazendeiros, para que eles se retirassem de lá. Então, isso que também é outra briga também. Então o processo de demarcação de terra tem retomada que está em processo de identificação, está em processo de publicação. Outro já é homologado, já é demarcado, que já é reconhecido, falta ocupar... os indígenas ocupar todas as suas terras. Essa é a principal, que é a luta dos Guarani Kaiowá.

P: Assim, em virtude dessa tensão, tem uma realidade então de violência, por exemplo, as lideranças são ameaçadas? Por exemplo, tem lideranças que foram mortas, não tem?

H1: Sim, a morte de violência, ela foi em 2014-15. Aumentou lá os Guarani Kaiowá por conta disso, por conta da luta pela terra mesmo. E os mais que são perseguidos, mais que são matados lá, são lideranças que estão mais na frente, no caso da sua comunidade, das suas famílias, porque

o objetivo dos fazendeiros, dos políticos locais, eles estão matando pensando que matar as lideranças é que iria acabar essa reivindicação de demarcação, só que isso não resolve. Matar as lideranças não resolveu, cada vez mais está aumentando. Isso aumenta e aumenta também principalmente os Guarani Kaiowá se organizarem para a luta. Essa é a realidade, que não resolveu matar as lideranças. O governo estava tentando impedir, estava tentando de todos os lados para impedir essa retomada que nós estamos fazendo, só que isso a gente fala bem a verdade mesmo, que isso não impede. Ninguém impede se nós, família Guarani Kaiowá, vamos fazer retomada. Ninguém impede, por quê? Isso é uma decisão que não é as lideranças que fazem isso, essa é a decisão das famílias, porque Guarani Kaiowá é uma grande família extensa. Cada família, grupo, eles têm a sua família, eles sabem de onde que foi expulso. Então eles, para fazer a retomada, eles com as famílias, eles que decidem. Ele não sabe se vai ser atacado, vai ser morto, mas eles querem voltar, eles estão voltando lá. Então isso que o governo, os políticos, judiciários, os fazendeiros não querem reconhecer, porque eles não querem devolver aquelas terras tradicionais que hoje nós chamamos de retomada, fazendo a retomada. Então a disputa é por conta disso, e por conta disso aumentou essa violência de matar as lideranças. Então não resolveu isso e aumentou...

P: Aumentou a tensão?

H1: ... Aumentou ainda a tensão. Então o único remédio, para falar a verdade, ((acha graça)) acho que é demarcar aquilo que estamos reivindicando. Nós não queremos... é o que a gente sempre fala, não é aquilo que eles pregam, nós não queremos aquilo.

E territórios mesmo, que nós estávamos ocupando antigamente porque, para falar a verdade, nós, guaranis, indígenas, somos um grande povo, porque no Mato Grosso do Sul é a segunda maior população, que é a Guarani Kaiowá. Só que guarani não existe só Kaiowá, tem mais guarani, tanto Guarani Mbya, Guarani Nhandéva, Guarani Tupi, Guarani Aché, Pãi-Tavyterã que é do Paraguai, então os guarani, eles se encontram aqui no continente em quatro países: tem Paraguai, Argentina, Bolívia, também no Brasil. Para nós, antigamente, não tinha essa fronteira, porque os Guarani Kaiowá, eles... quer dizer, os Guarani em geral, para eles não tinha fronteira, porque nós, indígenas, éramos... antigamente andávamos muito, trocávamos muito de lugares, íamos muito para outros lugares. Ficávamos um ano, dois anos num lugar e depois mudávamos. Isso não existe mais hoje por conta da divisão do estado, do país no caso. Então, isso aconteceu também, a divisão, depois que foi dividido o estado. Então, esse é outro motivo também que quando a gente faz uma retomada, os fazendeiros alegam também que se nós, por exemplo, voltarmos para nossa terra tradicional, eles falam que o índio do Paraguai está vindo invadir as fazendas. Então, esse é outro motivo, outro problema, porque nós, guaranis, que moramos no Brasil, a gente tem parente no Paraguai também. A gente tem parente lá na Argentina. Eu mesmo tenho lá no Paraguai. Tenho parente que é do lado do meu pai, do lado da minha mãe. Tem os meus parentes. Tem bastante. A gente é tudo aparentado. Então isso também é outro motivo que eles falam para atacar. Então, para atacar as... não só apenas liderança, mas a comunidade também no Mato Grosso do Sul é bem organizada mesmo para o lado dos fazendeiros. Eles têm a sua organização que se chama Famasul. Eles têm a organização deles e dali eles discutem entre eles, fazem o plano, o planejamento de atacar indígena, expulsar de suas terras. Então, não é qualquer pessoa também que eles contratam para atacar indígena. E chama nós de violentos, “os guaranis são violentos, invasores”, e é assim. Então, essa é a realidade que a gente está enfrentando no Mato Grosso do Sul.

P: Bastante complicado mesmo, não é? Eliseu, eu vou assim... está muito bom esse relato, essa experiência que eu acho que é fundamental, mas eu vou fazer algumas perguntas assim mais direcionadas sobre um outro aspecto...

H1: Certo.

P: ... Daí depois a gente pode estar retomando aí. De modo geral você respondeu já um pouco algumas dúvidas.

H1: Sim.

P: Então, uma que é importante, que eu quero saber na verdade é assim: já que você vive na aldeia, tem boa parte do grupo que está na aldeia, assim, qual é a atividade econômica? Por exemplo, vocês estão plantando? É o artesanato? Assim, como é que vocês se organizam lá?

H1: A situação mesmo na... porque tem dois... como eu já falei, tem dois exemplos: reserva e retomada.

P: Certo.

H1: Então, nas reservas, como eu já falei, nem todos têm as famílias que pelo menos planta algumas coisas para o próprio sustento, não para a economia assim de pegar muito dinheiro, mas para o próprio sustento mesmo. Planta mandioca, rama, milho, é assim, um pouco... Mas nem todos também fazem isso, por conta que algumas famílias não têm mesmo o espaço para fazer isso, para plantar. Então, nas retomadas, alguns plantam... também plantam... porque recuperando pelo menos o espaço para plantar a mandioca, assim, rama de... para o próprio sustento mesmo. Só que isso também não é muito, para falar a verdade, para sustentar todos os Guarani Kaiowá, porque a maioria também tem a dificuldade de... porque nós precisamos de apoio. Os Guarani Kaiowá, por parte do sustento tanto na reserva, tanto nas aldeias, principalmente na retomada, a maioria depende das cestas básicas que o governo, eles mandam de 30 em 30 dias, ou de dois em dois meses, de três em três meses assim para os indígenas. Então, muitos dependem dessas cestas básicas, só que isso também não sustenta os Guarani Kaiowá. Então não sustenta, porque são muitas famílias. Mais de 40 mil indígenas para sustentar tudo não tem... então muitas vezes isso também atrasa, por quê? As cestas básicas vão muitas vezes apenas uns 30-40 quilos, dois pacotes de arroz, para mais de 30 dias. Isso também não...

P: É pouco?

H1: É muito pouco, então, da parte do sustento, da parte de alimentação. E nas retomadas muitas vezes nem vai essa cesta de alimentação para as comunidades, por conta de que nós fomos chamados de invasores, ter invadido as fazendas alheias, a terra alheia, e estamos sendo chamados de... de que somos... é tudo criminalizado, ou seja, racista, como... somos já vistos como invasores por conta disso, pelo próprio governo local. No caso o município, o estado não manda esse...

P: As cestas básicas?

H1:... Essas cestas básicas por conta disso. E por outro lado também da parte de saúde e educação. Principalmente na retomada é difícil também ter esse atendimento, porque como eu já falei que somos chamados de invasores, então o município não quer atender na parte de educação. Saúde também. Então saúde muitas vezes a gente consegue ser atendido na comunidade, ou seja, a comunidade ser atendida muitas vezes por pressão que nós da comunidade muitas vezes estamos fazendo pelo Ministério Público. Então, por conta disso, muitas vezes ele obrigatoriamente atender na parte de saúde. Isso é outro problema também que a gente enfrenta, porque somos vistos como violentos, indígenas violentos. Somos chamados de invasores e assim por diante. Esse é outro problema.

P: Quando você está falando dessa coisa de invasor, que vocês são chamados, aí eu quero fazer uma pergunta que talvez entre um pouco nisso, se você pudesse falar. Como é essa relação lá na região, essa relação entre os índios e os não índios? Não só, por exemplo, a figura que você descreve dos fazendeiros que você tem esse choque, mas por exemplo, demais pessoas, o restante da população, e a relação que vocês têm é uma relação tranquila o contato? Ou lá também, por parte da população, o indivíduo comum também tem um olhar? Como é que é essa relação?

H1: No Mato Grosso do Sul, nós indígenas, somos vistos ainda como incapazes. Isso é uma atitude muito racista. O estado, ele é muito racista ainda, porque o próprio – como eu já falei – governo, o próprio governo do estado, os próprios políticos, eles falam isso, eles pregam na imprensa que nós somos incapazes, somos invasores, somos violentos. Então é assim, eles colocam isso. Então, por conta disso, a população, o povo do Estado de Mato Grosso do Sul, qualquer lugar que eles veem indígena, muitas vezes já falam: “invasores”. É assim, nas escolas, nas estradas. Por isso que nós, liderança, não só apenas liderança, somos matados muitas vezes. Se não forem matados, por exemplo, pela arma de fogo, eles matam também atropelados, atropelamento nas estradas. Então tudo isso é por conta disso, por conta que nós estamos sendo vistos ainda assim. O estado ainda... muitos, muitos ainda veem nós como esse indígena incapaz, que somos... não é gente. É assim. Isso é o verdadeiro racista ainda que a gente está, por outro lado, sofrendo. E os próprios... a imprensa local também que não divulga a realidade muitas vezes também. Isso é que também atrapalha muito, no caso, por exemplo, esse processo de demarcação. Por conta disso, porque na imprensa muitas vezes eles divulgam ao contrário aquela realidade que nós estamos passando no caso. Então, por conta disso também que a gente sofre essa... quem sofre é na comunidade.

P: Agora, você também tem, por exemplo, assim, apoiadores dessa luta de vocês?

H1: É. A gente tem...

P: Tem apoiadores?

H1: A gente... quem apoia mesmo, por exemplo, acompanhando de perto a realidade, sempre é o Ministério Público e a FUNAI, mas só que também a FUNAI está difícil hoje a situação da FUNAI, por conta do governo que também cortou todos os recursos para que a FUNAI não tenha mais condições de acompanhar toda... Mas só que precisa, isso para nós precisa que a FUNAI tenha o recurso para acompanhar, para... porque nós dependemos muito também ainda deles, por conta de documentos das (crianças) [00:31:31] que a FUNAI tem que fazer. Isso muitas vezes dificulta a FUNAI fazer, por conta do recurso, porque eles não têm mais, por exemplo, gasolina, pelo menos para eles atenderem nós nas aldeias. Então está tudo parado

agora. Isso é a realidade que é também da parte do apoio. Então, nós estamos buscando vários apoios. Essa realidade estamos mostrando para todo mundo, a nível de Brasil, a nível do... buscando direitos humanos, para falar a verdade, mostrar essa nossa realidade. A situação dos Guarani Kaiowá apareceu de muitos anos. Essa violência, esse massacre, para falar a verdade, ataques, expulso, tudo isso apareceu depois de muitos anos. Depois de muitas lideranças que foram mortas, conseguimos – para falar a verdade – mostrar para o mundo a realidade dos guaranis. Hoje, a maioria, pelo menos já sabe, já conhece quando fala os Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul, pelo menos é isso. A nossa realidade não é fácil e estamos enfrentando a falta de terra mesmo, e a maior violência, não atendimento, isso tudo. Quem visita Mato Grosso do Sul sabe, conhece essa... toda a realidade que muitas vezes a gente fala. Então sabe, conhece. Então, por conta disso também, por exemplo, a nossa situação, a gente conseguiu levar para a ONU e até para a Corte Interamericana pelo menos para eles conhecerem. E nós já recebemos várias visitas também da Europa por conta disso. Viram a nossa realidade, viram muitas lideranças no ataque, no confronto, na disputa de terra, baleados. Até algumas lideranças indígenas ainda com balas alojadas no corpo deles. Muitas lideranças. Então, isso é a realidade que no caso aparece agora, em geral.

P: O Conselho Indigenista Missionário, o CIMI, tem uma relação também de ajuda com vocês?

H1: Sim. A gente... porque nós estamos numa grande assembleia, como eu falei, a grande assembleia Guarani Kaiowá Aty Guasu, que chama Aty Guasu. Então Aty Guasu, ele congrega toda a organização das mulheres indígenas, a própria indígena, os jovens também estão se organizando, lideranças. Só que esse Aty Guasu já congrega todos. Então Aty Guasu, ele sempre pede apoio para também algumas ONGs, no caso o CIMI. CIMI é uma ONG que sempre está junto. Mas quem decide? Por exemplo, muitas vezes o CIMI também, ele passa por conta disso sofrendo, porque eles estão apoiando, no caso, o Guarani Kaiowá. Mas isso é o pedido dos Guarani Kaiowá, que eles estão fazendo, ajudando, apoiando pelo menos para divulgar, levar para... mandar nossa denúncia, nosso pedido de... Então, eles também é que estão acompanhando a nossa situação. Registra, está registrando. É isso que o CIMI faz.

P: Certo. Quando você... quem não passou por algum programa social, aí você falou, por exemplo, o caso da cesta básica do governo do Estado. Também você tem os indígenas que são beneficiados lá pelo Bolsa Família ou não?

H1: Não. É a mesma... quase o recebimento de cestas básicas, que nem todos recebem. Bolsa Família nem todos também recebem, porque muitas vezes algumas famílias não têm documentação e nem todos recebem. E também é pouco, então... ((acha graça)) essa (pena) [00:36:11] de 100, cento e pouco o que cada família recebe e isso não leva também para sustentar todos. Muitas vezes também... porque Bolsa Família exige das crianças que têm que estudar e as mulheres também têm que... na parte de saúde também exige para...

P: Para consultas?

H1:... Consulta e tal. Se os indígenas não fazem isso, já é também cortado, então isso é outra realidade também que cada família enfrenta lá.

P: Vocês têm lideranças... Você falou sobre as lideranças, certo? Você é uma das lideranças, mas vocês têm lideranças indígenas ocupando cargos políticos? Por exemplo, vereador, algum deputado, algum prefeito? De repente nacionalmente e pensando lá no Mato Grosso do Sul.

H1: Sim. A gente tem alguns vereadores que o próprio indígena, no caso... Durante esse ano de eleger vereador, prefeito, nós conseguimos sete vereadores eleitos, próprios indígenas. Nós conseguimos isso no geral lá, porque o Guarani Kaiowá hoje encontra mais de 70 aldeias, no caso, com reserva e com retomada e tudo já.

P: Agora essa quantidade de vereadores é lá do Mato Grosso do Sul?

H1: Lá do Mato Grosso do Sul.

P: Ah.

H1: Os próprios Guarani Kaiowá conseguiram eleger. Mas politicamente deputado, assim, ainda até hoje não... ainda não conseguimos, mas estamos a caminho, estamos indo... está difícil, mas estamos cada vez mais se fortalecendo também. Porque para nós já é pelo menos um pouco... um espaço para que esses vereadores que foram eleitos, já é para nós... pelo menos já... já é uma conquista, no caso, parte politicamente, porque nós precisamos ocupar também esse... por exemplo, o cargo dos políticos também, porque precisa que alguém que conhece a nossa realidade, que fala a nossa língua mesmo. Todo cargo não é só apenas política, eu acho que em toda parte nós precisamos de indígena para ocupar o cargo, por exemplo, até no hospital, nas escolas, na universidade. Precisa porque muitos Guarani Kaiowá, eles falam a sua língua e muitos não falam em português também. Então precisa principalmente, por exemplo, no hospital também. Então precisa a gente... Mas a gente está formando também professor no caso. Tem formação de professor, por exemplo. Nós chamamos de Teko Arandu, que é uma universidade que oferece para o próprio indígena se formar lá. É faculdade, no caso. Mas isso também a gente está conseguindo. É uma luta também para conseguir esse espaço, essa formação para que o próprio indígena se formasse. Isso depende também dos próprios políticos dos governos para que garanta essa formação para nós. Mas mesmo assim ainda continuamos lutando, mas já tem alguns professores formados.

P: Bacana. E aí vão entrar algumas coisas mais diretas também em relação à cultura, e aí assim, da cultura dos Guarani Kaiowá. Qual é a importância da terra para vocês? Qual o significado que tem a terra para vocês?

H1: Sim. Bom, para nós, terra, para falar a verdade, terra para nós é tudo, terra é mãe, no caso, nós chamamos de mãe, porque da terra a gente se sustenta a todos, então quando a gente fala terra já a gente já entra na parte da cultura, parte de saúde, realmente, é uma terra que quando a gente fala, se a terra é demarcada a gente se sente liberdade de... realmente, produzir, de manter a nossa língua, manter a nossa cultura, manter o nosso remédio, manter o mato, manter os animais, então tudo isso. Para nós, terra é a nossa vida, é o nosso sustento, tudo, terra precisa de nós e nós precisamos dele. Então... só que quando a terra é derrubada, por exemplo, o mato é tudo derrubado, é triste quando a gente vê mato tudo devastado porque estamos destruindo o próprio, nossa vida, estamos destruindo a vida do ser humano, também, porque a gente depende deles, então por isso que para nós a terra não é para a gente ter esses milhões de dinheiro, nem pegar muito... não, terra para nós é realmente para nossa sobrevivência mesmo, para o próprio

sustento, porque hoje para nós... também para recuperar o que já foi derrubado, foi devastado, a gente não tem mais como recuperar porque no Mato Grosso do Sul, somente o nome está assim, como mato, Mato Grosso, lá hoje, não tem mais esse mato, foi derrubado, a gente vê, você chegando no Mato Grosso do Sul, principalmente na região de Dourados, somente plantação de soja, milho e canas, então não tem mais, somente tem mato e muitas vezes uns dez metros de alguns rios e até mesmo o rio também já seca, não tem mais, muitas vezes. E além disso, parte de agrotóxico também, é muito grande lá de agrotóxico lá que está secando também os próprios rios. E além disso, nós também humanos, está secando por conta disso, por isso que têm muitas doenças, muitas vezes também. Então essa é a realidade que Mato Grosso do Sul... diferente de alguns outros por exemplo, que eu já falei alguns parentes que pelo menos têm suas terras, pelo menos têm matos, onde eles podem pegar, trazer remédios tradicionais, remédio, ou animais, porque animais também do mato para nós é muito importante, porque muitos não conhecem, muitas vezes os animais, ele é para nós também remédio, animais também precisa do mato, precisa de nós, tudo isso muitas vezes, a maioria não sabe, não conhece que nós estamos mantendo os animais, matos, remédio. Porque isso para nós é a nossa vida e por isso que é importante manter a terra, só que hoje está difícil, nós queremos manter a nossa vida com terra, com a nossa educação, com a nossa língua, com a nossa cultura, espiritualidade, só que está difícil.

P: Agora quando você falou aí da espiritualidade, eu ia perguntar sobre a religiosidade, assim, pegando por exemplo, lá a situação da aldeia, é isso que você pode falar também no caso da área demarcada em Dourados...

H1: Uhum.

P: Há uma preservação assim, dessa religião de vocês, a religião tradicional...

H1: Sim, sim.

P: Assim, a também tem, os Guarani participando de outras religiões, outras igrejas?

H1: Sim, tem, tem. Eu acho que o mais importante é que até hoje os Guarani Kaiowá, os Guarani, eles estão mantendo a nossa... a cultura que é a parte, por exemplo, espiritualidades. Guarani são muito espiritualidade, temos rezador, temos anciã que continua guardando, eles estão repassando isso para os mais jovens, para os jovens, ensinando. Então essa espiritualidade até hoje estamos mantendo, porque... a nossa reza, o nosso canto, a nossa língua, a forma de nós lidarmos a espiritualidade com a natureza, então com todos. Então, esse é um ricos que até hoje a gente tem, ainda mantendo a nossa cultura. Mesmo que a gente hoje, também, já acostumando um pouco também com alguns de outro costume no caso, também da religião, no caso, espiritualidade. Muitas igrejas também já estão entrando, que já tem hoje também na aldeia, porque os indígenas também entrando isso. Mas mesmo assim, a gente tem mantendo a nossa língua. E o mais forte, o mais forte, o mais forte é que a gente está mantendo ainda a nossa cultura, a nossa reza, o nosso canto que é do próprio indígena mesmo. O objetivo acho que de... para falar a verdade, das igrejas, muitas igrejas, hoje, se encontra nas aldeias, nas Reservas, tanto nas retomadas também já tem, já entra, o objetivo também de... realmente, de nós deixarmos nossa cultura, só que está difícil, porque a gente consegue ainda manter... Só que isso não é de hoje, também de muitos anos, o objetivo era realmente a gente deixar a nossa língua. Têm muitos indígenas que perderam, a nível do Brasil olhando, isso já é fora do Mato Grosso do Sul, alguns indígenas, eles não têm mais a sua cultura, não tem mais aquele cântico

próprio da sua comunidade. Mas nós Guarani, Mato Grosso do Sul, a gente consegue ainda manter isso e nós estamos continuando, mantendo isso, estamos ensinando nas escolas, principalmente na língua, a língua é a nossa cultura, para que não acabe com a nossa cultura, porque se nós não mantermos a nossa língua, futuramente, a gente vai perder essa nossa riqueza, que é o nosso canto, que é muito importante a nossa reza, porque a reza também é importante para nós porque ajuda, por exemplo, os rezadores que são conhecedores de remédios, conhecem para fazer a reza quando as pessoas ficam doentes e ficam alguma coisa não passando bom, passando ruim, então eles que conseguem... Então por isso que eu falo, os Guarani, os Guarani são muito espiritualidade dessa parte.

P: Certo. (inint) [00:48:14], assisti um filme, um filme recente, um documentário sobre a situação dos Guarani Kaiowá, ‘O martírio’, não sei se você chegou a assistir, do (Vincent Carelli) [00:48:26]?

H1: Sim, sim.

P: E aí é constante a fala dos Guarani do tekora, eu queria que você pudesse explicar, o que é esse tekora?

H1: Tekoha é o que eu falei, é o espaço, o território, tekoha tem dois sentidos, tekoha é lugar, é espaço, moradia, territórios. Agora, tekohaguaçu que nós chamamos é um grande território, uma grande terra. Agora, tekó é vida para nós, tekó é modo de ser, modo de ser guarani, modo de ser indígena então, por isso que nós chamamos de... quando a gente fala tekó, quer dizer modo de ser, modo de ser guarani, modo de ser (inint) [00:49:22]. Agora, tekoha já é diferente do tekó, tekoha já é lugar, espaço. Então muitas vezes, a gente fala teco, tekoha, tekohaguaçu, tekoha marané, muitas vezes, a gente... a pessoa que não entende, não sabe a nossa língua, terra sem males, também, que a gente fala, quando a gente fala teco marané, tekoha marané, quer dizer, terra sem males. Então o que significa isso? Terra sem male era isso, antigamente, do antigamente, por exemplo, quando não era ainda derrubado matos, rios secando, a gente tinha muito rio, muito peixe, muitos animais, espiritualidade, ninguém... não entrava ainda, por exemplo, muitas religiões, os Guarani Kaiowá vivia aquela vida, liberdade de caçar, de pescar, de manter a sua língua. Só que hoje, hoje também um pouco a gente tem por conta disso, por conta de não espaço mesmo, então também a gente está cada vez mais diminuindo isso, terra sem male, porque a gente não tinha mais aquela terra que era antigamente. Então por isso que hoje está difícil também, essa parte aí. Mas estamos mantendo a nossa cultura, a nossa língua.

P: Por exemplo, você estava falando exatamente da questão da língua, você acha assim que a terra, a terra, ela tem uma relação, por exemplo, é possível falar da possibilidade de preservação da cultura guarani sem a terra? Ou falar da cultura guarani, sua língua, seu jeito de ser, está associado à terra, depende da terra?

H1: É, só que a espiritualidade depende muito da terra, isso na visão de cosmologia que eles falam na espiritualidade, nós dependemos muito da terra, porque para nós... por isso que é importante... até matos, para nós é... principalmente (tem donos) [00:52:06], que a gente fala, a gente não vê, não percebe, muitos não percebem, mas para nós é muito importante, porque isso espiritualmente, muito respeito, os Guarani Kaiowá respeitam muito a natureza, por conta disso terra para nós significa muito porque, espiritualmente para nós, o rezador, quem reza se sente, para falar a verdade, para continuar aquilo espiritualmente, o modo de ser guarani, onde ele também se comunica espiritualmente com Deus, também espaço, quando a gente não tem, aí já

fica, já fica... essas culturas, esse nosso modo de ser guarani já fica diminuindo, a gente não se sente, não se sente liberdade de manter a nossa língua, nossa cultura, nosso cântico, nossa reza. Por isso que é bem diferente hoje reserva das retomadas, porque quando a gente vai para uma retomada, retomada é mais que hoje estão mantendo a nossa língua, mesmo na Reserva também estão mantendo, mas é pouco porque ali já entra muitas religiões diferentes, várias outras, já tem muito problema. Então por conta disso, os Guarani estão tentando sair disso daí, para manter a sua língua, a sua cultura, o modo de ser, liberdade, assim.

P: Agora dentro dessa ideia da cultura, quem é que tem essa tarefa de transmitir, por exemplo, essa cultura para os mais jovens? Assim, normalmente quem é que faz, ensina a língua, é o pai, é a mãe, são os avós?

H1: Sim.

P: Como é que isso é transmitido?

H1: A transmissão é sempre os mais velhos que principalmente os avós que passam para o pai, os pais passam para os filhos, é assim. Então, isso é de geração para geração.

P: Mas eu digo assim, tem um destaque, por exemplo, quem assume mais essa função, é o homem ou é a mulher?

H1: Tanto o homem, tanto a mulher, isso depende, nem todos também... por exemplo, o conhecimento dos rezadores, nem todos têm, também no caso, são próprio escolhidos para isso mesmo, o rezador que sabe, ou a mulher, ou homem, eles que sabem, aquele que reza, tanto a mulher, tanto o homem, eles já conhecem para quem vai passar esse ensinamento, nem todos também têm. Mas a gente sempre fala, por exemplo, fala em guarani, fala a nossa língua e sabe o nosso canto, a nossa reza. Mas isso quem vai realmente assumir, mesmo como um... por exemplo, o rezador mesmo eles que sabem para passar para geração para geração, mas no geral a gente sabe a nossa língua, a nossa reza, tudo.

P: Por exemplo, você é casado, não é isso?

H1: Sim.

P: Têm filhos? Por exemplo, você transmite esse ensinamento...?

H1: Sim.

P: Os seus filhos têm que idade, por exemplo, eles têm?

H1: A gente, mesmo que a gente manda nossas crianças para as escolas aqui, onde não é a nossa cultura, por exemplo, aprender português, porque é importante para nós também, mas o mais importante, estamos passando a nossa língua principalmente, a nossa língua, o modo de ser guarani, o modo de manter o nosso canto de guarani, a nossa reza, mesmo assim para eles não perderem, então isso é importante. Então hoje, no dia de hoje, as crianças já aprendem duas línguas, tanto português, porque precisa também aprender português, porque estuda nas escolas, para também lidar bem com todo mundo, com a sociedade, com todo mundo.

P: Bacana. Sobre esta questão, tem a ver com essa questão da cultura, eu lembro lá no debate, lá na (inint) [00:56:56], acho que você estava participando, queria saber de você por exemplo, esse projeto colonizador, esse projeto colonizador que começa em 1500 com os europeus, esse projeto colonizador, vem com os portugueses, e depois a gente tem o Brasil conquistando a independência, mas esse projeto colonizador, essa parte colonizadora, ela na verdade, ela diminuiu, ela acabou? Você acha que essa prática do colonizador em relação aos índios, os povos indígenas, ela se mantém, não se mantém?

H1: Eu acho que estão se mantendo, porque a diminuição dos Guarani Kaiowá foi muito grande, porque a nossa história conta que fomos muito... os indígenas Guarani foi muito massacrado, para falar a verdade, na ditadura, os Guarani foram muito... para falar a verdade, eles estão exterminando, queriam acabar com os Guarani, com os indígenas. Só que apesar disso, como eu já falei, antigamente nós tínhamos muito mato, os Guarani Kaiowá, eles se escondiam no mato e enfim, viajava, ia para outro lugar, mudava para outro lugar, então não conseguia, porque era muito grande, os povos eram muito grandes, então mesmo diminuindo muitos indígenas, apesar disso não conseguiram matar tudo, para falar a verdade, acabar com os indígenas. Além disso, não conseguiram matar nossa língua também, a nossa cultura, nossa reza, então isso é importante. Mas eu acho que isso não mudou muito, não mudou ainda, porque mesmo que... acho que o governo, o Estado querem fazer, mudar esses... por exemplo, a forma de ser guarani, a forma de ser indígena para outra cultura, não, acho que fica difícil, então isso que é importante para nós, até hoje estamos mantendo o que é nosso.

P: Agora, você comentou aí em relação à ditadura, vou fazer algumas perguntas um pouco relacionadas a isso. Então a pergunta é assim: seus antepassados, seus pais, avós, até mesmo os parentes, tios assim, já relataram para vocês como era a vida do povo Guarani Kaiowá durante a ditadura civil militar...?

H1: Sim.

P: Vocês têm esses relatos dessas experiências, o que é que eles falavam? Quantos anos você falou que tem, 40?

H1: Tenho 40 anos.

P: Eu tenho 43, então a gente nasceu no período ainda que era a ditadura.

H1: Sim.

P: Seus pais falavam alguma coisa?

H1: Sim, meu pai, meus avós contavam a história, principalmente do Mato Grosso do Sul, no caso, o Mato Grosso do Sul na época do... que... foi dado esse... por exemplo, oito reservas, os indígenas eram expulsos, muitas vezes levados de suas aldeias, levavam para outro lugar, os indígenas voltavam lá e é assim. E os indígenas também na época que no Mato Grosso do Sul tinha trabalho forçado, antigamente, que chamava de mate-laranjeira, na época. O mate-laranjeira, ele trabalhava muito, para fazer erva de chimarrão na época. Então, os indígenas agora Guarani Kaiowá trabalhavam forçados, muitas vezes a troco de roupas, qualquer ferramenta no caso, para... Então, eles trabalhavam forçados. E muitas vezes militares

expulsavam indígenas de suas terras para que os fazendeiros entrem lá, ocuparem, registrarem no nome deles, e muitas vezes os indígenas eram mortos, enterrados. É assim. Isso é que antigamente o meu avô me contava isso. Eles trabalhavam muito forçado e os indígenas eram muito também mortos pelos próprios fazendeiros, isso mesmo já existindo o que nós chamamos de FUNAI, na época era o SPI. Então, antes disso, eles... eles não tinham aquele... hoje, como a gente chama, reserva. Tinha aquele... até os (tradicionais) [01:01:52] ocupavam na área não demarcada pelo governo. Então, isso que por exemplo, hoje, quando a gente vem esse marco temporal que os fazendeiros, por exemplo, elas estão falando que... eles estão alegando que se os indígenas não estavam lá no dia de 1988 quando foi aprovada a nossa constituição, se ele não está naquela terra que está reivindicando hoje, ou seja, que aquilo lá não é terra indígena. Mas como é que a gente vai provar, ou seja, no caso, porque de 1988, antes disso fomos expulsos. Mas mesmo assim, nós morávamos, a maioria morava na região, ficava por lá. Muitas vezes alguém trabalhando forçadamente por alguns fazendeiros. Assim, indígena ficava por lá mesmo. Mas só que não é reconhecido como aldeia. Então por isso que hoje nós estamos vindo, nós e os Guarani Kaiowá contra esse marco temporal. Para falar a verdade, por isso que nós chamamos de “voltar para a ditadura”, porque se for aprovado esse marco temporal. Hoje agora, por exemplo, nós estamos enfrentando aqui em Brasília para que não seja aprovado esse marco temporal. Então isso, para nós, ditadura é isso. Antigamente os meus avós contavam isso. Então a gente, muita coisa a gente tem para contar também nessa parte da ditadura. Muitas vezes os indígenas eram ali mortos, trabalhavam forçados, eles trabalhavam. Só que em troca de muitas vezes de pedaço de pano para fazer roupa, alguma coisa. Mas é isso que o meu avô contava isso para nós.

P: Então, uma outra pergunta também. Eu acho que ele entra um pouco com esse assunto, que é assim. Com a promulgação, quando foi aprovada a constituição de 1988, a vida dos povos indígenas, principalmente os Guarani Kaiowá melhoraram? Que direitos foram conquistados? Se vocês acreditam que teve uma melhora com a Constituição, e o que é que vocês conquistaram?

H1: Eu acho que a conquista que a gente conquistou é, realmente, garantir o nosso direito pelo menos no papel. Agora, só que na prática, a gente... não está sendo executado esses direitos. Então por isso que o sofrimento, principalmente dos Guarani Kaiowá, hoje se encontra muito maior, porque se for executado, se for cumprido esses direitos que hoje estão escritos tudo no papel...

(...) ((interrupção)) [01:05:10]

H1:... Porque se forem cumpridos, ou seja, o governo cumprisse as leis que hoje está tudo no papel, que garantem os nossos direitos, tanto de demarcação de terra, tanto de educação, tanto de saúde, garantir e manter a agricultura, se eles apoiassem, se eles cumprissem esse papel na prática, nós não estaríamos nessa situação que estamos, que se encontram principalmente os indígenas. Então falta. Isso a gente fala, falta vontade mesmo dos governos, dos políticos do governo para resolver isso. Porque nas leis, a gente sabe que compara. Depois que foi aprovado em 1988, com prazo de cinco anos, o governo tinha que já devolver as terras, só que isso não acontece. Algumas regiões foram demarcadas as terras, como eu falei no começo. Para algumas áreas foram demarcadas algumas regiões, em outro estado. Mas no caso dos Guarani Kaiowá, não estão demarcadas. Alguns foram demarcados, desde 1988, por exemplo, nós temos lá o (Piraquá), foi depois de 1988, que os indígenas retornaram, (inint) [01:06:49], isso foi reconhecido pelo governo, demarcou e homologou. Só que hoje, esse marco temporal, já quando foi, também não era lei, eles começaram a criar, não era para o Guarani Kaiowá, não era para aplicar a nível nacional, porque esse marco temporal foi feito para a Raposa Serra do

Sol e nem na Raposa Serra do Sol está sendo aplicada. Quer dizer também, mas só que também isso, esse marco, a tese do marco temporal baseada nesse marco temporal já foi aplicada no caso na nossa região, no caso em (Gurarocá). (Gurarocá) ele, depois de 88, o governo reconheceu, demarcou e homologou. Só que ele recentemente foi anulado. Anulado, e não é mais reconhecido como terra indígena, então já foi aplicado baseado nesse marco temporal que hoje é a tese do marco temporal que fala isso. Não é só (Gurarocá), tem mais outra aldeia que não é dos Guarani Kaiowá, a própria aldeia Terenas também, que esse Limão Verde que chama, a outra aldeia que já é demarcado, homologado pelo governo, e agora foi anulado. Então por isso que nós estamos defendendo de não aprovar o marco temporal, porque agora está sendo pautado no dia 16 para ser julgado no STF, se vai ser aprovado para se tornar lei. Então isso é preocupante para nós, porque como está difícil a demarcação de terra, como o governo não está cumprindo essas leis, a nossa Constituição, que já garante os nossos direitos, imagina hoje se for aprovado esse marco temporal, que para nós não tem demarcação de terra, estamos sendo expulsos, estamos enfrentando violência. Imagine de repente. Porque mesmo não seja lei, lá na base eles já aplicam baseado nesse marco temporal como lei, já. Então essa é que é a nossa preocupação.

P: Certo. A próxima é, qual foi o presidente que mais se preocupou com os povos indígenas? Ou vamos fazer assim, vamos fazendo uma comparação, pegando até essa ideia da própria Constituição que você fala que foi um avanço, não é isso? Assim, da Constituição até os dias de hoje, qual foi o governo que de modo geral implementou mais as reivindicações dos povos indígenas? Se por exemplo, foi o Collor, foi o Itamar, foi o Fernando Henrique, foi o Lula, foi a Dilma? Como é que essa relação de vocês, você como indígena, você como liderança local e nacional, em relação a esses governos?

H1: Então. Eu acho que no tempo de Collor, parece, Fernando Henrique, houve algumas demarcações, no caso. E Lula e Dilma também tiveram a oportunidade de resolver isso, mas não resolveu da nossa parte, da parte de demarcação para os próprios indígenas, não resolveu isso. Por exemplo, Lula teve oito anos de mandato de governo como presidente. E Dilma também não conseguiu. Só que bem na saída dela no caso, por exemplo, pelo menos no nosso lado, assim, não é para ser publicada aquele até que não está ainda publicada, está... que tem estudo, tem processo de publicação, ele pelo menos umas duas áreas, ela publicou. Não demarcação completa, mas pelo menos publicou para que a União, sejam conhecidos. Mas na prática mesmo, a demarcação não aconteceu. Eu acho que somente na época do Collor que foi demarcado. Como eu lembrei, acho que... (Piraquá) e (Sete Cerro), algumas outras áreas, quatro, cinco áreas, isso depois de 1988 que foram demarcadas.

P: E essas áreas aí que você está falando são lá do Mato Grosso do Sul?

H1: Lá do Mato Grosso do Sul. Então, só que depois os outros presidentes, não... não aconteceram demarcações, porque até hoje na prática mesmo a demarcação não aconteceu. Teve aquela promessa de resolver, mas está tudo parado até hoje, por mais de 30 anos a demarcação não aconteceu. Não aconteceu.

P: E tem a ver com essa ideia de que de não ter ocorrido a demarcação, a pergunta é assim: por que é que as terras dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, por que é que elas não são demarcadas? O que é que acontece que parece ser tão difícil ser demarcado

a terra? O que é que tem? Tem alguma grande riqueza assim, no subsolo lá do Mato Grosso do Sul? O que é que tem na verdade nessa região para que a demarcação não aconteça, e essa tensão permanece? O que impede esse processo de demarcação?

H1: É. Mato Grosso do Sul é uma terra, bem... para falar a verdade é uma terra muito boa, é muito fértil, para falar a verdade, para plantio. Qualquer planta, qualquer... qualquer coisa que planta lá, sai. No caso, soja, milho, rama, tudo. Lá a terra é muito rica. Então, hoje demarcação não acontece por conta disso, porque a gente – como eu falei – a terra dos Guarani Kaiowá, a terra, esses territórios que a gente ocupava antigamente, era muito rica, principalmente para plantio. Então qualquer coisa que planta, não se perde. Então a maioria produtos que saem de Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso do Sul também, os alimentos. E não está fácil de demarcação de terra porque muitos políticos – como eu já falei-alguns deputados, fazendeiros, os filhos dos fazendeiros, ou alguns, o próprio judiciário, eles têm essas terras, essas fazendas na terra indígena. Então, a imprensa, também. Então por isso que está difícil, porque eles alegam que se demarcarem essas terras agora para os Guarani Kaiowá, eles vão perder, a economia brasileira vai diminuir, vai atrapalhar a economia. Só que não vai atrapalhar, porque como eu já falei, de dez... de 10 por cento que eram nossos territórios, ele não vai atrapalhar a economia brasileira. Eles falaram, eles falam que vai atrapalhar a economia. Ou seja, o produto. Só que o que é importante a gente deixar bem claro também, para o povo, principalmente para o Brasil, que alguns produtos que são produzidos, que são tirados do Mato Grosso do Sul são exportados, levados para outro país no caso. Por exemplo, hoje mesmo que está sendo a maioria a nível do país, a nível do Brasil, e é foco da JBS no caso da carne. Essa carne também, a maioria é produzida, ou seja, são criados os bois também lá no Mato Grosso do Sul em cima das nossas terras que não está sendo demarcada ou em cima daquela terra que já é homologada, já é demarcada, mas não está na posse indígena. Então esses também hoje a gente vê que a maioria, por exemplo, a carne que está indo para outro país é de lá, de Mato Grosso do Sul, está vindo de lá. Então, isso, por isso que a demarcação está demorando, está difícil, por conta disso. Eles não querem devolver isso para nós. Só que nós não queremos essa terra que eu já falei, toda a terra, é o eles pregam toda a terra que estão falando na imprensa, que vai prejudicar a terra. Que o Mato Grosso do Sul inteiro vai ser demarcado. Não. Isso é mentira ((enfaticou)) deles. Isso é mentira. Eles estão pregando isso só para (não) o governo, o juiz muitas vezes que não sabe, que não conhece a realidade, que não está vendo com os seus próprios olhos deles, muitas vezes não sabem daquela realidade, muitas vezes não chega até lá, eles... eles muitas vezes assinam para não demarcar a terra porque não sabem dessa realidade que estamos reivindicando. E a demarcação, para nós, nós não queremos... os Guarani Kaiowá não quer o Mato Grosso do Sul inteiro. Não é isso que é do jeito que foi divulgado na imprensa. A imprensa local divulga isso. “Se sair demarcação de terra para os guaranis vai atrapalhar, Mato Grosso do Sul inteiro vai ser tirado, ou seja, vai ser demarcado para os indígenas. Não. Nós estamos reivindicando apenas um pedaço aqui, um pedaço lá. É uma ilha de cada região porque lá tem região de Dourados, região de Amambai, região de Iguatemi que é uma cidade, marginal... ao redor dessas cidades tem seis, sete aldeias. É assim. Então, nós não queremos... na verdade nós sabemos que aquele terrível que eram 10 por cento, porque nós sabemos, nós conhecemos o rio lá. Então, os nossos territórios lá no Mato Grosso do Sul tem o nome que o rio chama Rio Brillhante, de Rio Brillhante até o Rio Paraná são as nossas terras. Nós temos o direito de reivindicar isso. Mas só que hoje, no processo de demarcação de terras, não é esse território que nós estamos reivindicando lá no Mato Grosso do Sul. Nós queremos aquele pedaço lá, de... no estudo, ele foi colocado 9 mil hectares a 10 mil hectares. É assim, 20 mil hectares, dependendo de cada região. Então, esse... essa reivindicação tanto com reserva já que inclusive 0,2 por cento, não é? É esse que nós queremos, pelo menos que seja demarcado, acho que no total é mais 36 que está em estudo, que está já na mesa do governo, na FUNAI, no Ministério da Justiça. Algum falta publicar, algum

falta concluir o estudo. Alguns são homologados. Então cada processo tem. No total é 0,2 por cento da terra do Mato Grosso do Sul que estamos reivindicando.

P: Deixa eu perguntar uma coisa, são duas coisas que eu quero saber e até te deixar mais sossegado nessa longa entrevista.

H1: Sim. Tudo bem.

P: Você, como liderança indígena, e as demais lideranças, como é que vocês avaliam assim, quando ocorreu o processo de impeachment da Dilma assim, a relação com os povos indígenas do atual governo é uma relação que vocês veem o que? Ela melhorou? Ela piorou? O que é que na verdade vai depois? Quando você está falando que nenhum governo, como você estava dizendo ali, nenhum governo de verdade resolveu trabalhar a questão da demarcação. Mas assim, depois do impeachment, como é que vocês avaliam? E assim, é um período pequeno, a gente tem pouco mais de um ano que o Temer assumiu e como é que tem sido essa política indigenista em relação com vocês?

H1: É. Bom. Para nós, como nós indígenas, não temos partidos por exemplo, a gente não vai pela luta partidária. A luta nossa é realmente de resolver mesmo a nossa situação. Esse é o primeiro ponto. Segundo eu acho que por parte dos políticos do governo, governamentais, no caso da presidência, para nós não importa. Para nós, Guarani Kaiowá, no caso, eu falo dos Guarani Kaiowá. Para nós não importa quem entra e sai na presidência para nós, nós queremos que seja resolvido aquilo que estamos reivindicando. Porque nós indígenas, também, a maioria hoje são de eleitores que votam. E também a maioria, por exemplo, no nosso município, quem elege no município o prefeito, o vereador, são os próprios indígenas que a maioria, por exemplo, numa cidade pequena, quem elege o prefeito são os próprios indígenas, porque indígena aqui que tem mais população nas aldeias. Então para nós, eu acho que é importante dizer que esse voto, quando teve, quando aconteceu esse impeachment, depois que Temer entrou ali, para nós também eu acho que fica difícil de entender, porque como é que vai ficar, como é que fica? Porque os próprios, por exemplo, os deputados, que também foram eleitos pelos próprios indígenas, pelos próprios eleitores não só dos indígenas, que teve, assumiu, que este eleito e assumiu esse cargo federal, estadual, e... uma pergunta que depois que muitos milhões de brasileiros votando para eleger presidente e deputados, depois que eles assumiram eles querem fazer o que eles quiserem na câmara dos deputados. Então isso, por exemplo, tirando Dilma, entrando Temer, aí fica a pergunta até... eu acho que isso não é só para os indígenas, é para todo mundo, no caso. Como é que fica o eleitor, no caso, que vota para eleger o presidente e tanto os deputados, não é? Então, se os deputados, eles que sim, eles têm poder de tirar e colocar outros, então, eu acho que o eleitor não precisava nem votar, não é? Isso para nós é uma pergunta também que nós indígenas também falamos isso. Porque eu acho que se for eleito, por exemplo, um presidente e tanto deputados, é eleito pelo voto da sociedade, do povo de todo mundo, tanto indígena e não- indígena. Então essa também é uma pergunta que hoje nós também estamos tendo. Então fica, fica ruim para nós também essa parte, porque a gente... e nós votamos também. Mas nós também, indígenas, estamos avaliando eu acho que a nível do Brasil, depois que aconteceu essa troca de... impeachment também, tudo isso a gente percebe que governo, os próprios... esses... depois que foram eleitos, eles querem fazer o que eles quiserem, mas só que eles não pensam na sociedade que votou neles.

P: Mas assim, sobre a relação do governo federal com os povos indígenas, por exemplo, com a APIB, essa relação que você tem com o governo federal, após a chegada do Temer, mudança no Ministério da Justiça, mudança na FUNAI, a relação de vocês melhorou com o governo federal? Essa relação...?

H1: Hoje, eu acho que avaliando no geral, está piorando. Porque a estratégia do governo, segundo a APIB, que nós avaliamos a nível nacional, estamos indo para pior. Porque eles trocaram, eles barraram toda a demarcação de terra, cortaram tudo. Da FUNAI, por exemplo, recursos para que a FUNAI não tenha mais condições de acompanhar indígenas. Estão criando lei para derrubar os nossos direitos. Estão querendo aprovar por exemplo, o marco temporal, a PEC 215, essas outras leis, a Portaria 303 da AGU que é contra o indígena, contra a demarcação, para realmente paralisar. Então, eles estão indo para pior, porque Temer também já se manifestou no caso, a favor desse marco temporal. Ele já se manifestou. Então nós estamos indo para pior, para melhorar, eu acho que não está indo para melhor porque nós indígenas, estamos nos sentindo voltando para a ditadura porque eu já falei, por conta dessa decisão toda. Então, nós, mas pelo menos ainda acreditamos ainda que existe também, no caso, direitos humanos que a gente pode pressionar, até mesmo a ONU, a OEA, que tem também os direitos nossos, para pelo menos a gente fazer essa denúncia e buscar para resolver o nosso direito. Mas a APIB está acompanhando isso, mas na avaliação da APIB estamos indo para pior. Porque com essa situação toda que hoje se encontra no Brasil, estão barrando tudo para não ser executado aquilo que tem já no papel o nosso direito.

P: Certo. Uma pergunta que eu, assim, nem registrei aqui, que era para ter anotado, que é importante, que tem a ver com a problemática dos Guarani Kaiowá, que foi até matéria jornalística e documentário, que é por exemplo a questão da prática dos suicídios entre os jovens. Eu acho que normalmente as imagens, os relatos eram principalmente lá em Dourados, na reserva. Assim, isso é realmente uma realidade concreta? Isso tem aumentado? E para você, tem provocado, o que provocou ou tem provocado esse número que é significativo, de suicídios, de autoextermínio de jovens ou não só de jovens lá no Mato Grosso do Sul?

H1: É, Mato Grosso do Sul apareceu mais suicídio lá a partir do jovem passando para os adultos. Principalmente, eu como já tenho 40 anos, a família, já tenho filhos, então acontece mais na fase de jovem para passar para os adultos, no caso para passar para os 30-40 anos. E sempre os guaranis, acontece mais o suicídio na base de 15-23-28 anos, por quê? Isso principalmente por falta de terra mesmo, por falta de condições mesmo, porque depois de passar, os jovens, eles casam. Eles conseguem ter filhos. Só que depois para sustentar a família, muitas vezes não conseguem. Essa é a realidade que levou muitas vezes o jovem a se suicidar, a se matarem. Porque não tem condições de onde é que eles podem trazer o sustento para as suas famílias. E muitas vezes por conta de condições de manter as suas famílias, trazer, levar para as suas famílias para manter, muitas vezes eles se suicidam. Então, por conta disso. Então, o que é que... na avaliação de todos nós, é por causa de terra mesmo. Porque quando a gente tem terra, a gente pelo menos tem, como eu já falei no começo, plantar algumas coisas, porque nós sabemos lidar com a terra para plantar alguma coisa para o nosso sustento. E muitas vezes nas reservas não tem isso, não tem espaço. E para procurar serviço braçal para trazer, para ganhar um dinheirinho ou algum alimento para o próprio sustento da família, muitas vezes não conseguem. Então muitos indígenas, os jovens, entram hoje na bebida, também por conta disso, bebida alcoólica, e muitas vezes estão se drogando. Muitas vezes vão para a cidade e pede pedaço de pão nas ruas, então tudo isso acontece por conta disso, por conta de falta de espaço, por falta de achar condições. Então muitas vezes é por conta disso. Os jovens, eles se drogam

ou entram na bebida alcoólica, e eles se matam porque não sabem, não tem para onde, de onde buscar o próprio sustento. Muitas vezes ele não avança nos estudos por conta disso. Abandonam o estudo muitas vezes para achar, procurar serviço, procurar seus alimentos, procurar trazer para as suas famílias. Então por isso que esses suicídios acontecem mais nessa fase de jovem, de 18-15-28-30 anos.

P: Certo. Eu agradeço a essa oportunidade, dentro da sua correria, dentro da sua demanda aí como liderança, ter conseguido essa entrevista. Agradeço muito, e aí eu deixo esses últimos minutos, se você quiser deixar algum recado, alguma mensagem.

H1: Sim. Eu quero também dizer que é importante esse esclarecimento que nós estamos... nós, Guarani Kaiowá, estamos... enfim, publicando a nossa situação. E eu acho que é importante também dizer que como nós estamos acompanhando a nível nacional todos os indígenas, não só os Guarani Kaiowá, estamos reivindicando essa demarcação, que o governo demarcasse nossos territórios. Porque tem outros parentes que não são Guarani Kaiowá, também estão nessa situação que hoje é um perigo que se for aprovado por exemplo, o marco temporal que está sendo pautado agora no dia 16, se for aprovado, não vai ser para os Guarani Kaiowá, vai ser para nível nacional, para todos os indígenas ser aplicado. Então nós acreditamos que ainda vai depender do juiz, vai depender da justiça brasileira dizer no dia 16, com aquela ponta da cada caneta, vai dizer muita coisa. Então, eu tenho certeza que nosso Deus, nosso Grande... vai olhar por esse juiz que vai decidir a nossa vida, porque a nossa vida está dependendo da caneta que eles vão assinar contra esse marco temporal favorável, porque se forem contra, ou seja, aprovado esse marco temporal, vai legitimar toda a situação que nós estamos registrando a nível nacional, a toda a nossa também base por exemplo, dos Guarani Kaiowá, em outra região. Estamos sendo marcados, perseguidos, criminalizados, derramando nosso sangue em prol de... buscando pelo menos um pequeno espaço para as nossas famílias. A ditadura que nós estávamos passando antigamente, nossos avós, nossos bisavôs, então o que o Brasil já registrou, tem registro no caso, essas e tudo, vai legitimar se forem aprovados no marco temporal. Então era isso que eu gostaria de complementar no final, porque a nossa luta não é só do Guarani Kaiowá contra isso. Não é só contra esse marco temporal, também. Mas tem algumas outras leis que com certeza eles querem aprovar, porque essa Constituição nossa está garantido tudo. Garante tudo para nós, os nossos direitos. Então a nossa luta é muito grande e tenho certeza que a gente vai conseguir com o apoio, é importante apoio da universidade. Eu acho que é importante, a universidade, o Ministério Público, a maioria, que esses que apoiem o indígena, eu acho que a gente também se sente fortalecido porque a gente precisa ser respeitado. Nós indígenas, temos que ser respeitados, porque nós não existimos a partir de 88, nós somos mais de 500 anos. Nós não fomos também trazidos de fora para o Brasil. Eu acho que é importante deixar isso bem claro, porque temos que ser respeitados, tem que respeitar nossos direitos. Porque nós somos humanos, nós precisamos viver, as nossas crianças, nós precisamos de espaço. Nós não precisamos de milhões de milhões de dinheiro. Nós precisamos garantir a nossa sobrevivência, essa é que à realidade que os Guarani, tanto os povos indígenas do Brasil estão vivendo. Mas mesmo assim está difícil. Mas eu acredito ainda que a justiça vai acontecer para o nosso lado para que não aconteça isso, não legitime esse... esse massacre que estamos passando, que hoje também já é conhecido a nível internacional, também a nossa situação. Isso é uma vergonha que quando a gente fala que nós, indígenas, não precisávamos ir daqui para fora, ou seja, daqui do Brasil para fora para pedir apoio e denunciar. Porque se o Brasil não quiser ser, o governo não se... se for a vontade do governo, nós já resolveríamos, e nós não precisaríamos buscar apoio de longe, porque na Constituição está tudo claro para nós. Só que como não está acontecendo na prática, e obrigatoriamente nós temos que sair e buscar apoio e pedir e

denunciar toda essa realidade que hoje nós estamos denunciando e mostrando para o mundo, que a nossa situação. Eu acho que não é só com o indígena, também. Com todo o povo brasileiro que está defendendo os seus direitos precisa ser respeitado, porque nós estamos defendendo a nossa vida, o nosso direito, o direito das crianças, o direito dos jovens, o direito de todo mundo.

P: Ok. Muito obrigado, viu Eliseu? Obrigado mesmo.

H1: ((acha graça)) Obrigado.

((fim da transcrição))

Projeto-Item	126502 Liderança Tonico Benites (68 min).docx
Responsável	contato@transcricoes.com.br – Carlos (transcritor) Passos (revisor)

FICHA TÉCNICA

Informações adicionais da gerência de produção

O trabalho foi considerado de alta dificuldade, acertos inferiores a 97 por cento.

TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO

Convenções adotadas

palavra... = alongamento vocálico, hesitação ou interrupção de ato de fala.

... palavra = continuação da fala do turno do falante que foi interrompida.

(...) = demonstração de corte de fala considerado não relevante.

[01:46:09] = marcação de tempo [hh:mm:ss] (*)

(hipótese) [00:00:00] = hipótese de escuta ou fonográfica (o som que conseguimos entender)

(inint) [00:00:00] = trecho ou palavra que não conseguimos compreender.

((palavra)) = comentários do transcritor.

(*) A marcação de tempo ocorre uma vez a cada 5 linhas para cima ou para baixo caso ocorram muitos (inint) ou (hipótese) devidamente sinalizada com [hh:mm:ss]. Uma hipótese de escuta é sinalizada apenas uma vez e após sua ocorrência deixa de ser sinalizada como tal.

Identificação de falantes

P: Pesquisador (a)

H1: Falante masculino

((início da transcrição))

P: Dia 16 de agosto, entrevistando a liderança indígena. Vou pegar seus dados iniciais. Seu nome completo?

H1: Tonico Benites.

P: Estado civil.

H1: Eu, solteiro.

P: Escolaridade?

H1: Sou aluno de pós-doutorando em antropologia social.

P: Idade?

H1: 43.

P: Qual a sua etnia?

H1: Guarani Kaiowá.

P: Então, eu vou estar fazendo algumas perguntas e aí você fique bem à vontade para estar respondendo, está certo Tônico? Há quanto tempo você e seus familiares vivem na região?

H1: Não, desde o nascimento até hoje. Desde criança eu nasci na região, eu vivi ali desde criança até hoje.

P: Essa região é ali do Mato Grosso do Sul, mas assim, que cidades que estão próximas? Seus antepassados já estavam também na mesma localidade?

H1: Na região ali, na região chamada Jaguapiré, hoje é município Tacuru, mas naquela época, final de 80 que foi emancipado como município, Tacuru. Hoje é município, mas quando eu nasci não era ainda, era outro município. Então minha família é dessa região específica de Jaguapiré que fica entre o rio Piutã e rio Iguatemi.

P: Essa é uma região de conflito? A região, digo assim, tanto a localidade onde você vive ou também essa proximidade. Você comentou que você tem assim, não é só de repente a sua comunidade aí de Jaguapiré. Você tem outras aldeias, outros povoados ali também bastante próximos.

H1: É pela terra na época de 80 foi muito tenso, conflituoso. Final de 80-90. Hoje não acontece mais ali diretamente, mas perto dali sim. Acontece ainda conflito pela terra, disputa pela terra. Os indígenas reivindicando as suas terras, e os fazendeiros que titulou como propriedade também requer a posse permanente dele e o indígena também demanda demarcação. Então, isso onde estou não. Jaguapiré já é bem regularizada, fina de 80-90. Então ali mesmo não tem mais esse conflito que tem ali perto. Ali perto tem outro tipo de conflito que também já existia em Jaguapiré que havia acontecido, por exemplo, confronto, ataque armado, expulsões e ameaças à liderança, tudo isso acontecia também em Jaguapiré. Na final de 80 e 90. Ali perto sim, região, ou seja, o sul do Mato Grosso do Sul, sim, tem esse tipo de conflito pela terra.

P: Por exemplo, a região de Dourados, é um local de tensão, de conflito? Ou...?

H1: É. Hoje é. Hoje é porque o indígena ocupou a terra e voltou para a área. Aí hoje é bem intenso, bem conflituoso a região de Dourados. Em todo município de Dourado é um município, todas as cidades, Caarapó, Amambai descendo para lá, (Coronel Sapucaia), Ponta Porã, Dom João, Iguatemi, Japorã, todo o sul do Mato Grosso do Sul, em todos os municípios há uma área em litígio, ou seja, indígena demandando terra, há esse conflito, disputa pela terra. Todo município, a maioria dos municípios do sul do Mato Grosso do Sul existe.

P: E você acha... qual é o elemento principal desse conflito estar mais forte lá no sul do Mato Grosso do Sul?

H1: Em que sentido?

P: Por exemplo, você disse que as tensões são maiores nessa parte, do sul do Mato Grosso do Sul. O que é que determina isso? É a concentração da propriedade da terra? Ou tem sido a mobilização dos povos indígenas aí os Guarani Kaiowá, da sua organização?

H1: É indígena demandando terra, demarcação. Então, esse foi o... e não-conclusão, também. Não há conclusão por parte do estado, ou seja, o estado ainda não concluiu a demarcação. Uma está identificada, outro está em processo. E judicializada, todas as áreas demandadas. Isso cria infinitas tensões e conflitos são gerados porque está lá na justiça parada...

(...) ((interrupção)) [00:04:49] a [00:04:55]

P: Assim, eu queria só... nessa discussão do conflito, você estava falando das localidades. Esse solo ali do Mato Grosso do Sul, é um solo especial, rico do ponto de vista da agricultura? Porque parece que o agronegócio, há um certo tempo vem atuando na área, e parece que assim, parece ser, dá essa impressão, eu desconheço, não conheço muito. Mas é como se aquela terra fosse uma das mais férteis – é isso? – para a produção agrícola? Tem essa característica?

H1: Tem. É porque as terras guarani, historicamente, de muitos anos, não ocupa qualquer terra. Ele sempre ocupou terras que oferecem todos os tipos de recursos: campos, terras boas, terra fértil, aberta, bem mais plano. Então isso no mapa dos guaranis, na cabeça, na geografia do guarani, essas terras... tem a ver com cosmologia também, não é? Que esse é tipo uma terra igual a que está em outro patamar do mundo dos guaranis. Então a terra de qualquer forma é uma terra muito boa. Os lugares são bonitos.

P: Uhum

H1: Os lugares, rios, córregos, todo tipo de espécies de plantas, animais, fruta nativa, então tudo isso, e a terra a princípio, onde há esse tipo de recursos naturais, ou seja, floresta que oferece, o campo que oferece fruta de campo, é onde os guaranis permanecem, ou seja, eles permaneceram por milhões de anos. Nunca saíram desses territórios por conta da existência desse recurso que oferece a vida, toda caça, pesca, rios, córregos, mina boa, água boa. Então esses são os lugares onde permaneceram os guaranis, os indígenas da região, de onde nunca têm saído. Só (inint) [00:07:06] sempre faziam aqueles ciclos de moradia, morava aqui por um tempo, daqui a pouco mora ali, mas faz aquele uso cíclico. Por isso que as terras, ele não quer outra terra, não vai gostar de outra terra onde é montanhosa, que não faz parte da vida guarani, onde é muita areia, enfim, é onde há mais outros tipos de meio ambiente. Então ele permanece na região. Então até do ponto de vista tanto dos guaranis hoje, quanto do ponto de vista do que produz monocultura, condiz. Porque os guarani já sabiam que aquela terra é boa porque há vários tipos de recursos que oferecem para vida, para a manutenção de várias famílias ali, porque o próprio... existe esse recurso. E enfim, e por outro lado, por exemplo, agronomia, o pessoal da agronomia, pessoas que lidam com os agronegócios hoje, também avalia de moto muito igual: essa terra é muito boa, terra cara, não existe em outro lugar das regiões do Brasil, porque só existe ali. Então acaba ficando tipo como onde se pode enriquecer de modo muito rápido. Porque a princípio quando entraram, tinha muitos lugares que eram florestas. No final de 50-60s, Os que chegaram só se deparavam com a floresta e campo. Floresta, campo e rios e todo tipo de espécie de plantas que podem gerar lucro. Então isso é do ponto de vista de quem trabalha, já percebia rapidamente. Então todo mundo foi primeiro lidar com erva-mate depois da guerra do Paraguai. Então, a região oferece esse tipo de recurso a partir da terra, terra boa. Então a princípio, quando acabou a guerra, a primeira coisa que veio na cabeça desses que

pensam em lucrar ou tirar muito proveito dali, e ganhar dinheiro, enfim negociar, era erva-mate. Que erva-mate é riquíssima dali, ou seja, são dali da região do sul do Mato Grosso do Sul.

P: Ah, tá. Já tinha ali. A erva-mate (é da região) [00:09:33]?

H1: Erva-mate é nativa. Então a primeira coisa foi a extração disso aí que atraiu muitos interessados em pegar essa erva-mate que gerava muito lucro, descobria que aquilo lá podia gerar muita riqueza, para determinadas empresas. Então a primeira coisa foi a extração da erva-mate porque a terra é boa, oferecia erva-mate. Aí foi extração por quase um século, desde o final dos anos 1800, quando acabou a guerra do Paraguai e começou a extração da erva. Que demorou mais ou menos 80 anos gerando essa mão de obra, onde também os indígenas foram utilizados como mão de obra, não só indígenas, outro não-indígenas da região e de outros lugares. Então isso começou assim, a retirar recursos dali mesmo para quem administra, principalmente o governo e os seus parceiros, ou seja, seus aliados nessas... então foi a erva-mate. Depois quando acabou a erva mate, foi a madeira, porque ali também tinha muita madeira de várias espécies, floresta. Aí foi lidando com a extração da madeira. A floresta foi outra forma também, quem chegou lá sem nada, começou a adquirir seu recurso, a sua forma de vida, porque estavam vendendo dali. Quem lidou com a erva, quem administrou quem dominou a área, com certeza venderam muitos, conseguiram muito lucro, muito dinheiro. Enquanto a madeira também. Então, todo... e quem chegava sem nada, daqui a pouco vendendo madeira já se deu bem, ganhou. Enfim, demorou também mais ou menos de 30 a 40 anos essa extração de madeira. Na época tinha muita serraria ali, a serraria. Em todo onde hoje é município é por conta da serraria. Porque tinha muita madeira, extração de madeira retirando dali da região. Então o negócio era madeira quando acabou a erva. Então onde hoje é município, só que é onde se concentravam as serrarias. Serraria ali, para lá, cada... hoje não tem mais, porque acabou a madeira. Então por conta da terra também, porque a terra, onde a floresta é boa, há muita madeira é porque a terra é boa. E quando acabou a madeira veio a destruição da floresta assim, a roçada, que chamava de pegar para a criação de gado. Isso já é final de 60-70 já, começou a derrubada da floresta no lugar onde já foi extraída a madeira, só tem outro tipo de madeira que não servia mais para a venda. E começou esse negócio de criação de gado. Aí começou a derrubada onde também os indígenas foram utilizados como mão de obra.

P: É, só quero perguntar assim, em todo esse processo, por exemplo, na plantação, na extração do mate, por exemplo, a companhia, mate laranjeira, depois esse processo, por exemplo, das madeireiras e depois o agronegócio. A mão de obra indígena, ela foi absorvida? Ela foi utilizada? De que jeito que ela foi utilizada?

H1: Sempre foi desenvolvida porque se encontra lá. Então durante esse tempo da extração da erva-mate, da extração da madeira, ainda o indígena permanecia no lugar onde estava. Porque ele precisava utilizar como mão de obra, então não expulsava, não retirava dali, deixava ali mesmo. Porque o indígena se envolvia também porque aí chegava muitos tipos de material, roupa, panela, machado, facão. Então começaram a chegar ao local comida diferente, e indígena também estavam ali já. Também fazia parte desses trabalhos também. Ele era utilizado como mão de obra, trocando, fazendo... não pagava, tem muito que falava que pagava, outro pagava com troca, fornecia as roupas ou facão, aí sim, fazia troca de mão de obra. Oferecia mão de obra e alguns recebiam dinheiro ou não, porque era tudo ali dominando já. Só que no final de 40 quando começou a acabar madeira, quando o corte de floresta, a criação de gado, que depois quando chegou o gado é que é o problema. Já é final de 40-50 mais ou menos, em toda a região que já não tem mais madeira. E derrubaram toda floresta e plantaram colonhão, que é a

pastagem, colônão, brizantão. Só que nesse processo quando chegou, porque quando toda derrubada, plantaram colônão, o próprio indígena plantava, ou seja, mão de obra para plantio de colônão. Quando cresceu o colônão, a criação de gado, chegaram o gado. Esse é um momento que foi muito... expulsões aconteceram porque o gado não exigia mais, ou seja, a presença do gado incomodava, e já começou assim a incomodar ou gerar problema com o indígena porque o gado vivia disperso ali na pastagem. E o indígena morava por ali também. Então esse foi um relato muito que... relataram que com a chegada de centenas de gado foi um dos problemas para o indígena, porque aí tinha a roça dele, e pisoteava a roça. E o gado se espalhava pela região. Aí, acontecia reclamação, o gado era bravo, outro era mais... Então começou esse problema de saída. E naquele momento muitas famílias foram retiradas para a reserva, porque o próprio fazendeiro falava, “Que a gente não precisa mais de mão de obra de você, então você tem que ir para a reserva”. Falava, “Aqui não é mais terra de vocês, aqui é minha terra, aqui eu comprei, aqui é a minha fazenda, você tem que se retirar da área”. Isso já é final de 70, quando começou de muitos resistindo já, quando aconteceu isso aí. Aí é o princípio de... ou seja, originou esse conflito. Porque muitas famílias não foram, não saíram, começaram o confronto, mas muitos por isso morreram, massacrados, expulsos. Enfim muitas coisas aconteceram nesse confronto porque o fazendeiro queria que ele saísse dali e fosse para a reserva. Muitos foram para a reserva, mas a reserva tem outra situação e vão retornar lá. Aí não era mais permitido, aí vai para lá, vai para cá, dispersa ali. Isso já é final de 70 quando chegou o gado. E na sequência no final de 70 e 80 também a soja. Plantação de soja. E depois cana de açúcar também chegou, já é final de 80-90, também foi utilizado como mão de obra. Então os indígenas começaram a trabalhar no corte de cana, plantio de cana, para as usinas de álcool e de açúcar também. Isso já é parte final de 80-90, ao longo de 90, foram muitos indígenas ao corte de cana, ficando na usina. Isso já é da reserva, mas muitas famílias não foram. Então essas muitas famílias retornaram à terra, mas já começou o conflito. Os fazendeiros falaram que não era mais a terra deles. Não podia mais permanecer naquele lugar, então essa é a história da reocupação da terra e conflito.

P: Já que você entrou nessa discussão da tensão, que eu levantei sobre o conflito da terra e você já começa a fazer um relato bacana, histórico, eu queria que você falasse um pouco dessa luta mais atual que é chamada “A Retomada”.

H1: Essa volta mesmo que eu já falei, né? Que quando expulsaram, eles foram para a reserva, e na reserva, eles não conseguiram se adaptar à reserva, porque a reserva tem outro tipo de regra, outro tipo de vida administrada por um chefe do governo, da FUNAI. E muitas famílias não conseguiram se adaptar à regra, saíram e voltaram para a sua área. Então essa volta que é a “A Retomada” que é recentemente, mas eu chamo de “Volta”, de “retorno à terra”. Que “Retomada” é um termo... mas dá para entender também que é uma pessoa que está voltando, retomando suas...

P: Aquilo que é de direito.

H1: É, seu lugar. É, seu lugar. Mas é o retorno da família expulsa dali mesmo. Quando voltaram já se encontraram com o fazendeiro que falava já bravo com ele, falava com ele assim, “aqui você não fica mais, que não volta mais”, e começou o conflito. E começou essa articulação para demandar terra, para demarcar. Então essa é a origem da (Itaguaçu) que chama “encontro grande das pessoas expulsas”. Ou seja, famílias expulsas da terra se encontrando, debatendo o que fazer, como recuperar essa terra porque era terra dele. Então isso começou no final de 70, depois já dessas expulsões, de para lá e para cá. Porque não aconteceu só em determinado lugar,

em toda a região começou a acontecer isso, porque a família inteira estava... esse aqui é local indicado para ele, tanto pelo governo, é a reserva. O fazendeiro falava “você é da reserva, tem que ir para a reserva, aqui você não tem que morar mais.”, “Mas a gente vai voltar a morar aqui”, “Não, não vai não”. Então, tudo nesse conflito, nesses... começou a demanda de demarcação, que precisa regularizar. Por exemplo, tem um em Paraguaçu que foi a primeira área, por sete vezes expulsos, por sete vezes retornaram. E outro lugar, Jaguapiré, três vezes expulsos e três vezes voltaram. Já no quarto o que é que aconteceu? A FUNAI começou a criar o estudo de identificação se é terra indígena ou não. Aí começa essa briga de litígio, vai para tribunal, vai para a judicialização. Que demora cada área demora 15-20 anos para começar a ser regularizada. Então esse é o processo da terra.

P: Agora você comentou aí a FUNAI. O papel da FUNAI nesse... você fez um breve histórico, você me falou do SPI, você comentou o período dos anos 20. Por exemplo, qual é a atuação da FUNAI? Ela tem tido uma atuação importante em defesa, ou ela na verdade de modo geral se colocava como mediadora desses conflitos? Ela assumia um lado nesse contexto, ela ajudava a estar resolvendo a questão da terra? Ou ela de um modo geral tentava, eu digo, pacificar os índios e aceitarem a figura do grande proprietário rural e fazer com que... porque a iniciativa das construções das reservas foi do governo e a FUNAI participava. Isso.

H1: É, o objetivo, o trabalho era ela assegurar indígena na reserva. Na época isso é muito claro, porque a FUNAI tem hoje fazendo a leitura dessa história toda, a atuação na região, que era só trabalhava para que ele segurasse o indígena na reserva. Não é só a FUNAI, mas é uma rede de articulação com a igreja e escola e toda a assistência assim na época, era justamente para segurar quem viesse a se assentar na reserva. Então assim, a FUNAI nunca foi para proteger a terra tradicional, mas da reserva, ou seja, garantir que o indígena ficasse, se fixasse permanentemente na reserva e deixasse a sua terra tradicional, porque ele fava que a terra já é terra do fazendeiro, ou seja, a terra não é mais indígena. Só que de tanta insistência, em algum momento a FUNAI tomou essa posição, acho que forçada para regularizar. Que na época a FUNAI não regularizava terras, a FUNAI assumiu no lugar da SPI em 68.

Então desde 68 até final de 80 não regularizava terra mesmo. O que é que ele fazia? Só tentava segurar indígena na reserva, uma política também de pacificação, falava que precisava trazer indígena para a reserva, criar ali modelos, ficar um perto do outro, tipo formato de uma vila, cada um morando perto do outro, criar outro tipo de liderança para ele. Então a FUNAI, quando assumiu de 68, a ditadura ainda, passou e estar a serviço da ditadura porque precisava trabalhar com militares para a princípio era levar indígena de onde fazendeiro se queixava do indígena, ou seja, de onde não queria mais que ficasse indígena lá. “Ah, tem um índio aqui que não está querendo sair. Leva para a reserva”. Então a FUNAI, o trabalho da FUNAI era ir lá para convencer o indígena para ir. A FUNAI chega “não, o fazendeiro aqui não quer mais que você fique aqui, vai ter que ir embora, vai para a reserva. Senão, o fazendeiro pode atacar você e a gente não pode fazer nada”. Então o trabalho era esse tipo de convencimento, tentava convencer a comunidade sair dali para que fosse se assentar na reserva. Então, não era o papel dele de conservar ali: Deixar o indígena onde está. A FUNAI era como pai dos índios, porque indígena na época juridicamente não podia fazer quase nada, porque por direito o indígena não tinha direito de reclamar a outro órgão, a recorrer, enfim, ele era tutelado. Só quem podia falar por ele era a FUNAI. Então até que assumiram em 1968 até 80 o Mato Grosso do Sul, a FUNAI tentou só levar os Guarani Kaiowá para a reserva, segurar lá. E o guarani, por um lado insistindo que não quer ficar lá. Final de 80 que começou a FUNAI no Mato Grosso do Sul a criar essa identificação por força, por conta da insistência do indígena, da resistência, vai e volta, mata

ali, volta de novo, conflito entre eles. E aí a FUNAI tentou assim, para mim ele sempre tentou retirar da terra tradicional, esse era o papel mais... dele naquela época. Hoje é uma pressão. É o indígena que faz mudar um pouco essa forma de atuar da FUNAI porque a FUNAI não está assim para defender indígena, como se fala que a FUNAI é defensor, mas ele foi o tutor, mas estava a serviço de... dominado também por fazendeiros da região que pedia para ela “FUNAI, vem aqui tirar esses índios porque estão aqui”. Enfim... e como falo, é o pai, o pai. A FUNAI na época era o pai dos índios até 88. Juridicamente o indígena não podia recorrer, não podia fazer nada. Depois de 88 que mudou, que juridicamente o indígena pode recorrer, pode reclamar, pode aí entra o Ministério Público Federal também como um dos órgãos, que defende o direito. Então para mim, a FUNAI até naquela época, final de 80 ainda estava a serviço dos... da retirada dos índios das suas terras tradicionais para levar para a reserva e segurar na reserva. Então, aí cria a figura do capitão que era bem-criado, militar, capitão indígena, polícia indígena, sargento indígena, na reserva. Aonde era submetida toda a família, toda vez que eles levavam as famílias, a comunidade inteira para a reserva “ó, aqui você está sob o comando do capitão. Quem manda aqui é o capitão. Você não manda mais nada”. Mas só que em outra área tinha as lideranças dele, não é? Tinha a liderança tradicional, tinha seus rezadores e seus pajés enfim. Só que quando chega, se assenta na reserva, ele perde tudo, ou seja, é ignorada. E a FUNAI também trabalhava para que ele falasse: “aqui tem um só capitão”. Ou seja, quem mandava lá era um chefe da reserva, chamava a chefe da FUNAI”, tinha diretor da FUNAI, o capitão indígena que trabalhava ia junto para assegurar o indígena na reserva, não é? Então nesse sentido o papel da FUNAI não era para segurar indígenas na sua terra tradicional, mas diante da insistência “retira indígena”, a própria FUNAI vai lá e “você tem que sair”, tenta convencer “Olha, não falei para você que se você não saísse ia ser atacada, ia ser massacrada, ia ser queimadas as suas casas?. Agora vocês não foram para a reserva, não saíram, o que é que aconteceu?”, então, tentavam justificar que eles já tinham avisado que se eles não fossem ia atacar, ser atacado mesmo, o grupo. Então tudo isso aconteceu. Mas quando aconteceu toda a resistência, insistência, vai e volta, não vai ficar na reserva, sai da reserva, vai para outra reserva, sai de lá de novo, volta. De qualquer modo quer voltar para aquela área, então nesse momento a FUNAI, por conta dessa situação dessa demanda, a FUNAI mudou quando criou a identificação de terras. Também teve ao longo do período já existiu muito movimento que apoia. Que muitas coisas repercutiam também. Uma retirada de indígena, matança de uma família ali, também repercutia e a FUNAI, assim, se passou a mudar em parte as suas formas de lidar com o indígena. Por exemplo, a demarcação que não era o papel da SPI, por exemplo, ele demarcou, falou que demarcou oito reservas até 1928 e parou. Nunca mais nenhuma área foi mais demarcada. Ou seja, nenhuma área mais, reserva assim, é regularizada desde 1928. 30 passou, 40 passou, 50-60-70-80... 50 anos passados, a SPI não demarcou mais nenhuma reserva. Então, qual era a política dele? Então era retirar de 1915 até 1928 criada a reserva, resta o trabalho do indianismo da política indianista que a SPI era trazer indígena ali. Trazer de todos os lugares e concentrar ali. 50 anos passados, os indígenas conseguiram e há vários documentos quando o relatório do... esse Relatório Figueiredo aparece muito esse tipo de prova, relatos. Porque um relatório, eu vi lá uma página desse relatório, palavra de funcionários mais assim, comprometidos, ganhava pontos quem segurava mais indígenas, ou seja, quem trazia mais, quem convencia mais indígenas para sair de suas terras para a reserva era bom funcionário, era mais tipo herói “ah, você conseguiu trazer esse indígena e seguiu na reserva. Então, vai ser ponto para você”. Tudo isso acontecia, então o que é que aconteceu assim? Se as reservas criadas, oito reservas, sete até 1928, depois passou 30-40-60, mais nenhuma reserva criada, e o que é que então o SPI fazia durante esse tempo todo? Era convencer indígena para ir para a reserva ou retirá-la, ninguém tem... não tem mais reserva no sul do Mato Grosso do Sul. Só voltou quando indígena não queria sair de 1985, Guarani Kaiowá do (Piraquá). É a última que tentavam retirar. Já não era mais SPI, era FUNAI, mas funcionária era também era...

P: Do SPI?

H1: ... Do SPI, era funcionário antigo do SPI tentando convencer com militar o indígena a sair de (Piraquá). E retirada de Jaguapiré que era a minha aldeia hoje. Era, na época eu era muito criança, mas meu pai, minha família foi retirada, aí tentaram convencer a sair de (Piraquá). E em (Piraquá), resistiram e não saíram. Então era (Piraquá) que foi tipo decisiva para convencer a FUNAI para criar o grupo de identificação de terras (Piraquá), porque (Piraquá) não queria sair, tentaram, foram para a briga, para a guerra, se juntaram mais de mil guerreiros guarani em (Piraquá) para confrontar os militares, era uma guerra mesmo, porque aí era militar para um lado com seus soldados e outro lado os guarani enfrentando, falando que não vai sair da terra. Então isso foi em 85, no final da ditadura já. Então, tudo isso, aí a partir daí, o que é que... quando o indígena não... vê que se percebe, se percebia claramente que indígena não vai sair mesmo, então tem que identificar a área se realmente a terra é indígena. Aí começou esse... essa ideia, esse tipo projeto, esse plano que quem vai provar que se a terra é indígena? Aí é nesse momento que aparecem antropólogos como um dos... não é só antropólogo, um conjunto de profissionais da universidade que deveriam identificar se a terra era indígena. Aí entram os antropólogos, entram arqueólogos, historiadores, entram ambientalistas. Então começou a aparecer na história esse GT, o grupo de trabalho. Lá no Mato Grosso do Sul por conta da resistência de (Piraquá). Ou seja, o próprio indígena fez com que surgisse esse...

(...) ((interrupção)) [00:32:19] a [00:32:28]

H1: Então esse foi um dos que fez com que criasse o GT pela primeira vez no sul do Mato Grosso do Sul. Eu não tenho conhecimento de outro lugar se já tinha criado em outra região do... com certeza já tem uma experiência em outro lugar, mas no Mato Grosso do Sul foi criado pela primeira vez em 85 quando (Piraquá) resistiu, quando foi para o confronto. Então a partir daí apareceu essa história de GT para identificação de terras e assim apareceu Jaguapiré, Paraguaçu e até hoje.

P: Certo. Você falando dessa parte desse período que pega de resistência ligado à ditadura militar, eu queria ver se você pudesse estar relatando algumas coisas a mais, se você puder estar lembrando tudo. Seus antepassados, já relataram como era a vida de seu povo durante a ditadura militar? Se você tem 43 anos agora, muito criança, mas assim, você tem relatos de... durante a ditadura militar, você relata muito a questão da reserva. Que mais que a gente pode estar percebendo assim? Havia perseguição? Havia criminalização dos povos indígenas nesse contexto?

H1: É como já falei, eram expulsões. Era militar que ia lá e se juntava para expulsar. Tem muita história disso aí, militar é ligado à FUNAI queria expulsar indígena das suas terras. E na reserva era essa experiência da figura do capitão. A introdução dessa figura de poder na reserva, que é o capitão, a polícia indígena, que são extremamente agressivos, que é orientado por um militar. Fala capitão, polícia indígena armada, todo esse relato vem, ou seja, foi originado pela ditadura militar essa violência interna, prender outro indígena, torturar outro indígena. Enfim, o capitão tem que mandar em todo mundo na reserva, a polícia indígena tem que prender, tem punir, tem todas essas consequências desse sistema da ditadura.

P: Mas, por exemplo, quando termina a ditadura militar, essa estrutura que você está falando aí, essa prática toda implementada, ela deixa de existir?

P: Ou ela permanece?

H1: Não, porque reserva sempre foi... ou seja, reserva é resultado desse trabalho do sistema militar. Até hoje, numa reserva todos que cresceram na reserva tem na cabeça que na reserva tem que ter capitão, tem que ter polícia indígena. Então continua, mas na área recuperada, na área que luta pela terra, é outro tipo de organização tradicional. Então na reserva ficou até hoje ainda essa experiência da ditadura militar: que tem que ter capitão, tem que ter polícia, índio tem que ser preso, índio tem que sei lá... bem diferente na área onde luta pela terra. Ali não tem capitão assim, não se chama de capitão. Chama de representante, líderes ou rezadores.

P: E a relação que ele tem, essas lideranças...

H1: É.

P: ... Que você falou, do rezador, do pajé, é muito diferente da postura que tinha esse capitão.

H1: Tem, tem outra forma.

P: Então, não é só o nome que você diz.

H1: É outro tipo, é uma figura, porque a comunidade sempre vivia em torno dos parentes, grupo de parentesco que vivia conjuntamente família extensa, (inint) [00:36:09] a partir de um casamento de outra família. Então, se agregando, cria uma comunidade grande. Então é uma família grande, mas tudo era conhecido entre elas. Então, quem mandava nesse tradicionalmente era a pessoa mais idosa, a pessoa que tem pais prestígio lá dentro, um rezador, ele que comandava a organização social familiar ali. Mas na reserva não tem isso aí, tem capitão. Capitão. Poder a partir da ditadura, “capitão é capitão”. Anda armado, tem que reprimir, tem que punir a partir de tantos, o que é que deve ser, como que deve ser o comportamento internamente, mas tudo pensado pelo sistema militar. “Ah, índio não pode beber, índio não pode fazer isso, índio não pode participar disso aí, não pode fazer ritual, não pode fazer reza, tem que seguir o ritual da igreja evangélica”... toda essa história toda. Então é bem diferente. Então isso mesmo, muitas famílias não se conformaram com essas modalidades de vida dentro da reserva e saíram dali e foram buscar a sua terra de novo. Porque era complicado ali na reserva. Só que na área recuperada já é diferente.

P: Então, você falando aí, o que é que eu queria entender assim? Se você pudesse destacar mais, parece que por exemplo, quando se fala de grandes problemas envolvendo as comunidades indígenas, por exemplo, a questão da violência, o uso de bebidas alcoólicas, ou por exemplo, um caso que já apareceu diversas vezes nos jornais e tal, por exemplo, o número elevado de suicídios, por exemplo, esses problemas, eles são próprios do caso de quem vive na reserva, ou atinge os índios que estão fora da reserva? Assim, nas suas aldeias ocupando...

H1: É mais da reserva, porque reserva é um acúmulo de pessoas. Então, como ali todo mundo acumulado no mesmo espaço. Tem uma regra rígida, um regulamento da reserva. E onde a punição é rigorosa. Porque tudo isso gera esse tipo de situação. O indígena muitas vezes não tem espaço para trabalhar, e próxima, porque a reserva fica próxima à cidade, toda reserva fica à margem da estrada e próximo à cidade, porque a ideia era integração, integrar o indígena à

sociedade. Civilizar. Então, para isso ele vai ter que viver de modo muito igual da cidade. Então assim, perto da cidade hoje, Dourados é periferia da Grande Dourados, a cidade. E é onde o pobre, o não-indígena pobre, o que ele vive o indígena também vive. Bebe, tem droga lá dentro, porque todos são interligados ali com os pobres hoje em dia, são entendido como pobre e não como indígena. Então, toda vida de um pobre, por exemplo, é entendido como um... como um pobre, mas quem pode defender, tirar ele dessa pobreza seria o governo, seria a pessoa externa, não eles próprios tendo uma terra para ele se virar para viver. Então, a reserva que gera esse tipo de situação, pelo suicídio. O suicídio é o desespero da pessoa que está nessa situação que acaba cometendo suicídio. E não acontecia antes. Ou seja, não acontece na área recuperada, na área em litígio. É só na área da reserva porque aí tem tensões, disputa de qualquer coisa, os espaços com vizinhos, você não consegue viver bem lá como indígena. Então fica todo sufocado ali.

P: Você, por exemplo, o que é que você poderia estar observando dentro desse processo histórico? Por exemplo, encerra a ditadura militar aí depois você tem o início da redemocratização, aí você tem a Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição é promulgada, por exemplo, com a Constituição, as coisas melhoraram para os povos indígenas? A Constituição, ela é um elemento importante, assim? Que direitos foram conquistados após a Constituição? Ou você acha que não teve alteração nenhuma?

H1: Não, a Constituição, sim, mudou juridicamente porque o indígena pode recorrer. Pode recorrer à Justiça, pode, ele mesmo falar por ele, sua organização é reconhecida. Então mudou. Mudou, sim. Não é mais tutelado, eles são cidadãos, ele pode responder por ele mesmo. Ele pode demandar, ele pode recorrer à justiça, pode... por isso até, por exemplo, é um dos principais, que só a partir de 88 pode demandar, ele mesmo entrar com seus advogados, enfim, se a FUNAI não quiser, o indígena pode. Então, e aí entra o Ministério Público também, não é? Só com a Constituição de 88 que aparece o Ministério Público como obrigado a defender indígena, ou seja, ser advogado do indígena. Então aí também mudou muitas coisas. Mas só que aí a Constituição tinha falado que precisava demarcar todas as terras indígenas em cinco anos que não foi cumprido até hoje, passados já 27 anos, não foi cumprida ainda. Mas de qualquer forma a Constituição Federal reconhece indígena não mais como um tutelado, ela reconhece como com cidadão, como pessoa originária da terra, e demarcação de terras também é importante, que garantiu nos seus artigos para que a terra fosse reconhecida como terra indígena. Não inventada, mas reconhecer. Reconhecer, demarcar, regularizar e proteger pelo estado, pela união, pelo governo federal. E também não acontece porque são muito pouco tempo, eu acho ainda, menos de 30 anos. E... só que depois dessa Constituição muitos direitos assim, foram sim, efetuados em toda área, na educação escolar indígena, saúde indígena, então muitas coisas passaram a ser diferentes. A forma de atender, aí a FUNAI foi perdendo as suas formas de ser tutor, como órgão-tutor dos indígenas também acaba perdendo e hoje se declara que não é mais tutor indígena, mas tipo promotor, tipo que tenta aplicar o direito indígena conforme a demanda indígena. Mas ainda não há, e dependendo de prática, muitas coisas ainda se reproduzem e muito indígena ainda... viveram assim, séculos, não é? Então ele acaba, ainda está na cabeça que ele é sim, é tutelado ainda, e outros, muitos ainda acham não é mais tutelado. Então... mas de qualquer forma a Constituição muda sim. Muda. É importante sim, porque juridicamente indígena não é mais como criança, passa a ser responsável pelo seu ato, pelos seus comportamentos. E o direito que ele tem também, busca ser, busca ser assim, aplicado. Busca, ou seja, ele tenta demandar para que seja efetuado esse direito que ele tem na Constituição.

P: Deixa eu lhe perguntar, você acredita, por exemplo, quando a gente pensa a chegada do colonizador, do europeu no continente americano, no que vai ser o Brasil, você tem como um jeito de ser e fazer o colonizador com relação aos povos indígenas. Você acredita, por exemplo, que essa prática colonizadora, por exemplo, do homem branco, ela na verdade, ela desapareceu? Ela não existe mais? Ou você identifica que existem elementos dessa prática colonizadora ainda na atualidade? Da figura do homem branco, das suas instituições com relação aos povos indígenas?

H1: É muitas. Porque como eu já falei, a Constituição de 88 tem menos de 30 anos. Então todas as práticas que já vinham sendo feitas pelos agentes colonizadores tenta se reproduzir, sim. Ele tenta também resistir, que indígena tem que ser realmente diluído na minha sociedade, isso ainda continua. “Ah, índio tem que acabar, índio não precisa de terra, índio tem que ser realmente atacado como fosse animal mesmo, não é humano” todo esse pensamento permanece ainda na cabeça que... da maioria do brasileiro, porque assim aprenderam, assim está no livro, assim está na mídia, assim está no cinema, em toda parte. Então há essa reprodução desse pensamento sobre indígena. Mas tem pouquíssimas pessoas que já pensam que indígena já não é aquela imagem-estereotipa que indígena é indígena, ele é apenas diferentes que eles são originários daqui e outros não são daqui. Esse diferenciador que outro vem de outro lugar e o outro já estava aqui. Então, mas tem muitos que acham que não, indígenas são na beira... à beira animal, ou seja, irracional, seres que não pensam, seres que não. Mas de qualquer forma, existe ainda esse pensamento muito forte na área de educação, por exemplo, a forma de apresentar indígena no livro didático, a forma de... então ainda há uma reprodução de que indígena tem que ser, se comportar de muito... indígena não pode chegar a um patamar mais... ou seja, ele tem que... a princípio tem que ser mais... somente se tornar pobre, brasileiro pobre ou seja, se diluir (ao ambiente pobre) [00:46:53]. Ou seja, integrar indígena, transformar eles a ser um brasileiro pobre, mas ele não pode se transformar na elite brasileira. Isso não pode, mas ele pode ser um brasileiro dos pobres, da favela, meio parecido da favela, meio parecido da... esse pode. O trabalhador, mas não pode chegar ao nível que o outro, a classe, por exemplo, a classe média alta nesse nível, ele não pode se transformar. Então isso está na cabeça ainda de brasileiro, a meu ver isso é muito forte, então o indígena apenas tem que se transformar. Quando deixar de ser índio, ele tem que ser pobre. Ou seja, se incluir na classe pobre, ou seja, de trabalhador, ou seja, de explorado. Só até aí é que ele pode chegar. Então quando se fala “não, índio tem que deixar de ser índio, índio tem que ser civilizado”, mas que tipo de civilizado? Que tipo de... de quando deixa de ser índio, quando não tem mais terra para ele viver como indígena nas suas terras? Simplesmente vai ser pobre trabalhador, explorado e enfim, só até aí ele pode chegar. Então esse pensamento ainda é muito forte. Então não tem esse pensamento “índio tem que deixar de ser índio, mas ele tem que se transformar em elite, ou seja, ele tem que ser classe, passar de um degrau para o outro, isso não tem, isso ninguém pensa. Aí fala “ah, você tem que índio, mas você tem que trabalhar”. Vai, mas trabalhar no sentido de explorar ele, a mão de obra dele. Mas índio, ele trabalha, tem a sua forma de trabalhar. Ele tendo suas terras, ele nunca vai passar fome, não vai trabalhar mais de 3-4 horas por dia porque não há necessidade para ele viver, trabalhar mais do que isso. Então, mas só que o empresário que explora mão de obra dos pobres, o cara tem que trabalhar 10 horas, 8 horas, isso é obrigatório. Mas ele teria esse (inint) [00:48:55], não é? Ele chama de trabalho. Tudo isso é um problema, não é?

(...) ((interrupção)) [00:49:09] a [00:49:15]

P: Duas perguntas assim, a primeira seria, a gente, por exemplo... existe um conceito trabalhado por um filósofo italiano, Giorgio Agamben que ele trabalha com a

possibilidade mesmo em regimes constitucionais, existe um modus operandi, uma forma, uma prática de um estado de exceção. Ele trabalha contextos de países da Europa. Eu queria saber de você assim, você acredita, você identifica que a situação dos índios no Brasil, em especial os Guarani Kaiowá, eles estariam vivendo num contexto de um estado de exceção? Por exemplo, durante a ditadura militar no documento da Comissão Nacional da Verdade, ela relata, por exemplo, no caso dos povos indígenas assim, vistos como inimigo interno em determinado momento da ditadura militar. Você percebe que isso é uma constante no Brasil, se você vê o índio sendo uma ameaça? Você vê ele na verdade vivenciando essa experiência de um estado de exceção, de ser perseguido, de não ter direitos, não ser respeitado? Como é que você vê isso?

H1: É, eu acho que na fronteira onde aconteceu a guerra Brasil-Paraguai, no caso os Guarani Kaiowá, isso tem esse discurso sim, esse tipo de fala que os guarani não seriam... ((silêncio)) não seriam... não seria brasileiro porque eles foram paraguaios que foram adversários na guerra do Paraguai. Então porque hoje, onde há esse conflito pela terra dos guarani, os fazendeiros são até o final de 1800, ainda eram do Paraguai. Então os guarani se encontravam no país Paraguai, o povo guarani indígena. Só que depois da guerra do Paraguai, 1800, depois de 1880, essa terra, esse espaço passou a pertencer ao brasileiro. Então nesse contexto até hoje os guarani muitas vezes é taxado de paraguaios. “Ah, são paraguaios, estão ameaçando a nossa fronteira nacional, tem que despejar ele e mandar para o Paraguai, porque são paraguaios”. Aí eles falam por causa da língua, que a fala antes língua guarani”... então tudo isso leva, ele gera esse pensamento como força inimiga do país, como se fosse aí, a mídia também realmente o guarani está tentando criar um país no meio de um país porque ele queria muita terra. Então há partindo para essa linha. Então por isso que há tensão, acho, menos para resolver esse problema de demarcação de terra por exemplo. E deixando o indígena numa situação extremamente complicada, não é? “Ah, deixa morrer, são índios mesmo. Índio tem que matar”. Não sei, tem esse... esse... é visto como se fosse inimigo do país. Mas hoje nesse contexto, o país já está, o pós-guerra já passou, cem anos, mais de cem anos, e o indígena a meu ver não aparece como inimigo do Estado, porque são acusados de que indígena vai dificultar todos... toda a produção se demarcar terra para o guarani, vai gerar muitos impactos, assim. Vai... vai barrar a produção de soja, de milho, de cana de açúcar, vai paralisar todo tipo de empresa. É visto assim, mas na verdade não é. A gente tem experiência em Mato Grosso, bem do lado aí, são mais de 2 milhões de hectares de terras demarcadas que não dificulta nenhum tipo de vida de outro tipo de atividade. Mato Grosso, que era Mato Grosso, hoje é Mato Grosso do Sul. Ali tem mais de 2 milhões de terra demarcada, regularizada e não, não dificulta outro tipo de atividade a quem produz em outros tipos de... de nível. Então. Mas de qualquer forma, ele acaba, o guarani hoje é entendido como se fosse realmente como inimigo dessa produção principalmente, porque “ah, índio vai atrapalhar a produção ali, índio invade, dificulta a produção de soja, colheita”, enfim. “Não tem como expandir a produção de cana, porque os índios estão aí” é como se fossem um obstáculo, como fosse um problema, como se fosse enfim, esse... existe sim essa discussão de que indígena por um lado... é inimigo, mas isso mais internamente. Mas para fora é bem diferente. Discurso na ONU o governo fala “ah, a gente cuida bem dos índios, regulariza a terra deles, está bem protegido no meio ambiente”, é outro discurso, mas internamente fala que os índios que dificulta todas as políticas do estado. Por exemplo, na área fala que a terra indígena está em processo de demarcação, está em identificação ainda, mas o governo financia plantação de cana ali, o próprio governo. Então, o que isso significa? Que dificulta a vida dos guaranis. Que não deveria mais, tem muita área que já é regularizada, já tem processo avançado de demarcação, mas o governo acaba financiando plantação de cana lá. Então quer dizer, é como se fosse o próprio estado também está contrariando.

P: Dificultando, não é?

H1: Dificultando a vivência dele. Aí, toda outra política aparece sim, não é? Então nesse sentido eu acho que por um lado ele acaba sim, visto como inimigo que deve padecer, que deve sofrer mesmo, deve assim, deve ser bem... atendido ou não. Então, isso eu vi muito no sul, esse tipo da mídia, (inint) [00:55:31] invasores, índios invadem, são invasores. São perigosos, são agressivos, são... aí cria aquela criminalização e ódio contra os povos, a mídia por exemplo, cria. Até o próprio discurso de algum político cria isso. Cria ódio para... “ah, esses índios não fazem nada. Esses índios têm que morrer, esses índios”... enfim, aí ele acaba fazendo um discurso no sentido de tipo declarar genocídio, porque aí muitas pessoas já ficam ouvindo isso, “índio não presta, índio dificulta grande agronegócio, projeto de agronegócio, o índio dificulta. Esses índios que são problemáticos, é índio que cria esse problema”. Então ele tem, isso gera aquela discriminação e aquele preconceito acaba aumentando, a mídia falar isso na rádio, em televisão local falando “os índios, está vendo que índio...”, tudo isso gera esse problema sim. Nesse sentido eu acho que dá para ver como é que o estado demora a demarcação de terra, demora século. Ninguém sabe por qual razão, por que é que ele não... porque a gente sabe que ali, regularizando terras, no último tempo, por exemplo, quando não quer mais vender, tem pessoa que compra na Europa, não quer mais comprar do Mato Grosso do Sul, que o indígena foi lá denunciar que o... então, isso acaba tirando que o “ah, o indígena, o problema é indígena”. A gente sempre fala para ele “mas se resolvesse essa questão de demarcação, claro que...

P: Não seria mais problema.

H1: Não teria mais esse tipo de discurso, porque... tenta regularizar o mais rápido possível, que tem todo o processo. Regulariza a terra e resolve, não tem mais o que discurso de que o Ministério Público acaba trabalhando nessa linha de falar que essa terra é indígena. Essa terra é indígena, essa terra é indígena não pode mais financiar aqui. Muitas vezes a justiça...

P: Tem feito isso.

H1: Tem feito, tem dado ordem para não financiar mais. Nesse momento foi em cima dos indígenas, os guaranis. “Ah, esses guaranis que dificultam”.

P: Agora, quando você observa sobre os atuais, os últimos governos. Eu estou lembrando assim, você falou da Constituição, observou algumas conquistas importantes. Sobre as políticas implementadas pelos últimos governos, aí você pega, por exemplo, o governo Collor, eu vou pegar o Collor, o Itamar, pegando depois Fernando Henrique, o governo Lula, o governo Dilma, nesses governos, você observa que teve avanço para a política indianista? Ou tem retrocesso? E quando você coloca hoje nesse cenário pós um ano de impeachment da Dilma, o atual presidente Temer, como é que tem sido isso? Também os problemas se agravaram? Há o não reconhecimento, ou as lutas que vocês estão enfrentando agora são as mesmas que você já estava enfrentando antes?

H1: É, eu acho que é a mesma, não muda muito não. Porque todo tempo a dificuldade sempre existe. Isso é. Claro que em algum momento essas demandas mais antigas foram atendidas. (inint) [00:59:21] demorava, essa declaração de terras em algum momento vários governos começaram a declarar, por exemplo, regularizar alguma terra. Só que nos últimos tempos, quando começou mais a atender aquela demanda antiga, porque a demarcação de terra é tudo final de 80 na ditadura. Todas as terras do final de 80, 90 e... e todo movimento, todo governo foi tentando enrolar. Todos enrolavam, “vamos fazer, vamos demarcar”. Mas todos são judicializados, toda terra foi parar na justiça. Muitas vezes o governo não faz nada, quem

determina a permanência lá é a justiça. Então por outro lado a própria justiça, o governo tenta fazer algumas coisas, tenta demarcar. Na época de Fernando Collor ou depois, Fernando Henrique até manda, cria GT, através do FUNAI, identifica uma terra indígena. Depois fazendeiros entram na justiça e bloqueia, para lá também. Aí, entra Lula. Lula também manda criar um GT através da FUNAI, cria GT, faz identificação. Chega na justiça, para novamente. Aí indígena entra na terra, o governo barra. E diz: “parou na justiça, eu não posso fazer quase nada”. Então, aí passou, a Dilma é a mesma coisa. Até hoje, na minha avaliação não posso falar que em qual gestão foi bem melhor. Hoje toda justiça, que muitas vezes a justiça acontece mais do que o próprio executivo tentar regularizar sem passar pela justiça. Então eu não posso falar. Mas claro, que nos últimos tempos é bem mais claro. Não foi assim, adversários tipo adversário nessa questão tipo meio falso, meio declarado. Então, “Eu sou contra índio, que quero baixar esse marco temporal, eu quero aplicar isso aqui, tem que todo o órgão federal tem que considerar o marco temporal”. Então assim foi claramente para impedir essa demarcação. E anterior também não foi igual, não falou, não fez isso, mas... a dificuldade que ele criou também. Por exemplo, aquela portaria 303, de 2012, não é muito diferente. Então, não dá para ver que pela questão de demarcação que um governo foi melhor, ou bem pior. Claro que cada um na sua gestão tentou atender a uma demanda mais antiga, mas até muito antigo, “vamos declarar, vamos publicar relatório”. Então está indo nesse sentido na minha avaliação.

P: E para a gente finalizar, eu só gostaria que você falasse um pouco sobre o que vem a ser essa questão, esse... essa questão do marco temporal e que hoje mesmo teve uma votação de um processo que foi parar no supremo, se você pudesse falar um pouco sobre essa ação do marco temporal e que estava sendo julgado hoje no supremo.

H1: É, porque o marco temporal, por causa do condicionante depois da regularização da Raposa Serra do Sol, porque em 88 ele era somente para regularizar a demarcação definitivamente da Raposa Serra do Sol. Só que o adversário, ou seja, do indígena nessa disputa, se apropriou desse marco temporal que já que é o supremo que tinha decidido e começou a estudar com certeza para utilizar isso contra demarcação de outros povos, no caso de Guarani Kaiowá, de outro lugar, de vários lugares do Brasil. E isso já tem gerado muitos problemas e realmente todo argumento hoje nos últimos dez anos começou mais mesmo nos últimos quatro anos que apareceram mais. Todos os pedidos dos advogados dos fazendeiros para reintegração de posse, para anulação de portaria demarcatória, sempre já usaram, começou a usar o marco temporal, o índio já não estava lá e 88... então deveria, não deve mais... voltar para o indígena essa terra, ou seja, o indígena não pode tomar posse dessa terra porque ele não estava em 88. Então começou e muito juiz do Mato Grosso do Sul começou a acatar, começou a aceitar esse argumento dos advogados. Aí começou já o efeito, uma área do Mato Grosso do Sul foi cancelado todo o processo demarcatório por conta desse uso e o juiz aceitou. E do próprio supremo também. E outra área de (malva de terena) [01:04:42] também. Também, não é? Falando que já que 88 quem deveria ter direitos, se eles estivessem em 88 ocupando a área, então vai ganhar. E o fazendeiro do Mato Grosso do Sul sabe que em 88 ninguém estava mais, que foram expulsos antes, e não podia também reclamar que era terra indígena porque não podia por conta da lei mesmo, que índio juridicamente, o índio era de menor, não podia ter acesso à justiça para reclamar que aquela terra é dele. Só depois de 88 que... e então ele quer delimitar, que a terra não pode ser ampliada, terra indígena. Mas as deles sim, fazendeiro pode. O fazendeiro pode revisar, pode requerer mais a divisa “ah, essa aqui, aquela lá é a minha terra”. Então ele pode...

P: Avançar.

H1: Avançar. Mas indígena não pode. Então, mas não tem como cobrar do indígena porque não estava lá, porque foram expulsos. Por que não demandou naquela época? Porque juridicamente não podia. Então, mas hoje, eu acho que quando conheceu esse voto aí, foi um momento importante porque... não é só voto, mas toda a articulação é do indígena e apoiadores, enfim. Indígena fez movimento grande, (inint) [01:06:17] houve manifestações importante também entendendo, ciente de seus direitos, acaba resultando nesses votos, aí. Oito a zero, oito votos favoráveis. Mas é um passo importante, o supremo, e também tentando deixar claro para o ministro do supremo que eles...

(...) ((interrupção)) [01:06:49] a [01:06:56]

H1: Então eu acho que é isso mesmo. Então foi um avanço importante para... para recomeçar outro passo agora, atacar esse que o governo executivo assinou. Agora juridicamente, na justiça conseguimos, mas tem ainda no Poder Executivo agora que o governo, quando assinou o diário de (julho) a partir do parecer da AGU. Então tem ainda outro problema para enfrentar.

P: Está certo, Tônico. Muito obrigado pela colaboração, está ok? E que a gente está... eu estou torcendo, apostando e me solidarizando com essa luta de vocês. Muito obrigado.

((fim da transcrição))
